3 1761 07147948 9

Junta Central do Integralismo
Lusitano
A questao dinastica

DP
675
J85

A QUESTÃO DINÁSTICA

DOCUMENTOS PARA A HISTORIA

Mandados coligir e publicar

PELA

Junta Central do Integralismo Lusitano

1921
Empresa Nacional de Industrias Graficas, Limitada
Rua do Jardim do Regedor, 47, 49 e 51
LISBOA

A QUESTÃO DINÁSTICA

DOCUMENTOS PARA A HISTORIA

Mandados coligir e publicar

PELA

JUNTA CENTRAL DO INTEGRALISMO LUSITANO

1921
Empresa Nacional de Industrias Graficas, Limitada
Rua do Jardim do Regedor, 51
LISBOA

LIBRARY
DEC
19
1978
UNIVERSITY OF TORONTO

DP
675
J85

A quem ler

Reunindo em volume todos os documentos oficiais, referentes ao conflito aberto ha quasi dois anos, entre o Integralismo Lusitano e o Senhor Dom Manuel II que foi Rei de Portugal, serve-se apenas o proposito de actualizar e perpetuar os termos liais e exactos de uma questão politica, já hoje tão esquecida e deturpada nas suas razões fundamentais.

As pessoas de boa-fé que quiserem conhece-la ou recorda-la em toda a sua expressão de verdade, encontrarão neste livro os necessarios recursos para sua completa elucidação.

Essa questão politica está hoje morta e ninguem pode pensar em ressuscita-la. No entanto, publicando todas as peças do processo, algum serviço se presta á verdade e aos direitos da justiça daqueles que, em nome dos principios monarquicos e do interesse nacional que por eles se define, tiveram o doloroso dever de a provocar e a honra de a sustentar, obedecendo aos ditames da sua inteligencia e á sua dignidade de portugueses e de patriotas.

Lisboa, Agosto de 1921.

A JUNTA CENTRAL

I PARTE

No dia 20 de Outubro de 1919, o jornal a *Monarquia* publicava no seu numero 579, os seguintes documentos:

O Integralismo Lusitano e o Senhor Dom Manoel II — Caminho Novo.

Razões de uma atitude

Depois dos acontecimentos politico-militares de Janeiro e Fevereiro dêste ano, em que mais ainda do que as armas da Monarquia foram vencidos os processos, os vicios e os erros do Constitucionalismo Liberal, julgámos chegado o momento de falar ao Rei a linguagem da verdade, em nome dos principios que defendemos e da autoridade que nos atribuia o testemunho do nosso sacrificio pela Causa Nacional.

Nesse proposito, elaborou a Junta Central uma mensagem politica, entregue pessoalmente em Londres ao Senhor Dom Manuel pelos nossos amigos José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga e que era do teor seguinte:

SENHOR:

Mais uma vez o sangue dos Portugueses inscreveu na nossa Bandeira um novo ciclo de sacrificio.

Na hora em que tantas centenas de combatentes testemunham no horror das prisões, no sofrimento dos hospitais ou na amargura do exilio a constancia da sua fé nos destinos da Patria resgatada pela Monarquia — seja o nosso primeiro dever saudar na Pessoa de Vossa Magestade todos quantos no Norte e Serra do Monsanto perderam ou expuseram a sua vida para a restauração do Trono dos Reis de Portugal.

Não vimos junto de El-Rei fazer o relato justiceiro da acção dos monarquicos nos meses de Janeiro e Fevereiro deste ano, porque não devemos sobrepôr-nos á missão da Historia, constituindo-nos juizes onde queremos e merecemos ser julgados.

O nosso intuito é trazer a Vossa Magestade o depoimento do Integralismo Lusitano, expresso com o respeito, a lialdade e o desassombro de que se orgulham aqueles, que, nada devendo pessoalmente á Rialeza, já lhe teem sacrificado a vida, a segurança, os haveres e a tranquilidade, só pela convicção de que todo o homem honrado se deve á Patria em que nasceu.

Conhecendo e cumprindo sempre as ordens de Vossa Magestade, fielmente transmitidas pelo seu digno Representante, não poderiamos promover nem favorecer um movimento restauracionista que a El-Rei levasse a persuasão de que nos afastáramos das suas direcções politicas, para que o País não fôsse perturbado no sacrificio, aliás já agora tão mal reconhecido, de cooperar na grande guerra ao lado dos Aliados.

Mas a politica interna de Portugal oferecera nos ultimos meses uma instabilidade incessante e absolutamente imprevista, houve momentos de verdadeira suspensão do Poder, entregue pelo acaso revolucionario ou pela mentira das urnas, ás mãos de ambiciosos sem escrupulos.

Depois do assassinato do Presidente Sidonio Pais, de cujos planos só podem salvar-se hoje as boas intenções, a situação politica oscilava num equilibrio perigoso entre a anarquia democratica e a ditadura militar. Por duas vezes em poucos dias, as facções republicanas desencadearam

a guerra civil que só pôde sufocar-se com a decisão dos comandantes militares monarquicos, auxiliados pelo esforço da acção e da imprensa conservadoras, vindo a reconhecer-se mais tarde que os agitadores republicanos de Santarem encontravam apoio e aliança nos proprios membros do governo e seus agentes.

Deste modo, á cooperação lial e desinteressada dos monarquicos a um governo republicano, correspondia secretamente a traição do poder.

Foi a certeza de que não havia possibilidade de entendimento firme e honesto entre republicanos e monarquicos, que estimulou estes a intervir pelas armas, para que á Patria escrava fôssem restituidas as suas naturais instituições, convencidos de quem podia defender constantemente a Ordem da Demagogia, com maior razão se lhe impunha o dever de instaurar definitivamente a Ordem pela Monarquia.

Assim se explicam os antecedentes da proclamação de 19 de Janeiro na cidade do Porto.

A acção que nesse facto politico-militar tivemos nós, exprime-se, dizendo que no dia 17 á noite partia de Lisboa Antonio Sardinha, especialmente encarregado pela Junta Central, de persuadir as forças militares do Porto a adiar para melhor oportunidade o pronunciamento efectuado vinte e quatro horas depois.

Não podendo já evita-lo, dispôs-se a servi-lo como pôde e soube, crendo que assim cumpria o seu dever.

Quatro dias depois, a guarnição de Lisboa com o concurso de quasi todos os seus con andantes, decidiu-se a secundar o pronunciamento do Norte, ligando-se a ele pela demonstração da mais espontanea e heroica lialdade.

Dois dias e duas noites, mais de dois mil homens suportaram um cêrco de fogo incessante, fazendo a guarda de honra á Bandeira da Patria, hasteada de novo no céu de Lisboa aonde subiam a metralha e os gritos de odio de quinze mil demagogos — sacrificio tão belo na sua pureza e dignidade, que nos parece o maior de todos, em prol da Causa Monarquica, depois da traição colectiva de 1910.

Quando aqui fazemos referencia ao espirito de sacrificio com que lutámos, pela pena e pelas armas, não nos move o desejo de exalçar o nosso merecimento no conceito de Vossa Magestade, visto que a nossa unica ambição é e será sempre servir quem em nome da Patria tiver direito de mandar; queremos apenas autorizar-nos, visto serem os nossos nomes quasi todos desconhecidos de Vossa Magestade, para com lial e respeitosa franqueza, expor as nossas opiniões e as nossas intenções sobre o futuro da Causa Monarquica.

Conhece Vossa Magestade os nossos planos de reformas politico-administrativas e sociais, expostos e defendidos na revista *Nação Portuguesa*, em dois anos do jornal diario — *A Monarquia*, em conferencias, em livros e opusculos.

Em atenção á situação internacional criada pela guerra e em obediencia ás ordens de Vossa Magestade, consentimos em aliar-nos com os monarquicos que ainda representam a tradição do liberalismo constitucional, fazendo muitas vezes a essa aliança o sacrificio das nossas convicções e da nossa acção de propaganda.

Hoje cessaram esses motivos, porque a paz vai ser assinada e nós só esperamos a libertação de todos os soldados da Monarquia, para inteiramente retomarmos a independencia que tem de fortalecer o nosso combate.

Talvez tenhamos de ser duros contra aqueles que até são retraidos em honrar os que se batem e cumprem o seu dever, mas jámais deixaremos de ser justos, lastimando aqueles que inutilizam sinceramente o seu mais nobre esforço para a restauração de um passado politico que não póde ressuscitar, por interesse da Patria, por honra nossa e de El-Rei.

Representamos entre os subditos de Vossa Magestade, a Geração Nova no que ela conta de mais valioso e combativo.

Fazendo politica não de pessoas, mas de principios, para que eles triunfem é necessario lutar contra a herança constitucionalista que tornou possivel a propaganda republicana e foi a melhor justificação moral e doutrinaria do regimen que ha nove anos vai afundando a cova da Nacionalidade.

Monarquicos que repudiam tanto a ficção liberalista como a republica democratica, por contrarias ambas aos ditames da inteligencia e ás indicações da realidade — nós queremos que o Rei governe e mande administrar quem for competente; queremos que as classes organizadas intervenham nos orgãos da administração publica, em substituição dos partidos que nunca passaram de clientelas famintas, quebrando a unidade nacional para a conquista alternada do poder; queremos que ás Provincias se reconheça indepencia relativa, como unidades corograficas e economicas definidas; aos municipios seja restituida e modificada pelas condições do presente, a velha autonomia, sacrificada até agora ás ambições dos politicos; queremos que a educação moral tenha por base o catecismo catolico, que seja dignificada a familia pela indissolubilidade do casamento,

reformada a nobreza, respeitada a propriedade e instaurado no seu prestigio latino, o principio da autoridade.

E para deter o descalabro administrativo que assinala estes nove anos de Republica, é urgente intervir com reformas economicas, destinadas a multiplicar a produção agraria e industrial, com novos processos de tributação e com a lei do trabalho obrigatorio.

No vasto plano de reorganização que será desenvolvido no livro em publicação — *Soluções Nacionais*, conciliamos a experiencia secular da tradição com as indicações mais recentes da sciencia politica, para que mereçamos ser chamados renovadores, em vez de conservadores, por um equivoco corrente.

A' divulgação e ao triunfo destes principios estamos dispostos a consagrar o esforço da nossa inteligencia e as melhores energias da nossa vontade, convencidos de que só eles representam já hoje a convicção e a razão de ser da Causa Monarquica, quando ela se entenda como destino nacional, fôra dos dominios da pura sentimentalidade.

Desnecessario se torna acentuar perante Vossa Magestade, que ao proclamar o nosso ideal da Monarquia Portuguesa, não excluimos o respeito mais afectuoso pela dedicação daqueles combatentes que noutros feitos de armas e agora a nosso lado, derramaram o seu sangue e perderam a liberdade ou a vida.

Expostas assim as razões do nosso procedimento passado e a direcção da nossa conduta politica futura, sentimos o dever de respeitosamente relembrar a Vossa Magestade a necessidade de tornar pública a designação do Principe Herdeiro do Trono de Portugal.

Em Janeiro do ano passado, entregámos nas mãos do digno Representante de Vossa Magestade, um documento com a explanação das razões históricas e jurídicas que impunham á sucessão um Principe da Casa de Bragança, tendo-nos o senhor Conselheiro Aires de Ornelas feito saber, da parte de El-Rei, a impossibilidade de realizar naquele momento esse importantissimo acto politico. (1)

---

(1) O documento a que esta passagem se refere, era como segue:

Mensagem dirigida pela Junta Central do Integralismo Lusitano ao Senhor Dom Manuel II em Novembro de 1917.

«Senhor:

No tempo antigo, para falar aos nossos Reis, Avós de Vossa Magestade, vinham de cidades e vilas até junto do Trono os homens do Povo, os dignatarios da Igreja e os senhores Nobres de Portugal. E pelo honrado proposito que os trazia, sempre mereceram ver acolhidos seus clamores de queixa ou suas aspirações em prol do bem comum.

Com esta prática secular, se fortaleceu o primitivo pacto que unia o Principe ao Povo, renovado em cada momento da sucessão e reconhecido solenemente nas horas graves, desde a Acta dita de Lamego até aos assentos das Cortes de Coimbra de 1385 e de Lisboa de 1641 e 1828.

A hora presente assinala uma das mais ansiosas crises da Nação, em que a sofredora constancia dos subditos de Vossa Magestade se converte na mais dura espiação e quando o Legitimo Soberano sofre a dor do exilio na terra alheia e aos melhores portugueses se impõe o castigo de o sofrer na propria terra em que nasceram.

Enquanto a tirania de uma facção mantem um poder usurpador que logrou fazer-se acreditar como legitimo no meio da sociedade internacional, a Vossa Magestade reconhecemos e respeitamos como Rei e unico orgão da Monarquia que na nossa aspiração vive e todos os dias se revigora na esperança dos bons portugueses.

A tantas dificuldades a que nos sujeita o destino historico da nossa epoca, junta-se agora a da falta de sucessor á Coroa de Vossa Magestade, desde que Sua Alteza, o Senhor Dom Afonso acaba de renunciar de facto á sua investidura de Principe Real.

Nos mais distantes periodos da nossa vida politica, se colhem exemplos de como os senhores Reis de Portugal eram especialmente cuidadosos em declarar e assegurar a sucessão, quer na ordem de primogenitura, como se vê do testamento de El-Rei Dom Afonso II, em relação ao Infante Dom Sancho, quer em linha colateral, como mostra o primeiro testamento de El-Rei Dom Sancho II, a favor de seu irmão, o Principe Dom Afonso.

Bem certos eram de quanto são nocivos á virtude da hereditariedade dinastica aquelas dissenções que permanentemente flagelam os sistemas representativos.

Quando a ordem natural da sucessão tinha de ser alterada, convocavam-se as Côrtes e sempre o melhor parecer vingou nelas em relação aos interesses identicos da Nação e da Corôa, e em toda a tradição historica e juridica o amor da independencia se patenteia no escrúpulo receoso com que se procuravam no novo Principe, como fundamento da lei da sucessão, a *naturalidade e residencia* na terra da Patria.

Vive proscrita a Familia Rial Portuguesa, proscritos estão igualmente os Principes que representam o segundo ramo da serenissima Casa de Bragança, quando outro poder de facto e de usurpado direito dispõe dos destinos da Nação.

Não existindo orgãos de governo, nem outro poder legitimo constituido, na pessoa de Vossa Magestade reside o direito historico da independencia de Portugal e o poder politico de afirmar a sua continuidade, designando o Principe, seu sucessor. Invocando respeitosamente o velho direito de representação aos nossos Reis e esclarecendo-o com a convicção de monarquicos sem condições, confiamos em que Vossa Magestade, inspi-

A essencia da Monarquia baseia-se na continuidade do poder e essa tem de estar sempre assegurada, para evitar divergencias que enfraquecem e ainda para advertir o braço assassino dos sicários da república de que as Instituições Monárquicas são um principio e não uma pessoa.

No interesse da nossa Causa, ainda desejamos exprimir a El-Rei a necessidade imprescindivel de se aproximar do País, mantendo um contacto mais directo com as nossas aspirações e exercendo uma vigilancia mais eficaz sobre o progresso da crise nacional que, ou é conjurada por uma intervenção rápida e enérgica ou compromete, *sem remédio*, os destinos da Patria.

Nós que vivemos presos ou exilados dentro da propria terra, queremos jurar ao nosso Rei que a sorrir iremos de novo para a morte se tivermos esperança de que o nosso sangue seja o resgate definitivo desta vergonha opressiva e ruinosa e a certeza de que o sceptro rial, emquanto não possa ser vara de justiça, se ergue como bastão de comando, a indicar-nos o caminho da salvação pública.

Tudo quanto seria mal expresso e demasiadamente longo para esta exposição, supri-lo-ha a informação dos nossos delegados em cuja voz falará a aspiração do Integralismo Lusitano e sobretudo o desejo de que Vossa Mugestade manifeste o seu juizo ácerca da nossa acção politica e das razões com que defendemos a Monarquia Portuguesa, como garantia e expressão suprema do interesse nacional.

Para que seja firme o acto de fé que a geração nova faz no futuro da Patria, ela afirma a necessidade de contar com o seu Rei!

Deus guarde a vida preciosa de Vossa Magestade por muitos anos.

Lisboa, 5 de Julho de 1919.

Pela Junta Central do Integralismo Lusitano:

aa) *Adriano Xavier Cordeiro*
Conde de Monsaraz
José Adriano Pequito Rebelo
Antonio Maria de Sousa Sardinha
Luis de Almeida Braga
José Hipólito Raposo»

Perante as respostas do Senhor Dom Manuel, ouvidas respeitosamente, com a mais escrupulosa lialdade reproduzidas e com a maior reflexão apreciadas — o sangue dos mortos e dos feridos, o infortúnio de todos os sacrificados e a nossa honra de portugueses e de monárquicos, impõem-nos o dever de declarar que a partir de hoje, nos desligamos de toda a obediencia ao Senhor Dom Manuel II que foi Rei de Portugal e nos afastamos inteiramente das suas direcções politicas.

O pensamento e as intenções de govêrno do Soberano destronado pela revolução de 1910, que não reproduzimos aqui pelo respeito devido á sua pessoa, não poderiam ser jámais por nós seguidos, sem nos impôr a violencia de atraiçoar o interesse nacional, expresso no enunciado dos nossos principios. Na amargura desta profunda desilusão que

---

rado no interesse nacional e guiado pelo conselho da tradição constante das Dinastias que em Portugal reinaram, designará o Principe Português que mais digno seja de receber o encargo e a gloria da herança dos nossos reis.

A Junta Central do Integralismo Lusitano, em nome dos portugueses que á sua direcção se confiaram, pode afirmar que é do mais alto interesse público e da maior conveniencia para El-Rei, que sejam atendidas as razões da sua exposição, bem intencionada e sincera, como de portugueses que não conhecem sacrificios diante do dever de servirem o bem da Nação e da honra de se confessarem liais subditos de Vossa Magestade»

Comunicando á J. C. I. L. a resposta do Senhor Dom Manuel, o Senhor Conselheiro Aires d'Ornelas fez-lhe saber que S. M. acolhera com satisfação esta mensagem, declarando, porém, que não podia encetar as negociações que o seu objecto requeria, em virtude do estado de guerra existente entre a Inglaterra e a Austria onde então residiam seus Primos.

Segundo se conclui da leitura da mensagem que fica transcrita e conforme foi comunicado verbalmente ao Senhor Aires d'Ornelas, antes da sua partida para Londres, o pensamento do Integralismo Lusitano era que, em nome das antigas leis de sucessão, fôsse designado pelo Senhor Dom Manuel como herdeiro do Trono de Portugal, o Principe Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança.

tão mal corresponde ás dedicações extremas do nosso exforço, a nossa fé nos destinos da Patria não esmorece e revigora-se a nossa esperança, ao confiarmos á Juventude de Portugal a guarda e defesa do património eterno da sua melhor tradição de govêrno e o encargo glorioso de mater sempre erguido o pendão ensanguentado das nossas reivindicações.

Monarquicos por sermos nacionalistas e não por lialdade á pessoa do Rei — segundo os nossos principios, a tradição histórica e as leis da sucessão, serviremos como Rei de Portugal aquele Principe de sangue português que melhor personificar o interesse da Nação e cuja legitimidade venha a ser reconhecida pelas Côrtes Gerais, ou seja pela Assembleia Nacional dos representantes dos Municipios, das Provincias e das Corporações.

Lisboa, em 19 de Outubro de 1919.

A Junta Central

No numero imediato, o mesmo jornal inseria a seguinte nota oficiosa, emanada da Junta Central:

O Integralismo Lusitano e o Senhor Dom Manuel II

Tendo-nos alguns amigos feito notar a conveniencia de publicar as respostas do Senhor Dom Manuel II á mensagem da Junta Central, para que assim fôsse feita inteira justiça á nossa resolução — devemos declarar que, não havendo presentemente na imprensa portuguesa jornal algum que defenda a politica do Soberano destronado, a mais elementar lialdade nos obriga a mante-las secretas, até que sejamos solicitados ou provocados a revelá-las. Como facilmente se depreende das declarações da Junta Central, a atitude presente e as intenções futuras do Senhor Dom Manuel no que respeita á Causa Monarquica em Portugal, são inteiramente contrarias aos propositos e á doutrina da mensagem que lhe foi entregue.

Nessas condições, o *Integralismo Lusitano* tinha de optar entre a pessoa do Rei e o interesse da Nação, formulado nos principios que defende. O seu caminho estava traçado.

E no numero de 28 de Novembro, a Junta Central esclarecia ainda:

Integralismo Lusitano

Tendo chegado ao conhecimento da Junta Central que a atitude aqui definida para com o Senhor Dom Manuel II, havia sido interpretada por muitos como simples desacordo entre o ultimo Rei de Portugal e as ideias que defendemos, o que, só por si, bastaria para justificação do nosso procedimento — sem quebra do proposito de reserva que considerações de ordem pessoal impuseram á declaração publicada em 20 de Outubro passado, devemos declarar o seguinte:

1.º — As respostas dadas em Londres pelo Senhor Manuel á mensagem que lhe foi entregue a as suas opiniões acêrca da politica portuguesa antes e depois de Fevereiro deste ano, convenceriam facilmente os proprios monarquicos constitucionalistas que tenham a dignidade das suas convicções e o respeito pelos seus sacrificios, de que o antigo soberano não deseja recuperar o Trono á custa de qualquer exforço da sua parte.

2.º — O Senhor Dom Manuel II, que foi Rei de Portugal, não se acha disposto a modificar para com a Republica Portuguesa a sua espectativa de inercia politica, para atender as necessidades cada vez mais imperiosas do interesse nacional.

Lisboa, 27 de Novembro de 1919.

A Junta Central

Em 3 de Dezembro, o jornal republicano de Lisboa, *Diario de Noticias*, fazia a seguinte publicação:

Para a Historia — Um documento politico

Uma carta dirigida pelo ex-rei sr. D. Manuel de Bragança ao sr. Aires de Ornelas — O soberano deposto declára-se contrário á preparação de qualquer movimento politico, pronuncia-se contra o nosso «estado de luta interna constante» e faz nesse sentido «um apelo a todos os portugueses, sem distinção de côres politicas» — «Um só ideal: a Patria!»

O Diario de Noticias *publica hoje um documento politico importante. Fazemol-o com o caracter de informação que este jornal tem e sem de forma alguma pretendermos ligar qualquer especie de responsabilidade ás afirmações nele contidas. Trata se dum documento historico em que o ex-rei sr. D. Manuel de Bragança manifesta, entre outros pontos de vista de caracter pessoal sobre uma recente scisão aberta no partido monarquico, a opinião de que "precisamos, como portugueses, de estar unidos e formar um blóco firme e compacto que deve ter como lema,* uma só palavra, um só ideal: Patria!"

O antigo soberano, hoje exilado e destronado, escrevendo ao mais graduado dos seus correligionarios, considera o momento actual um "momento em que a união de todos *os portugueses é essencial» e, dirigindo-se ao governo português. reconhece que «todos os portugueses são necessarios» para a obra nacional, que se impõe.*

O sr. D. Manuel de Bragança afirma-se contrario a movimentos revolucionarios e quanto ás outras declarações, que envolvem a vida interna dum partido, á qual, como á de todos os outros, este jornal é estranho, só as publicamos pelo caracter publico e de curiosidade historica que contem.

Eis a carta dirigida ao sr. Aires de Ornelas e cuja copia abtivemos:

Twickenham — 1 de Novembro — 1919.

Meu querido Ayres d'Ornellas.

Não julgava Eu ha dois meses, quando lhe escrevi, que seria obrigado a dirigir-lhe novamente uma carta, que necessita a maxima publicidade, em vista dos factos tão graves que tiveram lugar em Portugal.

Chegou-me ontem ás mãos o numero do jornal «A Monarquia», de 20 de outubro. Com assombro li as declarações e resoluções da Junta Central do Integralismo Lusitano. Em agosto ultimo escrevia-lhe Eu que esperava poder manter o silencio, que desde janeiro ultimo me tinha imposto para evitar mais tristezas e desuniões [1]. Infelizmente não me é possivel manter hoje esse silencio e chegou o momento, com profunda magua o digo, de falar claramente pondo perante o país a verdade. Custa-me sobremaneira ter de relatar factos e acontecimentos, que certamente teria calado, se o abandono de um agrupamento politico, que militava debaixo da minha bandeira e pelo qual Eu tinha sincera simpatia, pois é composto de gente nova como Eu, me não forçasse a dirigir-me publicamente e oficialmente ao meu Lugar-Tennete. E' indispensavel que se faça luz para que o País possa julgar.

Nos fins de setembro p. p. vieram a Inglaterra dois delegados da Junta Central do Integralismo Lusitano. Eram eles portadores da Mensagem que «A Monarquia» de 20 de outubro publicou. Além dessa Mensagem traziam os delegados uma missão mais

---

[1] Não esclareceu aqui o monarca deposto as *tristezas e desuniões* existentes no seu partido.
Pela leitura do relatorio adiante publicado, conclui-se que se trata da velha oposição entre as direcções polititicas do sr. Conselheiro Aires de Ornelas e as ambições militares do sr. Paiva Couceiro.

importante do que a de simplesmente depôr em minhas mãos o documento assinado pelos membros da Junta Central. Constava ela de um certo numero de perguntas, pedidos e declarações, pois como estava dito na mensagem os delegados deviam suprir o que fosse demasiadamente longo para aquela exposição.

Podia neste momento, antes de escrever quais foram essas perguntas, pedidos e declarações e *sobre tudo quais foram as minhas respostas*, referir-me a actos de desobediencia flagrante ás minhas instruções já conhecidas de todos (1). Mas impede-me de o fazer o meu coração ao pensar nos amigos que tanto teem sofrido pela Causa que represento ou que derramaram o seu sangue oferecendo a vida pela minha bandeira.

O meu pensamento os acompanha sempre, emquanto que, com profunda saudade cheia de magua, rogo reverente a Deus pelo eterno descanço daqueles que morreram pelo seu Rei (2).

Desde o inicio da guerra mundial, tracei ao partido monarquico o caminho a seguir. Era simples: tinha uma unica base: a Aliança com a Inglaterra, uma das maiores glorias da monarquia, um dos maiores triunfos daquele grande Rei que foi meu sempre chorado Pai. Essa politica, *a unica* que Portugal podia seguir então, *é hoje mais necessaria do que nunca.* Gratissimo estou áqueles, e sobre tudo ao meu Lugar-Tenente, que souberam compreender nesse momento as minhas instruções e ver os perigos que ameaçavam Portugal, perigos que não desapareceram.

Depois dos factos lamentaveis que tão profundamente vieram perturbar a nossa Patria, ambicionava Eu a união completa do partido monarquico, para, neste momento em que o vento da loucura sopra sobre o mundo, ser ele o maior sustento da ordem no nosso País. Durante os longos 9 anos que tenho vivido no exilio, nem durante um momento deixei de trabalhar por Portugal, com o amor profundo que tenho pela minha Patria e que nada faz alterar. Infelizmente, vejo-me hoje perante um facto sem precedente.

A Junta Central do Integralismo Lusitano desliga-se de toda a obediencia ao seu Rei e afasta-se inteiramente das minhas direcções politicas, em vista das respostas que Eu dei aos seus delegados.

Já que tiveram a coragem de tomar resoluções dessa gravidade e publicá-las, sem de forma alguma me prevenirem ou informarem dessa decisão (3) é, por todos os motivos lamentavel que não tivessem igualmente a coragem de publicar as respostas que dei aos delegados da Junta Central do Integralismo Lusitano. Passarei pois a expôr quais foram tanto os pedidos como as minhas respostas.

O primeiro pedido era: que Eu lançasse um proclamação ao País, na qual eu afirmasse que queria intervir efectivamente na politica monarquica:—Respondi: que, não considerava o momento oportuno, pois atravessamos uma crise terrivel e que deviamos empregar todos os esforços para obter a amnistia para os presos monarquicos que estavam sofrendo nas cadeias e para aqueles que longe da Patria, eram obrigados a viver no exilio; acrescentando que uma proclamação minha ao País, neste momento, não teria senão como resultado incendiar mais os odios já tão profundos, tornar a desunião da Familia Portuguesa ainda mais completa e dificultar a amnistia dos milhares de presos e exilados, tão necessaria para a paz interna de Portugal.

O segundo pedido foi: que Eu nomeasse um chefe militar e que Eu me pusesse á frente de uma nova revolução monarquica, devendo começar desde já a sua preparação. (4) Respondi negativamente: em parte pelas mesmas razões que já tinha usado para responder ao primeiro pedido, em parte pelas que passo a expôr.

1.º Porque o Tratado da Paz ainda não está ratificado por todos os países; 2.º Porque *o estado de luta interna constante não faz* senão aumentar os perigos que pesam

---

(1) Quais teriam sido esses actos de desobediencia? Fica esta acusação suspensa sobre as cabeças dos chefes e dirigentes do partido do sr. D. Manuel.

(2) Deve notar-se que, depois dos acontecimentos politicos de Janeiro e Fevereiro, era esta a primeira vez que o sr. D. Manuel se dirigia em publico aos seus partidarios, não o tendo feito, mesmo particularmente, para uma simples saudação aos presos e aos feridos dos hospitais. E para que justiça se faça a todos, é de notar que, como consta do relatorio adiante publicado, foram os delegados integralistas quem lembrou ao sr. D. Manuel o dever de não esquecer os que pela sua causa tinham sido sacrificados.

(3) Ha aqui um lapso de memoria: o sr. D. Manuel esqueceu que os delegados integralistas, como se vê do seu relatorio, *in fine*, expressamente lhe declararam a proposta que iam apresentar á Junta Central, tendo tambem sido notificada a resolução da mesma Junta ao sr. Conselheiro Aires de Ornelas seu logar-tenente, antes de ser tornada publica.

(4) Esta gravissima inconfidencia entre pessoas que professam o culto da lealdade, chama-se — **delacção.**

sobre a nossa desditosa Patria; 3.º porque considerava inoportuno o momento, quando estavamos sofrendo as consequencias de um fracasso.

O terceiro pedido referia-se á existencia em Portugal de um meu representante. Respondi simplesmente que o Conselheiro Aires d'Ornelas era o meu representante e que possuia toda a minha confiança.

O quarto pedido era referente á necessidade de Eu designar o Meu Herdeiro, já que até hoje Deus me não concedeu um Filho. Respondi: que essa questão era excessivamente grave e delicada: que me dizia a mim mais intimamente respeito do que a ninguem, mas que prometia estuda-la convenientemente e com a maxima atenção.

O quinto pedido foi que Eu repudiasse o Sistema Constitucional e adoptasse desde já o programa da Junta Central do Integralismo Lusitano. (1) Respondi negativamente: 1.º declarando que era fiel ao Juramento solene que como Rei prestei a 6 de maio de 1908 perante o Parlamento reunido (2): 2.º que não podia, sem ser ouvido o País, alterar a base fundamental da Monarquia Portuguesa.

Eis aqui os pedidos que me foram feitos e as respostas que por mim foram dadas. Fiquei desde o primeiro momento convencido que se tratava de um «ultimatum» da Junta Central do Integralismo Lusitano, pois declararam-me os seus delegados que não serviriam a Monarquia Constitucional; mas esperava ainda, se outra razão não houvesse, que o bom senso, o amor da Patria e a necessidade imperativa de união, impedissem a Junta Central do Integralismo Lusitano de abrir uma scisão no partido monarquico. Sobre tudo o que nunca pensei é que o fizessem de uma forma tão pouco correcta, digna e mesmo leal. Era um simples dever de honra publicar as respostas que dei, já que publicaram a mensagem que me foi entregue. (3)

Queria a Junta Central do Integralismo Lusitano tomar a direcção dos negocios da causa monarquica, pois a base fundamental de toda a questão era Eu repudiar o meu Juramento e sem ouvir o País aceitar incondicionalmente o seu programa. (4) Não vivemos em epocas para desta maneira se decretarem monarquias absolutas! (5)

Não é de forma alguma minha tenção lançar aqui uma proclamação ao Meu País. pois recusei-me ha pouco a fazel-o; mas desde que aqueles que me pediam que a fizesse me abandonam, é meu dever imprescindivel escrever duas declarações categoricas: 1.º Mantenho formalmente todos os meus indiscutiveis direitos ao trono de meus maiores; 2.º Afirmo, vindo a ser restaurada a Monarquia, reunir imediatamente Córtes Gerais, eleitas pelo sufragio o mais amplo, para determinarem a forma do governo.

As declarações da Junta Central do Integralismo Lusitano obrigaram-me a responponder com outras declarações.

O País poderá julgar as minhas respostas, que a mesma Junta não quís publicar. E' sempre triste presenciar uma deserção e um abandono, mas mais penoso isso se torna quando se lhe vêem claramente os motivos. ( ) Permita Deus que um dia saibam avaliar e compreender o erro que cometeram, a deslealdade que praticaram e que não seja então tarde de mais.

---

(1) A esta afirmação falsa respondem cabalmente as palavras do relatorio, que adiante é publicado.

(2) Na tarde de 5 de Outubro de 1910, na praia da Ericeira, o sr. D. Manuel abandonando o seu posto em que devia vencer ou morrer, tornava-se perjuro á letra e ao espirito da Carta Constitucional que no seu art. 77.º diz assim: «*O Rei não poderá sair do reino de Portugal sem o consentimento das Côrtes Gerais; e se o fizer, se entenderá que abdicou a coroa*». A coacção fisica, invencivel não se verificou sobre a pessoa do filho de El-Rei Dom Carlos; a coacção moral (intimidações, ameaças, medo, etc.), não podem ter sentido, tratando-se de um rapaz de 21 anos, de perfeita saude e fardado de generalissimo. O caso de força maior de uma revolução republicana não o exceptuou o artigo 77.º, decerto porque o legislador entendeu, e muito bem, que nessa hipotese e em todas aquelas em que o Trono perigasse, mais ainda do que a fé de um juramento deveria pesar no espirito de um rei o sentimento da dignidade do seu dever. Por outras palavras, a *força maior*, de uma revolução republicana, era um *motivo maior*, para o rei ficar em terra portuguesa, tanto mais que a revolução se limitava á cidade de Lisboa, como comprovam milhares de tesmunhas e o afirma a triste historia dos ultimos onze anos.

De sorte que... o judicioso leitor já deve ter tirado a conclusão...

(3) Estes insultos á correcção, á dignidade, á lialdade e á honra daqueles que, sob a sua bandeira, já por mais de uma vez tinham exposto a vida e derramado o sangue, traduzem um recurso só proprio de quem não tem outras razões de os combater e contrastam singularmente com a extrema correcção e moderação com que a Junta Central se desligou de uma obediencia, cuja continuação viria a ser funesta para os destinos da Monarquia Portuguesa.

(4) A Junta Central do Integralismo Lusitano não queria tomar a direcção da Causa Monarquica; reclamava que o senhor D. Manuel, finalmente, se dignasse assumi-la, como era seu dever de Rei.

(5) O sr. D. Manuel, vitima por certo de uma errada educação liberalista, revela assim, pelo seu proprio punho, o mais completo desconhecimento do espirito da verdadeira monarquia, atrevendo-se a chamar *absoluta* á monarquia que fez Portugal — a Monarquia Representativa dos Municipios e das Corporações.

(6) Abandonados se sentiram sempre, desde o dia 4 de Outubro, todos aqueles que tem pegado em armas para restaurar o trono do sr. D. Manuel, e permanecer longe do combate, no exilio comodo de Londres, emquanto os soldados se batem, não é senão uma deserção.

O que acaba de se passar mostra de fórma aterradora a crise que Portugal atravessa. Todos querem mandar, mas poucos sabem obedecer! Crise tremenda para um País pequeno, enfraquecido por todas as formas e lutas e sobre o qual existem tantas ambições!

No momento em que a união de todos os portugueses é essencial, é a Junta Central do Integralismo Lusitano que dá o exemplo da desunião e da indisciplina. Triste e desolador espectaculo! Quiseram mandar no seu Rei, e como ele, tendo sómente na sua mente o bem da Patria e o seu dever, não obedeceu á imposição e se recusou a aceitar o «ultimatum», a perjurar o que solenemente jurou, repudiam-no!

Resta-me pois declarar com profundo desgosto, mas com firmeza, que de hoje em diante, considero a Junta Central do Integralismo Lusitano como minha adversaria, deixando em vista das suas resoluções de fazer parte do partido monarquico.

Juntamente a estas declarações fundamentais, quero, não lançar um Manifesto, mas fazer um apelo ao meu País, a todos os portugueses sem distinção de côres politicas. E' gravissimo o momento que atravessa o mundo e especialmente aquele no qual, á beira do abismo, se debate a nossa Patria. (1)

---

(1) Reconhecendo o sr. D. Manuel que á beira do abismo se debate a nossa Patria, nada fez nem faz para evitar a sua queda e, o que é pior, proíbiu sempre aos seus partidarios qualquer intervenção nesse sentido.

Ele continuará no exilio, conforme as suas palavras: *No meu exilio continuarei...*

Confirmando esta permanente atitude de inercia, algum tempo depois, o *Diario de Noticias* publicava a informação seguinte:

O momento politico — Nada de revoluções politicas! — diz o sr. Aires d'Ornelas — uma carta e uma moção

Os monarquicos proclamam que todos os portugueses devem contribuir, num armisticio, para a imediata solução da crise portuguesa

Reuniram-se ontem os deputados e senadores monarquicos do Parlamento de 1918, que estão em Lisboa para lhes ser lida a seguinte carta do sr. Conselheiro Aires d'Ornelas:

«Meus caros amigos — As declarações feitas na Camara pelo chefe do ultimo governo; o manifesto dirigido ao país pelo actual, ao assumir o poder; os avisos vindos a publico da autoria de quem oficialmente está colocado num *posto de observação;* tudo e todos insistindo na gravidade da situação nacional e nos perigos de ordem externa que ameaçam subverter a nossa velha e gloriosa nacionalidade, agravando-se agora com os rumores de uma tentativa de revolução social, cujos ecos nos chegam de Lisboa coados através das grades desta prisão, são e constituem outras tantas razões que me impõem o quebrar dum silencio que entendia dever manter na situação em que ha quatorze meses quase, me encontro. Assumindo a crise actual as proporções duma crise nacional, não se compadece já essa atitude com os deveres impostos pelo cargo com que El-Rei me honrou, nem com as responsabilidades para com a Causa que todos nós servimos. Venho pois lembrar a v. ex.as como as circustancias estão actualizando as instruções dadas por El-Rei na sua carta de 1 de novembro: «*Ambicionava eu, a união completa do partido monarquico para neste momento em que o vento da loucura sopra sobre o mundo, ser ele o maior sustentaculo da ordem no nosso país... E' gravissimo o momento que atravessa o mundo especialmente aquele no qual, á beira do abismo, se debate a nossa Patria. O perigo não diminuiu: — Precisamos como Portugueses de estar unidos e formar um bloco firme e compacto que deve ter como lema uma só palavra, um só ideal — PATRIA*». A minha situação, dá-me, creio eu, especial autoridade para lançar de novo o brado patriotico de El-Rei. Para que, o *bloco nacional* seja *firme e compacto*, nada de reivindicações politicas na hora presente, nada de retaliações de qualquer ordem que o enfraqueçam e o separem em facções. Pediu-o El-Rei, peço-o eu, com todos os meus companheiros nos carceres em que ha tanto tempo vivemos, a todos aqueles que, com v. ex.as á frente, servem a Causa e defendem os principios que deram á nossa terra oito seculos de uma historia incomparavel... «*Nascemos Portugueses, queremos reviver as glorias passadas, queremos levantar bem alto o nome de Portugal, queremos viver e morrer Portugueses:*» Esperando dever a v. ex.as a fineza de propagarem e fazerem realizar nas organisações que de si dependem, os principios acima expostos, confesso-me com a mais afectuosa estima — De v. ex.as. amigo, mt.o at.o e venr. (a) *Aires d'Ornelas*».

Em seguida, foi votada por unanimidade, a seguinte moção:

«Os antigos deputados e senadores monarquicos, que se encontram em Lisboa, hoje reunidos, inalteravelmente fieis aos principios fundamentais da monarquia, declararam-se em nome da Causa que em 1918 os fez seus representantes parlamentares em pleno acordo com a patriotica doutrina e nobre orientação expostas na carta que lhe foi lida do sr. Conselheiro Aires d'Ornelas, a cujos altos sentimentos de insigne português e de valoroso militar, com relevantes e heroicos serviços em campanha, prestam a mais sentida homenagem de admiração e simpatia, afirmando-lhe a sua rigorosa disciplina partidaria. E, assim, conscios da gravissima situação interna e externa do país e dos perigos que ameaçam nesta conjuntura a nacionalidade, julgam e reconhecem que todos os cidadãos portugueses, sem distinção de partidos e tambem sem abdicação de principios, devem concorrer para que, na suprema aspiração da salvação de Portugal, se conjuguem a acção e os esforços dos que pela sua competencia, pelo seu valor e pela sua autoridade moral, possam contribuir, harmonicamente, num armisticio politico, para a imediata solução das crises que dominam hoje a vida publica, assegurando-se — com a manutenção definitiva da ordem, em todos os seus aspectos — a independencia e a integridade da Patria».

Segundo nos informam, não puderam ser expedidos, por efeito da greve telegrafo-postal, avisos aos antigos parlamentares que estão fóra de Lisboa e aos quaes se resolveu pedir a adesão á moção aprovada.

Sendo Eu o representante de mais de oito seculos de Monarquia que criou Portugal, O fez grande e Lhe mostrou o caminho da Honra e da Gloria, tenho o direito de apelar para todos os Portugueses, para que se unam perante o perigo que existe e para que saibam por todos os meios defender o solo sagrado da nossa Terra, a sua independencia e autonomia. O perigo não deminuiu: precisamos como Portugueses, de estar unidos e formar um bloco firme e compacto que deve ter como lema uma só palavra, um só ideal: Patria.

No meu exilio continuarei, como sempre, a cumprir o meu dever trabalhando pela integridade da Patria com o amor que Lhe dedico e a saudade que d'Ela tenho. Prouvera a Deus que a minha voz fosse ouvida em todas as Terras Portuguesas, brádando: "Portugueses, unam-se pela Patria: sejamos fortes e mostremos ao mundo e áqueles que nos seguem atentamente com cubiça, que Portugal ha-de renascer ainda, numa era de grandeza e prosperidade. Pensemos no País, sem outras ideias do que a que devemos sempre ter presente:

«Nascemos Portugueses, queremos reviver as glorias passadas, queremos levantar bem alto o nome de Portugal, queremos viver e morrer Portugueses!»

E' este o meu apelo ao meu País, é esta a minha resposta á Junta Central do Integralismo Lusitano. Ao seu procedimento tão pouco digno, à sua fórma desleal de se desligar do seu Rei, ás suas acusações sobre respostas que não publicam, respondo apenas com um grito vibrante de amor da Patria.

Aos meus partidarios e em primeiro lugar ao meu Representante me dirijo, traçando neste momento angustioso, o caminho a seguir.

Ouso esperar que o Governo Português saberá igualmente compreender a gravidade da situação, reconhecer que todos os Portugueses são indispensaveis para esta obra e que a amnistia é uma necessidade nacional para o bem do País. (1)

Confio na lealdade e dedicação dos meus partidarios e no Patriotismo de todos os Portugueses para me auxiltarem nesta cruzada!

Creia-me sempre, meu querido Aires d'Ornelas, seu muito amigo.

MANUEL R.

A este documento a Junta Central foi obrigada a responder, publicando na integra o relatorio dos seus delegados, como na sua carta o sr. D. Manuel reclamava. Este relatorio veio a publico nas edições do jornal a *Monarquia* de 4, 5 e 6 de Dezembro de 1919 :

O Integralismo Lusitano e o Senhor Dom Manuel II

Para salvar os principios monarquicos, liquida-se um Rei que apenas tem servido a Republica em nove anos de exilio

O RELATORIO DA MISSÃO A LONDRES

"Que um fraco Rei faz fraca a forte gente"

CAMÕES.

A Monarquia, *conforme ontem prometemos, começa hoje a publicar o extenso relatóro da missão politica enviada a Londres pela Junta Central do Integralismo Lusitano.*

Fazemo-lo com constrangimento, não só por termos a certeza de que a divulgação deste documento importa a liquidação politica e mental de um homem que um acaso sangrento elevou á digni-

---

(1) Nesta passagem infelicissima, o sr. D. Manuel na hora em que tantos soldados da sua causa sofriam os horrores do carceres e dos hospitais, ousava ainda confiar nos sentimentos generosos da republica!

dade suprema de Rei de Portugal, mas ainda porque nele são atingidas por apreciações do Senhor D. Manuel II, varias personalidades politicas, contra as quais não podemos ter qualquer animosidade ou alimentar qualquer ressentimento.

Sendo, porém, obrigados a dar publicidade a este documento politico, impunha-se-nos o dever de o reproduzir integralmente, até na parte em que ele nos póde ser desagradavel. Escrito após cada uma das audiencias, o relatório dos nossos amigos guarda na sua contextura, talvez pouco ordenado, nas suas repetições, na monotonia do seu estilo, a maior prova de uma verdade e de uma espontaneidade que excluem todo outro pensamento que não fosse reproduzir, com absoluta fidelidade, os termos da entrevista de Londres.

Todos os nossos leitores sabem como seria facil a qualquer dos dois delegados, dar a um documento que não se destinava á publicidade, a fórma de concisão e elegancia literaria que caracteriza os livros e os artigos de um e de outro.

Ambos ausentes, posta em duvida a sua dignidade pessoal, invocando-se até, paradoxalmente, como um dever de honra *o que todos nós, por generosidade, tinhamos querido evitar, nenhuma consideração se impõe hoje ao nosso espirito para manter secretas essas paginas em que tão tristemente e eloquentemente se patenteiam as razões da nossa atitude.*

O Senhor Dom Manuel II não pretende nem deseja voltar a ser Rei de Portugal: contenta-se em ser Rei no exilio e essa situação basta ao seu amor proprio, agora estimulado vergonhosamente até pelo aplauso dos jornais republicanos!

Entregando ao publico este relatorio, confiamos firmemente em que o futuro nos ha-de justificar na sinceridade e patriotismo das nossas intenções e no extremo sacrificio com que sempre procurámos servi-las, afirmando bem alto que a honra dos nossos queridos amigos, Drs. José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga, é um penhor sacratissimo de lialdade, capaz de mostrar a todos que nem sempre uma coroa rial é aureola de santidade, embora o vicio da mentira de um homem não possa jámais atingir o prestigio da majestade régia.

*
* *

Relatorio da missão mandada a Londres, junto de Sua Magestade El-Rei, o Senhor Dom Manuel II, pela Junta Central do Integralismo Lusitano, em setembro de 1919.

PRIMEIRA AUDIENCIA

Na tarde do dia 12 de Setembro levámos a Fulewel Park, Twickenham, residencia de Sua Majestade, a carta dirigida ao sr. Francisco Quintela de Sampaio, secretario particular de El-Rei, de que se junta a cópia como documento n.º 1 (1)

Em resposta, recebemos as cartas que se juntam, como documentos n.º 2 e 3.

Em virtude das ordens de Sua Majestade, expressas na primeira destas cartas, partimos para Eastbourne na manhã do dia 16 e ás 2,30 da tarde, hora indicada, tivemos a honra de ser recebidos por Sua Majestade na sua residencia de Compton Granje, Silverdale Road. Apresentadas as nossas homenagens a El-Rei, dissemos que iamos ali como delegados da Junta Central do Integralismo Lusitano, entregar-lhe a mensagem de que eramos portadores. Com a devida vénia, procedemos á leitura dessa mensagem que Sua Majestade ouviu com a mais profunda atenção e recolhimento.

Terminada a leitura dos nomes que a assinavam, Sua Majestade dignou-se perguntar-nos, com maguado acento, se sabianos da morte de Xavier Cordeiro, que na vespera lhe fôra participada por telegrama de Hipolito Raposo, e depois de algumas palavras que exprimiam a nossa dolorosa surpresa, El-Rei ordenou-nos que fizessemos os desenvolvimentos verbais a que o documento alude. Assim fizemos, acentuando e desenvolvendo os vários parágrafos da mensagem, interrompendo-nos de vez em quando El-Rei, dando-nos assim a conhecer os seus modos de ver e opiniões.

(1) Os documentos numerados de 1 a 8 que se refere o Relatorio dos delegados da Junta Central, são constituidos por cartas e telegramas a pedir e a conceder audiencias e não são publicados por não terem qualquer importancia para o caso de que se trata.

OS MOVIMENTOS DE JANEIRO

Começámos por elucidar El-Rei acêrca dos últimos acontecimentos politicos e insistimos especialmente na qualificação das responsabilidades que se apuram da revolução monarquica, definindo os erros de precipitação, falta de preparação e incompetencia governativa dos dirigentes do Norte e os erros de falta de prévia organização, de hesitação em secundar o pronunciamento militar do Porto e falta de unidade de comando e de espirito de ofensiva dos dirigentes do Sul.

Acentuámos como o Integralismo está livre destas responsabilidades, pois procurára, primeiro, contrariar a precipitação do movimento do Porto e, realizado êle, tomou uma decidida atitude de energia, aconselhando e impulsionando o imediato pronunciamento em Lisboa e reprovando, pela boca de Pequito Rebelo na reunião de deputados monarquicos, que em cavalaria 2 pediram a Aires de Ornelas a imediata saída das tropas, a posição de Monsanto e indicando, como caminho a seguir, a marcha sôbre a Rotunda e os Ministerios.

Então El-Rei declara que só pelos jornais teve conhecimento da restauração da Monarquia no Porto, tendo estado quinze dias sem receber notícia alguma, até que Luis de Magalhães lhe telegrafou da Espanha, pedindo-lhe para o auxiliar na questão do reconhecimento da beligerancia, o que — explica Sua Majestade — era impossivel.

Neste ponto, lembrámos a El-Rei que a Junta Governativa lhe enviará um radio-telegrama, logo que se contituiu, não tendo, porém, El-Rei atendido a essa nossa consideração. (1)

---

(1) Além desse telegrama, trocaram-se os seguintes, entre o sr. V. e o sr. D. Manuel: Em 29 de Janeiro:

«People in Portugal are anxious for news of your Majesty. I respectfully beg Your Majesty to send news to me Hotel X. Madrid. — *V.*»

(O povo de Portugal está ansioso por noticias de Vossa Magestade. Repeitosamonte peço a Vossa Magestade que me mande noticias para o Hotel X. Madrid. — *V.)*»

El-Rei respondeu como segue:

«Twickenham, 1 Février — Viens recevoir ce moment votre dépêche. Merci. Suis absolument sans la moindre nouvelle de tout qui se passe. Suis extrèmement anxieux et vous demande urgence m'envoyer les nouvelles que vous avez, car je n'ai reçu aucune information des évènements que par les journaux. — *Manuel.*»

(Recebo neste momento o seu telegrama. Obrigado. Estou absolutamente sem a mais pequena noticia de tudo o que se passa. Estou muitissimo aflito e peço-lhe urgencia em me enviar as noticias que tem, porque não recebi nenhuma informação dos acontecimentos, a não ser pelos jornais. — *Manuel).*

No dia seguinte, V. telegrafa de novo a Sua Magestade. As suas palavras são já ansiosas:

«Madrid, 2 nd — Luis de Magalhães, minister of Foreign Affairs of the Junta Governativa do Reino came from Porto hoping to meet Your Majesty in Spain. He tells me that the Junta sent two radiograms communicating events to Your Majesty. Our troops are strongly established and Your Majesty enthusiastically acclaimed. Your Majesty's presence is ardently desired and must have a decisive effect because assuredly it well guarantee recognition of belligerance. I remain Hotel X. to receive Your Majest's orders. — V.»

(Madrid, 2 — L de M., ministro dos Negocios Estrangeiros da J. G. do Reino, veio do Porto na esperança de encontrar Vossa Magestade em Espanha. Ele diz-me que a Junta mandou dois radiogramas, comunicando os acontecimentos a Vossa Magestade. As nossas tropas manteem-se muito firmes e Vossa Magestade é entusiasticamente aclamado. A presença de Vossa Magestade é ardentemente desejada e deve ter um efeito decisivo, porque garantirá com certeza o reconhecimento da beligerancia. Continuo no Hotel X para receber as ordens de Vossa Magestade. — *V.)*

A isto, responde o Rei no dia 3:

— «Twickenham, 3. — Reçois ce moment, votre dépêche du 2. Je n'ai jámais reçu aucune dépêche donnant communication évènements, sauf dépêche datée le 19 Janvier annonçant proclamation monarchie Porto. Je suis absolument sans nouvelles, sauf informations publiées journaux. Prie dire Luís Magalhães que je voudrais avoir nouvelles detaillées.

Suis trés anxieus et il me coute extremement être loin. Devez penser difficultés qui existent pour mol en vue situation générale. Prie donner nouvelles et accuser reception ma dépêche. *Manuel.*»

(Twickenham — 3. — Acabo de receber o seu telegrama de 2. Não recebi nenhum telegrama comunicando os acontecimeutos, a não ser o datado de 19 de Janeiro, anunciando a proclamação da Monarquia no Porto. Estou absolutamente sem noticias, a não serem as publicadas nos jornais. Peço-lhe que diga a Luís de Magalhães que eu desejaria ter noticias minuciosas. ESTOU MUITO AFLITO E CUSTA-ME IMENSO ESTAR LONGE. Deve (V.) pensar nas dificudades que para mim existem, em vista da situação geral. Peço me dê noticias e acuse a recepção do meu telegrama. *Manuel).*

A 10 de Fevereiro, V. telegrafa pela ultima vez:

«Reçois ce moment dépêche de Votre Majesté. Luís de Magalhães a du sortir de Madrid. Il est allé à Porto d'où il espère pouvoir partir Angleterre. Il a écrit Votre Magesté une longue lettre qui doit être déjá

A proposito de Luis de Magalhães, inteirámos El-Rei da desastrada missão desse politico em Espanha; pois, não só não guardou nas suas diligencias as reservas necessárias, como, tendo sido avisado de que as facilidades prometidas pelo Paço deviam ficar ignorados do Conde de Romanones, presidente do govêrno, inutilizou essas facilidades pelo facto da entrevista que com êle teve e na qual produziu afirmações inconvenientes, como a de que o movimento do Pôrto estava perdido se a Espanha o não auxiliasse com armas e munições. (²)

El-Rei pronuncia palavras da mais formal condenação do movimento do Pôrto, dizendo que **Paiva Couceiro incorreu na maior responsabilidade politica do ultimo seculo; acrescenta que Paiva Couceiro não tem feito outra cousa senão desobedecer, não tendo obedecido senão em 4 de outubro de 1910, justamente na conjuntura em que deveria ter desobedecido.**

Censura-o por ter tomado a iniciativa do movimento sem ter um chefe do estado maior, sem armas e sem munições, sem a prévia e necessaria combinação com os elementos do Sul e até contra a vontade de Aires de Ornelas, que em Lisboa, em casa de Pinto da Cunha, lhe mostrára a desvantagem de um movimento monarquico naquela ocasião, tendo resultado dessa entrevista o corte de relações entre ambos. E finalmente diz que o preocupa a situação de Paiva Couceiro em Espanha, pois sabe que ele tem grandes quantias de dinheiro provenientes de levantamentos feitos nas agencias do Banco de Portugal no Norte e de armas no valor de trinta mil libras, compradas durante a rebelião, tendo a seu lado cada vez mais gente.

---

arrivée. Moi même en ai envoyée une autre hier. Je prie respectueusement Votre Majesté vouloir bien recevoi la personne qui se présentera de ma part. Troupes royalistes tiennent fermement et mouvement monarchiste s'accentue Beiras. Reconnaissance belligerance assurerait victoire et ferait terminer rapidemente guerre civile. Junta Governativa croit nécessaire employer tous les moyens pour l'obtenir, étant parfaitement justifiée d'ailleurs par occupation territoire national avec près de deux tiers de la population totale par emploi armée regulière et par la parfaite organisation de l'administration publique dans les provinces où este retablie la forme gouvernement monarchique, tandis que dans celles qui obéissent encore au gouvernement républicain le bolcheviquisme se propage. Dans la Capital même a été assassinè hier le capitaine Jorge Camacho que avait été detenu à Beja. V».

(Acabo de receber o telegrama de Vossa Magestade. Luís de Magalhães já saiu de Madrid. Foi para o Porto, de onde espera poder partir para Inglaterra. Escreveu a Vossa Majestade uma longa carta, que já deve ter aí chegado. Eu tambem mandei ontem outra. Peço respeitosamente a Vossa Majestade se digne receber a pessoa que vai da minha parte. As tropas monarquicas mantêm-se firmemente e o movimento monarquico alastra nas Beiras. O reconhecimento da beligerancia asseguraria a vitoria e faria terminar rapidamente a guerra civil.

A Junta Governativa julga necessario que se empreguem todos os meios para o obter, estando aliás perfeitamente justificado pela ocupação garantida e pacifica de uma grande parte do territorio nacional, com cêrca de dois terços da população total, pelo emprego do exercito regular e pela perfeita organização da administração publica nas provincias onde está restabelecida a forma de governo monarquico, enquanto nas outras que ainda obedecem ao governo da republica, vai lavrando o bolchevismo.

Em plena capital foi ontem assassinado o capitão Jorge Camacho, que fôra preso em Beja. — *V).*

Tres dias depois de enviado este telegrama, que não obteve resposta, a Republica voltou a restaurar-se no Norte do País».

Estes telegramas lêem-se a pag. 19, 20 e 21 do livro (edição de Madrid), 1920.—*Portugal y el Hispanismo,* do sr. Conde de Santibáñez del Rio, com prefacio do sr. Conde de Romanones.

Para esta obra remetemos o leitor curioso, pois nele encontrará interessantes pontos de vista e algumas revelações graves sôbre a questão monarquica de 1919.

(²) O Sr. Conselheiro Luís de Magalhães fez inserir nos jornais do Porto, onde se encontrava preso, a seguinte carta:

Snr. Redactor:

«No relato que a «Monarquia» publicou, das entrevistas que os delegados da Junta Central Integralista tiveram em Inglaterra, com S. M. El-Rei o Senhor D. Manuel, ha uma referencia á minha pessoa e á missão que me levou a Madrid no principio do ano corrente.

Em vesperas de responder perante o Tribunal Militar pela minha comparticipação na obra politica do movimento restaurador, — comparticipação de que assumi todas as responsabilidades que me competiam — não julgo oportuno o momento para apreciar o incidente que acaba de dar-se, nem para retorquir a qualquer critica que á minha acção nesse movimento, me possa ser feita.

Mas, como nesse relato, vejo descabidas alusões a altas personalidades espanholas, que a minha indiscreção e inabilidade diplomatica teriam envolvido numa questão de politica nacional, a que deviam ser estranhas, — entendo cumprir um dever de cavalheirismo fazendo as declarações seguintes:

1.º Que o fim da minha missão a Madrid foi procurar avistar-me com o Senhor D. Manoel, que os jornaes diziam encontrar-se em Espanha, o que uma informação d'ali directa e fidedigna, fazia crêr que fosse verdade. E tanto isto é assim que a minha partida, a 29 de janeiro, é, como facilmente se pode verificar, imediata á circulação d'aquelle boato.

2.º — Que nenhuma conferencia solicitei de qualquer entidade politica espanhola, fossse de que catego-

Informado por nós de que Paiva Couceiro distribui esse dinheiro aos emigrados politicos, El-Rei pergunta em que direito se funda Paiva Couceiro para proceder assim. Diz mais El-Rei que, se até á data não censurou Paiva Couceiro publicamente, foi só porque ele é um vencido (apesar de nunca ter sido vencedor, acrescenta El-Rei); mas, se Paiva Couceiro intentar um novo movimento, como juga possivel, então o desautorísará como rebelde, em documento publico.

O que não pode perdoar-lhe é o facto de ter lançado tanta gente nas prisões e na desgraça e ter conseguido salvar-se para Espanha. Não se admiraria que lhe dissessem que Paiva Couceiro foi bem recebido nesse pais, pois, na sua opinião, **ele tem sido um joguete nas mãos dos governos espanhoes, interessados na nossa desordem interna.** A infuencia da Espanha atribui ainda El-rei as recentes inconfidencias diplomaticas de Egas Monís e de Cunha e Costa, publicando documentos de caracter reservado dos aliados, inconfidencias em que de resto, tem incorrido — nos diz El-Rei — um tal Moreno que escreve na *Epoca,* vindo finalmente nós a perceber que se tratava do pseudonimo *Garcia Moreno*, de um jornalista que se tem ocupado da questão da guerra naquela gazeta.

A este proposito, recorda tambem El-Rei a estada de Egas Monís em Madrid, no seu regresso do lugar de presidente da delegação portuguêsa á conferencia da paz, dizendo que naturalmente nessa ocasião se teriam exercido sobre esse politico aquelas influencias das eferas oficiaes espanholas, de que resultaria o caracter contrario ao interesse dos Aliados, de semelhantes inconfidencias. Apesar de considerar má a situação diplomatica da Espanha por causa da sua atitude dubia durante a guerra, sabe que este país trabalha activamente para conseguir a Sociedade das Nações um mandato de intervenção em Portugal. [1] Como tivessemos referido a El-Rei que Paiva Couceiro afirmara a um de nós que a responsabilidade do movimento cabia a El-Rei, por intermedio de Aires de Ornelas e por efeito do documento em que aparecem as palavras de El-Rei — *Go on* — como resposta a um quesito acêrca da oportunidade da revolução, El-Rei diz conhecer o documento e ter mesmo dele uma reprodução fotografica e explica que — *go on* — representava uma

---

ria fosse, — nada tendo, portanto, S. M. o rei de Espanha, nem o sr. conde de Romanones, com a missão de que ia encarregado.

3.º — Que com tal reserva me mantive sempre em Madrid, que, nos curtos dias que ali me demorei, raramente saía do hotel, recusando-me a receber, sem excepção alguma, os *reporters* de quasi todos os jornaes madrilenos, que insistentemente me pediram entrevistas.

4.º — Que, como observei nas declarações prestadas no meu interrogatorio, nada tinha a gestionar em Espanha relativamente ao reconhecimento da beligerancia, porque de sobra sabia eu que, dada a aliança inglesa, a Espanha nenhuma resolução tomaria sobre o assunto, sem prévio acordo com a Gran-Bretanha. Esse pedido, a fazer-se, seria, todavia, plenamente justificado com o fundamento do estado de guerra civil em que o país se encontrava e pelo facto incontroverso da Iunta Governativa reger, em plena soberania e com a adesão entusiastica das populações, a maior parte dos populosos territorios do norte do paiz: e ainda pela circunstancia de tal reconhecimento em nada afectar a independencia da patria ou o brio nacional.

5.º — Que, de resto, a inteira neutralidade de Espanha, no nosso conflicto interno, mostra quanto o governo espanhol se manteve rigorosamente alheio aos acontecimentos que, a esse tempo, se desenrolavam em Portugal.

6.ª — Que a insinuação que, noutro jornal, me foi apontada, de que *talvez* um dos propositos da minha missão fosse o de solicitar a intervenção armada da Espanha na luta que se estava ferindo entre a Monarquia e a Republica, a repilo, em meu nome e no de toda a Junta, com a altivez de quem, em toda a sua vida, tem dado inumeras e incontestaveis provas do mais acrisolado patriotismo e do mais pundonoroso sentimento nacional.

Quando as circunstancias o permitam, e nisso não haja inconveniente, explicar-me-hei, com largueza, perante o país, que tambem me ha-de julgar, não só sobre a minha missão á Espanha, mas tambem sobre os demais actos a que, no movimento de janeiro, liguei as minhas responsabilidades.

Pedindo-lhe, e agradecendo-lha desde já, a especial fineza de inserir nas colunas do seu jornal, estas minhas declarações, subscrevo-me com muita estima e consideração, snr. redactor, de v., etc., *Luís de Magalhães*».

Porto, Cadeia da Relação, 8 de dezembro de 1919».

Esta carta não foi comentada devidamente quando da sua publicação, porque o senhor Conselheiro Luís de Magalhães estava preso.

Nós sabemos que os factos não se passaram como o senhor Conselheiro Luís de Magalhães narra, e não os restabelecemos aqui em toda a sua pureza para não envolver neles algumas personalidades espanholas que desejariamos conservar estranhas á discussão deste incidente. Se, porém, S. Ex.ª, agora já restituido á liberdade, quiser conhecer a nossa versão da sua *jornada diplomatica* a Madrid, dar-lha hemos sem hesitar. Ela é bastante jocosa para inspirar um sainete a D. Ramon de la Cruz.

Estamos prontos a cumprir a promessa que lhe fizemos, para quando saisse da prisão.

[2] Estas palavras vieram a ser apreciadas pelo Sr. Conde de Romanones, da madeira seguinte:

Si toda Majestad merece respeto, mucho más es éste debido a la Majestad caída; por eso no quiero que de mi pluma salga ningún comentario sobre aquellas declaraciones que demuestran cómo una verdad bien evidente, que los Reyes, cuando han dejado de serlo, lo mejor que pueden hacer es vivir una vida de gran reserva y discreción. Si el silencio pra todos es oro, para ellos es brillante de valor imponderable. Sólo haré, com todo respeto, sí, pero com toda firmeza, una observación: en ningún tiempo España ha pretendido ejercer una intervención en Portugal; tal idea habrá que classificarla entre aquellas que constituyen los suenos de los Reyes en el destierro». Prólogo do Sr. Conde de Romanones no livro *Portugal y el hispanismo*, já citado.

anterior incitação á organização do partido e observa mais que o Conselheiro Aires de Ornelas escreveu essas palavras no momento das juntas militares, facto este com que era preciso contar.

Observámos que a um de nós um elemento dominante das juntas militares se queixou da atitude de Aires de Ornelas para com as mesmas juntas, não lhes dando o decidido apoio que dele esperavam.

A seguir, El-Rei manifesta a sua completa aprovação aos actos de Aires de Ornelas, dizendo que ele não fizera em tudo mais do que cumprir as suas ordens.

Tendo nós referido a Sua Majestade que o Conselheiro Aires de Ornelas afirma não ter podido deixar de apoiar o movimento do Norte para que se não dissesse que Sua Majestade não queria decididamente ser Rei de Portugal, El-Rei disse que Aires de Ornelas só tomou a responsabilidade de infringir as suas ordens, quando se viu sob a acusação de covarde.

Como nós observassemos que, se Aires de Ornelas tivesse usado da sua autoridade para apoiar o movimento do Porto, desde a primeira hora, o triunfo da Monarquia era certo, El-Rei insistiu em que Aires de Ornelas, não apoiando imediatamente o movimento do Norte, obedeceu estritamente ás suas ordens.

Ao Conselheiro Aires de Ornelas se deve, na opinião de El-Rei, o maior serviço politico dos ultimos tempos, tendo conseguido convencer os Aliados de que os monarquicos portugueses não eram germanofilos, quando 95 % o eram, e ainda o são — acentua Sua Magestade.

Notámos-lhe que só por espirito de contradição com os democraticos e com às declarações liberalistas e maçonicas do chefes da *Entente*, alguns monarquicos manifestavam sentimentos de simpatia pela Alemanha.

El-Rei então energicamente afirma que, devendo dizer-se sinceramente aquelas coisas sérias, a verdade era que os monarquicos eram germanofilos só, ou principalmente para o contrairem a ele.

Observámos que, antes das declarações publicas em que Sua Majestade definiu a sua politica da guerra, já aqueles monarquicos tinham tomado essa lamentavel orientação, o que El-Rei ainda uma vez contesta.

Neste momento, lebrámos a El-Rei a atitude politica do Integralismo durante a guera e o manifesto em que, segundo as indicações de Sua Majestade, logo no começo do conflito europeu, pusemos em evidencia os nossos deveres em face da tradicional aliança que prende Portugal á Inglaterra. (1)

---

(1) O manifesto o que esta passagem se refere, publicado em abril de 1916, era do teor seguinte:

Integralismo Lusitano

PORTUGUESES!

A Junta Central do Integralismo Luzitano julga necessario, nesta hora de perigo colectivo, definir a sua atitude politica, justificando-a perante a opinião publica monarquica, isto é, perante o País.

E' um momento gravissimo o que estamos vivendo, dos mais graves porventura que oito seculos de Historia Patria teem presenciado. Nenhum português póde alegar o direito de calar as suas ideias, num comodismo anti-patriotico e degradante.

Acha-se talvez em jogo a propria existencia da Nacionalidade. E' indispensavel que, no fim desta guerra, caso mercê de Deus não vença o extrangeiro do exterior, o extrangeiro do interior não possa tambem vencer. O curso poderoso e fecundo da tradição nacional deve quanto antes restabelecer-se em toda a sua amplitude passada, para que as energias ocultas da Raça, latentes ha muitos anos, consigam de novo germinar. Queiram ouvir-nos os portuguêses de boa vontade e a Patria não morrerá. A aliança inglesa foi obra da nossa velha Monarquia, diremos mesmo, foi uma das suas obras primaciais, o factor maximo que, durante tantos seculos de Independencia, permitiu ao grande orgulho português do povo livre afirmar sempre, em face do reino vizinho, a sua heroica rebeldia. Não negamos que em diversas epocas da Historia tivessemos tido elementos proprios de defesa ante a expansão tentacular do genio castelhano. Toda a politica diplomatica dos Reis de Portugal, durante setecentos anos de continuidade governativa, resumiu-se em encontrar fóra da Patria (já que a Patria era tão exigua de limites), o necessario ponto de apoio para essa extranha resistencia colectiva que força alguma consegue quebrar e cujo valor a Espanha, mais do que as outras nações, pela dura experiencia pessoal, considera invencivel. As expedições a Arzila e a Ceuta, o dominio do Oriente, a tentativa malograda de Alcacer e por fim o imperio colonial brasileiro foram varias fases dessa habil e sensata diplomacia dos Monarcas Portugueses que nunca esqueceram, por acto algum de publica governança, que o coração da Patria lhes batia dentro do peito. Mas entre as mais notaveis epocas do Passado tivemos alguns crepusculos de gloria; alguns instantes de hesitação na conquista de triunfo, em que a nossa boa estrela, brilhando menos, quasi deixou de alumiar-nos o caminho. Foi em taes momentos de reconhecida mas nunca confessada fraqueza, que tres dinastias de soberanos, de D. João I — o mais sensato — a D. Carlos I — o mais ilustre — foram procurar sempre na terra inglesa onde apoiar a lança dos seus maiores.

Assim pensa tambem o Senhor Dom Manuel II incarnação viva da Patria, supremo arbitro dos interesses

El-Rei mostrou ter conhecimento desse manifesto, acrescentando que *estava muito bem feito.*

Referimos ainda que, tendo chegado ao conhecimento da Junta Central do Integralismo Lusitano que Paiva Couceiro em abril de 1915 preparava um movimento restauracionista, Luís Braga fôra encarregado pela mesma Junta de ir a Pontevedra, afim de obter dele que a vontade de El-Rei fôsse respeitada e que se abandonassem todos trabalhos revolucionarios, o que se conseguiu.

El-Rei abruptamente pergunta — se Antonio Sardinha foi germanofilo, se ainda é germanofilo.

Respondemos que essa acusação de germanofilismo se fez sobre certas afirmações de Antonio Sardinha, extraídas de um artigo publicado na *Nação Portuguesa*, logo nos primeiros tempos da guerra e antes da nossa intervenção militar, tendo sido exageradamente interpretadas e mesmo cavilosamente truncadas.

Mesmo mal interpretadas, essas afirmações não representariam senão uma opinião pessoal e não obrigariam colectivamente o Integralismo, tanto mais que os artigos publicados nessa revista eram, segundo nota nela expressa, da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

E por outro lado, tem o Integralismo das mais altas afirmações durante a guerra, cabendo-lhe a honra de contar nas sua fileiras o oficial mais condecorado do C. E. P., o valente capitão Anibal de Azevedo.

Referindo-se novamente aos serviços de Aires de Ornelas, El-Rei diz que á sua atitude parlamentar atribui o facto de a imprensa inglesa, quando foi da revolução monarquica, espontaneamente ter creado uma atmosfera de simpatia á roda do movimento restauracionista, facto este que Sua Majestade crê não voltará a repetir-se facilmente.

Foi tão vivo o interesse dos jornais ingleses pela revolução monarquica que na noite em que a noticia dessa revolução chegou a Londres, Sua Magestade foi procurado no hotel em que se encontrava, pelos representantes dos principais jornais, que se punham inteiramente á sua disposição; El-Rei não os recebeu, porque — segundo a propria expressão de El-Rei — **não sabia o que lhes havia de dizer,** mandando, em vista disso, o Visconde d'Asseca a recebê-los.

---

nacionais, pedindo-nos o sacrificio, nas aflitivas circunstancias presentes, de estarmos ao lado do governo da republica e de lhe prestarmos todo o nosso apoio, patriotico e desinteressado. E' na verdade um sacrifico enorme o de se oferecerem serviços de qualquer natureza a individualidades politicas que tanto e por tantas formas nos teem ofendido.

Mas Quem póde mandar, mandou, e Quem póde mandar, convençamo-nos bem, conhece melhor do que nós a situação internacional do País. Vê melhor do que ninguem através da apertada rêde da diplomacia britanica, achando-se dia a dia em contacto com o soberano inglês e com o alto governo da nação aliada, que sempre lhe dispensaram as maiores provas de consideração politica e de inegavel estima pessoal.

Hoje, na nossa aliança com Inglaterra, obra da nossa antiga monarquia, representam-nos oficialmente os dirigentes do regimen actual e tudo o que não fosse auxilia-los com abnegação e lealdade, na hora do perigo comum, poderia parecer aos olhos dos governantes britanicos, uma quebra dos velhos pactos de união por parte de quem os fez.

E sendo assim, tidos como anglofobos os realistas portuguêses, só a republica, fiel mantenedora duma orientação diplomatica que tão violentemente combateu, poderia vir a lucrar com ela, no dia proximo ou longiquo da Conferencia da Paz. A aliança inglesa, torna se urgente relembra-lo, não é com o regimen vigente e com a Nação Portuguesa; mas, para que lhe aproveitemos todos os frutos, será preciso que a Nação Portuguesa, monarquica na sua quasi totalidade, só por um expontaneo sentimento de odio contra a republica, não dê à Inglaterra a impressão do que não existe nem poderia nunca ter existido qualquer tendencia mais ou menos hostil á tradicional politica dos nossos antepassados. Desta forma o entendeu o Senhor Dom Manuel II, pedindo ás crenças partidarias de todos os realistas, em nome das superiores conveniencias da Patria, o custoso mas indispensavel gesto de esquecerem temporariamente agravos antigos que não conseguem apagar-se e de sufocarem, emquanto dure a guerra, as sua legitimas queixas e os seus justissimos ressentimentos. Agora, mais do que nunca, é necessario ser-se conscientemente monarquico e não apenas por um cego impulso, aliás tão natural e explicavel, anti-republicano. E o principio basilar da Monarquia, da verdadeira Monarquia, tal como deve ser compreendida, é o respeito dogmatico em materia de diplomacia e negocios externos á vontade infalivel do Soberano.

Ele acha-se por interesse proprio, por esse egoismo dinastico que representa a indiscutivel superioridade da Realeza, identificado sempre com o Interesse Nacional, com as mais altas aspirações do País. A solidez futura dum trôno em Portugal está dependente, sem duvida alguma, da sólida antonomia da Nação. Sem uma Patria livre, não poderemos ter nunca uma livre Monarquia. Dom Manuel II que é hoje, na tela da tumultuosa vida contemporanea, como que a projecção da alma historica da Raça, véla pelos nossos destinos colectivos. Confiemos nele, portanto. Na forma de proceder mostrou-se liberto de quaesquer deletérias influencias de ordem constitucional: afirmou só por si uma ideia, só por si tomou uma responsabilidade. Temos apenas que aplaudi-lo, nós respeitadores da hierarquia social em cujo alto vertice ele se encontra pela Graça de Deus.

Se ha mais tempo houvessem procedido assim os Reis de Portugal, não nos achariamos de certo na *apagada e vil tristeza* dos nossos dias.

O Integralismo Lusitano, por tudo quanto fica exposto, fiel aos seu principios de disciplina politica e absoluto respeito pela suprema dignidade da função régia, sem a qual não ha vida social possivel, nem ordem publica que dure, resolve acatar inteiramente as instruções d'O Mais Alto Representante da Nação. Entretanto, espera que o governo da republica, atendendo as reclamações instantes da consciencia nacional, abra as fronteiras da Patria a todos os exilados por motivos politicos ou religiosos, que teem, como os outros portugueses, o indiscutivel direito de servir o seu país.

A Junta Central

El-Rei pensa que, se Aires de Ornelas não tivesse tomado a atitude acima referida, a Causa Monarquica ficaria absolutamente perdida em Portugal. El-Rei alude varias vezes aos seus longos esforços de preparação de um ambiente favoravel á restauração e á boa coadjuvação que para isso lhe prestaram Aires de Ornelas e o Marquês de Soveral.

E tão bons se afiguram a El-Rei os resultados dessa obra que nos afirma que, se não tivesse sido a revolta do Porto, dentro de seis meses, quere dizer, por agora, em meados de Setembro (palavras expressas de El-Rei) — **a Monarquia estaria restaurada, até por pedido dos proprios republicanos!** Por quanto, embora poucos, Sua Majestade crê que ainda ha alguns republicanos honestos.

E a restauração realizar-se-hia naturalmente, explica El Rei: era grande e unida a representação parlamentar monarquica, perante uma maioria desunida, tendo por nós o reforço dos elementos catolicos e alguns da maioria que tinham entrado em entendimentos com a minoria monarquica; as eleições camarárias deram á Causa Monarquica um triunfo ainda maior do que as eleições legislativas; no distrito de Viseu havia tantas camaras, das quais tantas eram monarquicas (Sua Majestade indica-nos com precisão estes numeros); alem disso eram tambem nossos os comandos militares.

Manifestámos a nossa discordancia deste modo de vêr, apoiando-nos na consideração de que o movimento de Santarem demonstra bem que os republicanos nunca desarmariam, porque, acima do interesse nacional, põem os seus proprios interesses; de resto, na minoria parlamentar monarquica não havia aquela perfeita unidade que El-Rei supõe; da sua acção pouco se aproveita, a não ser a de algumas sessões, antes do assassinato de Sidonio Pais.

O apoio á obra do Presidente foi mais um entendimento baseado na troca de favores de politica vulgar, limitando-se a uma estricta concepção de tranquilidade aparente o problema da ordem, sem uma inteligente e eficiente influencia nos processos politico-administrativos dessa ditadura; depois do assassinato de Sidonio Pais, alem de os dirigentes monarquicos não terem conseguido garantir a formação necessaria de um governo militar, como as circunstancias aconselhavam, tambem a consciencia da minoria monarquica se revela no erro imperdoavel da eleição do novo presidente, abdicação implicita de todos os nossos principios.

Devemos dizer que entre os louvores a Aires de Ornelas e as censuras a Paiva Couceiro, El-Rei nunca houve por bem manifestar o seu pensamento sobre os serviços prestados pelo Integralismo nos ultimos acontecimentos, aos quais, aliás, as nossas palavras, como a mensagem, faziam repetidas referencias.

Em determinado ponto desta parte da audiencia, como se tivesse pronunciado, a propósito dos acontecimentos, o nome de João de Almeida, Sua Majestade disse-nos ter uma má impressão do caracter daquele militar, resultante do facto de antes da incursão de Chaves ter deixado em Londres cartas ante-datadas, que o abrigavam de responsabilidade, no caso de fracasso. Observámos então que êsse facto não nos parecia ter a importância moral que se lhe atribuia, representando apenas uma precaução de guerra.

D. MANUEL II E O INTEGRALISMO LUSITANO

El-Rei mostrou não ter tido ocasião de conhecer os fundamentos e a razão de ser da doutrina integralista

Continuando no desenvolvimento verbal da doutrina exposta na mensagem, na parte em que se refere às aspirações do *Integralismo Lusitano*, notámos que Sua Majestade encontrava novidades que o surpreendiam em tudo o que diziamos. Foi assim que, expondo-lhe nós a organização da Nação segundo o plano integralista, El-Rei nos observou: que propugnavamos por uma monarquia absoluta, contrária às ideias do tempo. E como nós explicassemos a existencia, no regimem que defendemos, das liberdades municipais e corporativas, representando assim o *Integralismo* a conjugação das duas grandes tendencias do mundo moderno — a autoridade do poder e a organização sindicalista, Sua Majestade achou interessante esta aliança, dizendo que **tal regimen vinha a ser a autocracia conjugada com as tendencias mais radicais.**

Insistindo nós na necessidade do *poder pessoal* do Rei, como essencia da Monarquia, disse-nos Sua Majestade **que essas palavras não deviam nunca empregar-se.** Nós retorquimos que a Nação, bem provada já pela tirania insuportável do *poder pessoal* dos chefes dos bandos republicanos, se

sentiria liberta sob o *poder pessoal e legitimo do Rei.* Notou tambem Sua Majestade que no nosso programa faltavam a Opinião Pública e o Parlamento, dizendo nós não reconhecermos a Opinião Pública como órgão de govêrno e que, quanto a Parlamento, só admitiamos o das Corporações e dos Municipios.

Fazendo nós a apologia do Integralismo, El-Rei diz-nos que, *partidos e politica,* ha de haver sempre, mesmo apesar das nossas limit ções, e a prova era que estavamos ali ha tanto tempo e não falavamos senão de *politica.* El-Rei afirma-nos que em Portugal se mama leite e se mama política; tambem interrompe várias vezes a nossa exposição para nos aconselhar a que não sejâmos intransigentes.

Sua Magestade pergunta-nos tambem como se resolveria um conflito, levantado entre o Rei e a Assembleia Nacional, com nós a queremos. Explicado a Sua Majestade que essa Assembleia é consultiva, prevalecendo, em caso de conflito, a vontade do Rei, Sua Majestade outra vez nos disse que isso era o absolutismo, retorquindo nós que eram sempre distintas a esféra da acção rial e a dos órgãos municipais e corporativos.

Como nós protestassemos contra a designação de *absolutismo,* dada ao regimem que defendemos, El-Rei respondeu-nos que só conhecia duas especies de monarquia — absoluta e constitucional, e que em nenhum tratado de direito politico se encontrava outra formula. Fizemos então a distinção entre *monarquia absoluta, monarquia parlamentar ou constitucional e monarquia representativa,* acrescentando que é o regimen representativo o que defendemos, cabendo ele tanto nas ideis modernas que a escola da *Action Française* expõe em França principios semelhantes aos nossos e que não ha nesse país que nos conste, um só monarquico constitucional ou liberal.

El-Rei informa-nos então que, **se a monarquia se restaurar em França, essa monarquia será constitucional.** (1)

Contestamos respeitosamnnte que a leitura diaria de *L'Action Française,* orgão do realismo francês, nos dava impressão diferente. Tendo El-Rei afirmado que, acima de todas as outras crises, existe em Portugal a crise mental, a anarquia dos espiritos, acudimos nós a contar, como sintoma dessa crise, que de longe vem, que no nosso curso de direito na Universidade de Coimbra, havia um professor, monarquico, filiado num partido da extrema direita, que nas suas lições de direito politico nos ensinou que, em teoria, o regimen republicano era superior á monarquia. (2) El-Rei atalhou: **E lá em teoria...** e imediatamente El-Rei, tendo talvez visto o alcance das suas palavras, deu um rumo diferente ao seu discurso.

A PROCLAMAÇÃO AO PAÍS

Sobre a necessidade imediata duma proclamação de Sua Majestade, na qual El-Rei afirmasse os seus direitos e o desejo de intervir efectivamente, na politica monarquica, El-Rei respondeu que o momento não era oportuno, e que *talvez,* só depois da amnistia, essa proclamação conviesse.

Sugerimos a El-Rei a inabalavel vantagem de lançar essa proclamação ao País, na qual se assentassem as bases da nova politica monarquica e Sua Majestade pudesse desfazer a campanha contra ele feita, sob o falso testemunho de que não deseja mais regressar a Portugal. Sua Majestade começou por nos responder que essa proclamação tinha muitos inconvenientes, não podendo nunca fazê-la antes que uma amnistia fosse concedida.

Como manifestassemos a nossa incredulidade numa proxima amnistia, El-Rei informou-nos de que ainda muito recentemente estivera para ser dada no parlamento da republica, tendo apenas sido impedida pela acção de Brito Camacho, mas que **sabe que em Outubro proximo o novo presidente inaugurará as suas funções com esse acto politico.** (3) Então El-Rei pensará o que convirá fazer e ele proprio se encarregará da redacção desse documento, se o entender conveniente. Insistimos em que, na nossa opinião, esse documento não poderia retardar a amnistia e que nele El-Rei teria ocasião de aconselhar ou ordenar aos monarquicos que, ao mesmo tempo que trabalhassem activamente na sua organização partidaria, prestassem o seu auxilio a todas as tentativas de ordem e

---

(1) Como é sabido, o pretendente ao trono de França é o Senhor Duque de Orléans, tio materno do Senhor D. Manuel, cujo pensamento e acção se identificam absolutamente com a doutrina da *Action Française,* como pode ver-se da leitura desse jornal e do prefacio que S. A. o Senhor Duque de Orléans escreveu para o livro *La Monarchie Française,* e que pelos realistas franceses é considerado como a sumula da doutrina monarquica.

(2) Vid. Dr. Alberto dos Reis – *Sciencia Politica e Direito Constitucional* – Coimbra – 1907 – Pag. 140

(3) Os factos vieram demonstrar como eram erradas as previsões politicas do Sr. D. Manuel.

boa administração que viessem por acaso a surgir dentro do regimen republicano, nestes tempos da ameaça bolchevista e da maxima gravidade nos varios problemas portuguezes; — El-Rei respondeu que tais afirmações seriam interpretadas como adesão á republica. El-Rei diz-nos saber que é acusado de não querer regressar a Portugal, campanha que é sobretudo feita por monarquicos; **essa campanha, porém, não o interessa, deixando-o absolutamente indiferente.** Confirmámos as informações de El-Rei, ajuntando que essa campanha, seja ela iniciada por que fôr, já alastrou pelo estrangeiro e é vulgar ouvir dizer-se por toda a parte que El-Rei não quer mais reinar em Portugal. **Sua Majestade, porém, julga inutil desfazer essa campanha.**

Sugerimos ainda a El-Rei que essa proclamação era necessaria para afirmar pratica e publicamente o seu desejo de reinar e de mandar e que, na liquidação do passado, nela poderia El-Rei prestar justiça ás boas intenções e á dedicação com que todos combateram, embora aplicasse na energia do exercicio das suas funções de chefe, as publicas sanções áqueles que erraram.

El-Rei diz que teria de ser muito duro para com os vencidos e não o faria e que essa publica qualificação de responsabilidades seria um escandalo para os inimigos e um motivo mais de desunião.

*
* *

El-Rei participa-nos que enviára recentemente a Aires de Ornelas um documento de importancia politica, permitindo-lhe fazer dele o uso que entender, mas não houve por bem comunicar-nos o seu conteudo.

Disse-nos tambem El-Rei que se encontrava em Lisboa para colher impressões, devendo regressar brevemente a Londres, o visconde de Asseca, e que, se ao voltarmos a Portugal, este titular ainda lá se encontrasse, lhe referissemos tudo quanto Sua Majestade de nós ouviu no decorrer da audiencia que nos foi concedida e que disséssemos que iamos de mandado de El-Rei. O mesmo nos ordenou que fizessemos com o Conde de Sabugosa. Perguntámos se El-Rei queria transmitir-nos algumas indicações por conduto das pessoas que acabava de nomear e, se assim era, visto estarmos ali, honrar-nos-iamos muito ouvindo directamente de Sua Majestade as suas ordens. El-Rei respondeu-nos negativamente, dizendo que estas pessoas estavam recolhendo informações, convindo, portanto, que nos ouvissem tambem.

A DESIGNAÇÃO DE SUCESSOR

Acerca da necessidade de El-Rei designar o sucessor do trono, Sua Majestade respondeu que **essa questão só a ele dizia respeito,** prometendo no entanto estuda-la convenientemente.

Repetidas vezes, no decorrer da audiencia, mostrámos a El-Rei a necessidade de designar *imediatamente* o Sucessor do Trono, manifestando-lhe as varias razões que fazem da Monarquia uma Familia e não um Homem.

Sua Majestade evitava sempre responder-nos, até que, depois de uma interrogação mais directa e categorica, fez a declaração que consta deste paragrafo, recusando-se expressamente a desenvolvêl-a mais.

O REI E O SEU REPRESENTANTE

Sobre a necessidade de existencia em Portugal dum representante de Sua Majestade, El-Rei responde: — que esperava pela amnistia para conversar com Aires de Ornelas, afim de lhe confirmar os poderes; caso a amnistia demore indefinidamente, Sua Majestade diz-nos que *talvez* não nomeie novo representante por *dificuldade de escolha.*

Tendo feito sentir a Sua Majestade a opinião do Integralismo sobre a urgencia de indicar um novo representante em Portugal, no impedimento de Aires de Ornelas, actualmente preso, Sua Majestade mostrou não considerar impedimento essa situação. Esperava que uma proxima amnistia restituisse Aires de Ornelas á liberdade e lhe permitisse trocar com ele impressões, de

que dependeria a sua orientação futura e toda a organização do partido monarquico. Objectámos com as varias razões que afastam a previsão duma proxima amnistia; El-Rei diz que se Aires de Ornelas continuar preso, não sabe quem nomeará **ou mesmo se nomeará alguem como seu representante, porque lhe parece muito dificil encontrar em Portugal uma pessoa de bastante confiança para nela depositar plenos poderes.** Envolviam as palavras de Sua Magestade uma tão intima e exclusiva razão de confiança pessoal, que nós, que tantas vezes lhe tinhamos feito sentir a inconveniencia de se encontrarem interrompidas as funções do Lugar Tenente, recebemos as indicações de Sua Magestade como uma forma negativa aos nossos desejos de ver nomeado um representante interino.

*
* *

Sôbre a necessidade de nomeação dum Chefe Militar, Sua Majestade respondeu negativamente, por ser contrario a uma mudança violenta das instituições, **julgando que a Monarquia se deve restaurar pelo combate no campo legal.**

Apresentada a Sua Majestade a conveniencia da nomeação secreta desse Chefe Militar, que organizasse e no momento oportuno comandasse a Contra-Revolução, Sua Majestade terminantemente se opôs a esta indicação. *Porque* — palavras de El-Rei — *naquele desgraçado país tudo se sabe* e tambem *porque não poderia nomear mais do que um representante.*

Objectámos que o segredo da nomeação se poderia facilmente manter, porque o Chefe Militar estaria em ligação apenas com um numero muito limitado de pessoas e trabalharia sob a imediata direcção politica do Lugar Tenente de El-Rei. Acrescentámos que a nomeação dum Chefe Militar tinha ainda a vantagem de evitar as novas aventuras e precipitações que El-Rei temia, definida como ficava a sua responsabilidade de direcção.

El-Rei contesta que haveria o perigo desse Chefe Militar fazer a Revolução sem o consultar, não sendo garantia completa a sua responsabilidade, como não o foi para impedir que Paiva Couceiro tivesse feito no Porto, em nome de El-Rei, a Restauração. Respondemos que agora se poderia estabelecer uma ligação mais directa entre Sua Majestade e o Chefe Militar, cuja nomeação seria exclusivamente da confiança regia.

Então El-Rei declara terminantemente que **a Monarquia não pode, nem deve ser feita por uma Revolução, porque, em primeiro lugar, seria um absurdo fazer tal, pois a Monarquia é a Ordem; em segundo lugar, a Restauração da Monarquia por meio duma Revolução daria azo a que os republicanos se servissem de novo da Revolução para escalarem o poder,** e finalmente, Sua Magestade não quer ligar o seu nome á ruina da Patria, e uma nova Revolução pode ser, segundo El-Rei julga, a causa determinante desta final desgraça. Alêm disso Sua Majestade considera tambem eminente a bancarrota.

Pelo contrario, observámos, é urgentemente necessaria uma Revolução Monarquica triunfante; pois só a rápida intervenção das virtudes salvadoras da Monarquia pode inpedir a ruina definitiva e total do país, que a Republica consumará, se dispuser dos anos ou dos meses necessarios para esse efeito.

Solenemente afirmamos a El-Rei que todo o nosso estudo e o conhecimento da vida portuguesa nos garantem absolutamente que o advento da Monarquia, sob a condição se fazer sem demora, resolveria os tres problemas fundamentais da Grei: — o problema da Ordem, assegurada pela disciplina e paz essencial do regimen monarquico; o problema espiritual pela essencia moral do regimen monarquico que se baseia na honra, e pelas suas ligações intimas com o Catolicismo; finalmente, o problema da Riqueza, que a Monarquia realizará, reatando a tradição das *sesmarias* e fazendo a intensificação da agricultura, segundo as mesmas regras que fundaram economicamente a Nação. Todas estas soluções, dissémos, se encontram estudadas nos trabalhos do Integralismo e virão brevemente a ter a sua explanação completa no livro proximo — *Soluções Nacionaes.*

Disse-nos tambem El-Rei que, **na sua opinião, o país não é na sua maior parte monarquico, como se tem dito; se as populações rurais onde prevalecem ainda os sentimentos religiosos e aonde ha a influencia conservadora, do torrão são monarquicas, as cidades são republicanas; — é, pois, preciso contar com a republica.**

A Restauração Monarquica tem que fazer-se pela conquista das Camaras Municipais e do Parlamento, pois todas as formas de campanha contra a Republica estão dependentes da vontade dos governantes que proíbem, a seu talante, as conferencias publicas e os jornais.

Fizemos sentir a El-Rei quanto o Integralismo se afasta destas opiniões, pensando que é necessario que a organização monarquica seja completa e abranja tambem o aspecto revolucionário, pois a Revolução, ou, antes, a Contra-Revolução Monarquica, sendo apenas a Restauração da Ordem e influindo decisivamente no estabelecimento das formas energicas de governar, resolve definitivamante o problema da segurança publica e impede novas revoluções.

Contámos como, com as ultimas provações, tem aumentado o numero e a combatividade dos

militantes monarquicos; como depois do desastre de Monsanto, já duas revoluções monarquicas estiveram eminentes e tramadas expontaneamente, sem a acquiescencia dos maiorais; e ainda como é grande o entusiasmo nas prisões.

Acrescentámos que todas as separações e perseguições da Republica só têm aumentado o numero dos seus inimigos, criando, exactamente nos grandes centros, consideraveis elementos de combate, que tornam possivel a realização dum golpe de Estado. Acentuámos ainda que o exercito, apesar de todo o trabalho de selecção, não merece a confiança da Republica, tendo sido mesmo ultimamamente proposta no Parlamento a sua dissolução. De resto, a atmosfera dos grandes centros cada vez ha-de ser mais desfavoravel á Republica, porque esta, uma vez vencido internacionalmente o bolchevismo, tornar-se-ha mais burguesa, alienando de todo a simpatia dos elementos operarios, de que já não gosa depois das repressões violentas dos ultimos ministerios.

Sobre as ideias de Sua Majestade de nos restringirmos á luta no campo legal, contestámos que só pela violencia os republicanos abandonarão o disfruto das vantagens do poder a que estão presos pelos laços dos mais inconfessaveis interesses pessoais; que, apesar de todas as proíbições e abusos de autoridade que continuamente têm distinguido o regimen republicano, sempre é possivel a propaganda, mesmo clandestina, tanto mais que da parte mais importante dela se encarregam os proprios republicanos notavelmente, pela demonstração cada vez mais completa do desastre da guerra e com a liquidação das suas contas que deixam arruinado o país.

E recordámos que, se no consulado de Sidonio Pais, os monarquicos tiveram a liberdade de ir ao Parlamento, isso se deve á revolução de Dezembro apoiada na reacção do espirito monarquico.

El-Rei atalha, dizendo que **é talvez preferivel apoiar uma revolução de caracter republicano, a fazer uma revolução retintamente monarquica.** Insistimos em que **não deve repetir-se o erro do Dezembrismo e da Revolução de Sidonio,** pois mais valera ter proclamado então a Monarquia, o que evitaria todos os desastres subsequentes.

El-Rei diz que, se assim se tivesse feito, a Republica breve teria voltado e — palavras textuais — disse: «— **Eu por pouco tempo não volto lá.**» Acrescenta: Ha nove anos que andamos a marrar contra uma parede! Podem-me dizer que *agua mole em pedra dura tanto dá até que fura;* mas nós devemos atender á experiencia e não caír nos erros antigos. **Uma Revolução,** pensa El-Rei, **só deve tentar-se, quando haja para o seu triunfo, 90 e 9 decimos por cento de probabilidades!**»

Respondemos logo que a experiencia nos diz que tem havido revoluções triunfantes, como a de 5 de Outubro, 14 de Maio e 5 de Dezembro, em que minimas probabilidades de triunfo havia — e outras, como a revolução monarquica de Janeiro, em que pode bem dizer-se que havia a favor *os tais 99 e 9 decimos por cento de probabilidades* — e se perdeu.

ARQUIVO RIAL

Sobre a necessidade de sua Majestade continuar no exilio a obra de estudo e administração do Arquivo Rial, Sua Magestade não se pronunciou.

Sugerimos a Sua Majestade a conveniencia de prosseguir, no interregno republicano, a obra de estudo e administração do Arquivo Rial, que tão interessantes frutos começára a dar no principio do seu Reinado, por meio dum secretario competente, que a seu lado reunisse os elementos de informação ácerca dos problemas portugueses e repetidas vezes pudesse ir a Portugal para maior exactidão desses estudos.

Começa então El-Rei a discorrer ácerca do mesmo Arquivo Rial, referindo-se especialmente ás tentativas de aproximação com os socialistas por intermedio de Azedo Gneco de quem faz o elogio. Pensa El-Rei que o partido socialista faz falta e fará de futuro na Monarquia e pede-nos com interesse informações sobre o seu estado actual.

Lastima-se de que, não tendo resultado as tentativas do Arquivo Rial, os republicanos tivessem por fim captado os socialistas.

Diz que devem fazer parte do programa monarquico, um certo numero de reformas sociais, como por exemplo, casas baratas, mas que não deve prometer-se muito, para se cumprir bem.

Fizemos notar a Sua Majestade, que, sindicalistas por programa e portanto adversarios do socialismo, tanto melhor poderiamos atender as reivindicações sociais e que o nosso plano de governo contem um vasto capitulo de realizações, referentes ao problema do trabalho.

Lembrámos ainda a Sua Majestade que não só a questão social, mas todos os outros assuntos de administração, foram estudados no Arquivo Rial ao que Sua Majestade assentiu, recordando por sua parte, o problema das quedas de agua e o da irrigação, nos quais reside, segundo a opinião de Sua Majestade, a solução do problema economico português. E conta que para a solução do problema hidraulico mandara vir uma brigada de engenheiros da America, devendo custar agora — diz-nos — a obra de Albufeira uns 60 mil contos, visto que estava avaliada em 30 mil contos nesse tempo. A proposito do Arquivo Rial, El-Rei lembra com saudade o nome de Adolfo Coelho.

Mas sobre o desejo por nós claramente e repetidas vezes expresso, de vermos renascido no exilio o Arquivo Rial, não conseguimos obter qualquer resposta de Sua Majestade.

O REI E A CARTA

Sua Majestade entende que a Restauração da Monarquia implica a Restauração da Carta Constitucional, á qual está ligado por juramento.

Contámos a El-Rei a pessima impressão causada pela Restauração da Carta Constitucional pela Junta Governativa do Porto, e logo El-Rei nos interrompeu para nos dizer que outra cousa se não podia ter feito. A Restauração da Monarquia deve fazer-nos voltar ao **«statu quo ante», doutra fórma não seria Restauração.**

El-Rei faz então a apologia da Carta Constitucional e declara-nos que os actos adicionais é que são maus. El-Rei declara-se preso ao Constitucionalismo por um juramento que não pode renegar.

Observámos a El-Rei que esse juramento foi feito perante a Nação que, tendo abandonado o Rei pela traição colectiva de 1910, o absolveu dele; alem disso a Nação, e em especial a parte mais valiosa do seu partido, não quere mais a Carta; os velhos monarquicos, desiludidos, abandonaram o combate e publicamente declaram o seu afastamento. Abandonam a politica Antonio Cabral, Azevedo Coutinho, Moreira de Almeida. (1) Acrescentámos que os melhores elementos da antiga politica nos favorecem com o seu aplauso, como Aires de Ornelas, Dom Luís de Castro, Conde de Bertiandos. Ficam sós na luta os nossos principios.

El-Rei continua discorrendo e afirma que *se considera sempre o representante da Monarquia Constitucional.* Lembrámos então a Sua Majestade que é tambem o representante das ditaduras,

---

(1) A proposito desta referencia, o sr. Moreira de Almeida fez publicar no jornal *A Epoca* a seguinte carta:

Lisboa, 6 de Dezembro.

*Sr. Director d'*A Epoca
Meu presado amigo e colega:

Tendo A Epoca *transcrito hoje o relatorio da Junta Integralista publicado ontem na* Monarquia, *onde se diz que, entre outros, eu abandonei a politica e, inferindo-se d'ali que essa minha resolução foi tomada por estar* desiludido *da Monarquia e da Carta Constitucional e a esta* não a querer mais, *digne-se V. permitir-me que oponha, nas mesmas brilhantes colunas do seu jornal, a mais categorica negativa a tal asserção.*

Afastei-me da actividade politica, pelos motivos que expús claramente numa carta dirigida ao Diario de Noticias *em 26 de fevereiro p. p. Mas essa inactividade, temporaria ou definitiva, não importa quebra dos meus principios de monarquico constitucional, cada vez mais convicto, acatando e defendendo toda a doutrina da carta de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel publicada no dia 3.*

Agradecendo a V. a honra da inserção destas linhas na Epoca, *sou com alto apreço de V. etc.*

J. A. Moreira d'Almeida

A carta do Sr. Moreira de Almeida, inserto no jornal *Diario de Noticias* de 28 de fevereiro, que justificou a referencia feita neste relatorio, era concebida nos termos seguintes:

que, tendo sido o esforço da Rialeza para se libertar da tirania dos partidos, fôram os periodos mais fecundos de administração e govêrno.

Lembrámos a Sua Majestade que tendo sido o Constitucionalismo uma era de liberdades em que havia um só escravo—o Rei, a Dinastia foi verdadeiramente martir da Patria, pois os politicos arruinando a Nação, para os Reis lançaram todas as responsabilidades.

Observou El-Rei que as ditaduras prejudicaram muito o bom nome do seu Augusto Pai, ao que nós replicámos que, pelo contrario, elas o honraram sobremaneira e que começa a fazer-se justiça aos nobres e patrioticos intuitos de El-Rei D. Carlos.

Tambem dissémos a Sua Majestade que Ele não pode dizer-se o representante do Constitucionalismo porque vem de mais longe o seu titulo e deve na verdade considerar-se o representante da Monarquia que fez a Patria.

El-Rei insiste em que é o representante do Constitucionalismo, volta a fazer a apologia da Carta, com a qual, diz, tudo se pode fazer. E indica: — com a Carta, o Rei pode nomear e demitir livremente os seus ministros; dissolve o parlamento, depois de ouvir o Conselho de Estado, que é da sua nomeação e podendo seguir opinião diferente da que este Conselho emitir; pode declarar guerra e exerce o direito de *veto.* Com a Carta o Rei pode na verdade mandar.

El-Rei lembra-nos mais que *o Rei reina, mas não governa;* ao que nós objectámos: — *o Rei governa, mas não administra.*

Como nós quisessemos explicar a El-Rei que na Monarquia Centralista e Absolutista se pode bem dizer que o Rei *administra,* por se encontrarem absorvidas no Estado Central aquelas fun-

---

Uma carta do Sr. Moreira de Almeida

Do sr. José Augusto Moreira de Almeida recebemos ontem a seguinte carta, cuja publicação nos é pedida:

Sr. Director do *Diario de Noticias.*
Meu presado amigo e colega:

Pelo seu jornal de hoje tive conhecimento dum "relatorio" encontrado no Porto entre outros documentos do Sr. Henrique de Paiva Couceiro, sobre a situação politica do país e feito ha mêses no intuito de o colocarem á frente da acção revolucionaria que veio a manifestar-se naquela cidade no dia 19 do mês passado.

Sem entrar agora, por justos melindres e por ser inoportuna e impraticavel uma discussão dessa natureza, na critica desse documento e, em especial, das alusões ali desfavoravelmente feitas aos elementos monarquicos que, na imprensa e fóra dela, durante a guerra e no actual periodo das negociações da Paz, eram contrarios a qualquer movimento revolucionario e consideravam prematura a restauração: e tendo eu na direcção politica de *O Dia,* de perfeita harmonia com o *Diario Nacional,* sustentando sempre essa orientação, julgo ser a publicação desse para mim até hoje ignorado "Relatorio", o adequado ensejo para tornar conhecida a minha inabalavel resolução de sem quebra dos principios que professo e tenho ardua e firmemente defendido, abandonar a vida politica activa, convencido como dolorosamente fiquei, da inutilidade dos liais esforços que empreguei para se conseguir por uma inteligente politica de evolução, indicada pelas circunstancias, a vitoria de ideais a que uma desordenada revolução não poderia dar pratica realidade.

É cedo ainda para se fazer com severa e imparcial justiça a historia: mais tarde ha-de reconhecer-se que nem o Sr. Aires de Ornelas nem os que, disciplinadamente a seu lado, levando a ainda incompreendidos extremos o espirito de lialdade e de sacrificio e movidos por uma nobre solidariedade com o que já se fizera no norte, expuseram as suas vidas embora conscios da inoportunidade e inviabilidade do movimento, teem a minima parcela de responsabilidade na iniciativa revolucionaria tomada no Porto, sem a previa aquiescencia dos que, ou pela representação régia ou pela representação parlamentar, deveriam ser tidos como os unicos dirigentes legais da causa monarquica em Portugal.

Como os homens publicos devem ao país contas dos seus actos, nem abdicando as responsabilidades que lhes pertençam nem assumindo as que lhes não caibam, eu, que fui jornalista e deputado monarquico, julgo de meu dever e tambem do meu direito, ao afastar-me da actividade politica, expôr os motivos que determinam agora esta minha resolução, que os insucessos de longos oito anos de lutas e de constante adversidade, por carceres e exilios, não me levaram então a adoptar.

E agora, ao deixar a politica e ao dar por finda muito provavelmente a minha vida jornalistica, permita-me V. meu ilustre colega e Sr. Director do *Diario de Noticias,* expressar os votos mais sentidos para que, numa acertada e calma politica nacional, possa este nosso querido e desventurado país encontrar a prosperidade em que renasça a sua passada grandeza.

Com antecipados agradecimentos pelo favor da publicação desta carta, como inseriu o relatorio que a determinou, digne-se V. aceitar os protestos do alto apreço com que me subscrevo

Colega etc.
J. A. Moreira de Almeida

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1919.

ções que na Monarquia Representativa nós queremos descentralizar, El-Rei refere-se á acção que no regimen antigo tinham os *Estados Gerais* (sic).

Sua Majestade entende que o mal da Monarquia deposta em 5 de Outubro, estava nos seus defeitos remediaveis, pois, por exemplo, no parlamento, os deputados não tinham independencia e pertenciam a vários senhores; além disso, os partidos estavam mal organizados.

Dissémos a El-Rei que a Carta, por mais poderes que desse ao Rei, nunca chegaria a suprimir os partidos e as eleições, seu terreno de corrução, deixando sempre o Rei em luta contra os politicos. El-Rei diz-nos que os partidos já acabaram e, depois de regressado a Portugal, se os actos antigos recomeçassem, **faria como Leopoldo da Belgica, tendo sempre na sala do Conselho de Ministros o seu chapeu e a sua bengala e aos politicos exaltados, como Leopoldo I diria: — Olhem que me vou embora!**

Vimo-nos então obrigados a manifestar a El-Rei, em longa e energica exposição, as razões que absolutamente nos proíbem de colaborar numa politica tendente á restauração duma Monarquia Constitucional, que é uma forma de republica onde o Rei se degradou á situação de escravo.

Tão terminantemente expressámos a El-Rei a nossa intransigencia com o programa da restauração constitucional, que Sua Majestade nos interrompeu, com não oculto desagrado:

— Mas digam-me, isto é um *ultimatum?*

Respondemos que não era um *ultimatum,* mas sim a clara e lial afirmação das nossas convicções politicas fundamentais, tendentes sempre á mais larga defesa dos direitos e do prestigio do Rei e só intransigente para as doutrinas e orientação politica que o limitam e destroem.

O PREMIO DE CONSOLAÇÃO

Sua Majestade promete aconselhar o seu Representante a que auxilie a propaganda integralista

Como pedisse-mos a El-Rei que orientasse o partido monarquico para a aceitação da doutrina integralista, El-Rei responde que, *sendo o representante do Constitucionalismo,* não o pode fazer; que não pode aplaudir-nos publicamente, mas apenas recomendar ao seu Representante que facilite a nossa propaganda.

Diz-nos mais El-Rei a sua esperança na Mocidade Portuguesa, que só com rapazes novos se pode contar, que sempre o pensára e o dissera. Recomenda-nos que continuemos a trabalhar e aconselha-nos o seguinte plano de campanha jornalistica: — comparar a Monarquia de antes de 1910 com a Republica, sob os aspectos do aumento do *deficit,* da circulação fiduciaria, da divida, do orçamento, do preço dos generos de primeira necessidade, da emigração, salientando sempre a superioridade dos *homens* da Monarquia sôbre os da Republica.

*
* *

Eram exactamente 6 horas da tarde, quando El-Rei deu por terminada a audiencia que nos concedera. Tinham-se passado três horas e meia de intensa discussão, durante as quais os pontos de vista fundamentais da nossa missão foram a El-Rei repetidas vezes apresentados e desenvolvidos, merecendo quasi todos eles de El-Rei tão claro indeferimento, que logo consideramos ineficaz o prosseguimento das nossas diligencias.

SEGUNDA AUDIENCIA

Apesar disto, resolvemos continuar ainda os nossos esforços, ou para que a El-Rei se proporcionasse ocasião de reconsiderar ou para que ao menos com maior clareza nos fôsse ainda manifestada a sua atitude.

E assim, endereçámos a El-Rei por intermédio do seu Secretario Particular, a carta junta sob o número 4 que acompanhava o seguinte:

Relatorio sintético das respostas de El-Rei á Mensagem da Junta Central do Integralismo Lusitano e que vai ser enviado á mesma Junta

1.º — El-Rei mostrou não ter tido ocasião de conhecer os fundamentos e a razão de ser da doutrina integralista.

2.º — Sobre a necessidade imediata duma proclamação de Sua Majestade ao País, na qual El-Rei afirmasse os seus direitos e o desejo de intervir efectivamente na política monárquica, El-Rei respondeu que o momento não era oportuno, e que talvez só depois da amnistia essa proclamação conviesse.

3.º — El-Rei participou-nos que enviára recentemente ao sr. Conselheiro Aires de Ornelas um documento de importancia política, permitindo-lhe fazer dele o uso que entender, inclusivé, o da sua publicação nos jornais, mas não houve por bem comunicar-nos o seu conteúdo.

4.º — Acerca da necessidade de El-Rei designar o Sucessor ao Trono, Sua Majestade respondeu: — que essa questão só a êle dizia respeito, prometendo no entanto estudá-la convenientemente.

5.º — Sôbre a necessidade da existencia em Portugal dum Representante interino de Sua Majestade, El-Rei respondeu: — que esperava pela amnistia para conversar com o sr. Conselheiro Aires de Ornelas, a fim de lhe confirmar os poderes; caso a amnistia demorasse indefinidamente, Sua Majestade talvez não nomeie novo representante por dificuldade de escolha.

6.º — Sobre a necessidade da nomeação dum Chefe Militar, Sua Majestade respondeu negativamente, por ser contrário a uma mudança violenta das instituições, julgando que a Monarquia se deve restaurar pelo combate no campo legal.

7.º — Sobre a necessidade de El-Rei continuar no exílio a obra de estudo e administração do Arquivo Rial, Sua Majestade não se pronunciou.

8.º — Sua Majestade entende que a restauração da Monarquia implica a restauração da Carta Constitucional, á qual está ligado por juramento.

9.º — Sua Majestade promete aconselhar o seu Representante a que auxilie a propaganda integralista.

Em resposta a esta carta, escreveu-nos o Secretario Particular de El-Rei aquela que se junta sob o número 5, á qual nós replicámos com outra cuja copia tem entre os documentos o número 6.

Em resposta El-Rei mandou marcar-nos uma nova audiencia por meio de telegrama, junto sob o número 7 e da carta junta sob o número 8. No domingo, 28 de Setembro, ás 4 horas da tarde, eramos com efeito recebidos por Sua Majestade na sua residencia de Fulewell Park-Twickenham.

*
*

Pedimos a Sua Majestade se dignasse dizer-nos quais os pontos do relato sintetico que não correspondiam fielmente ás suas respostas.

El-Rei começou por dizer que o primeiro ponto devia ser suprimido, porquanto El-Rei conhecia os fundamentos e a razão de ser da doutrina integralista, mesmo antes de nos termos feito seus propagandistas.

Respondemos que impressão contraria tinhamos recolhido das palavras que Sua Majestade pronunciára durante a audiencia que nos concedera em Eastbourne, referindo-nos em especial ao facto de Sua Majestade classificar de *absolutistas* as doutrinas integralistas, quando este ponto é exactamente um daqueles que estão exaustivamente esclarecidos.

El-Rei não responde a esta observação e diz apenas que o ponto 5.º do relato sintetico, que

se refere á dificuldade de nomear um novo Representante, por não se encontrar facilmente em Portugal uma pessoa em quem possa depositar El-Rei toda a sua confiança, deve ser riscado porque, embora muitas cousas se possam exprimir verbalmente a sua importancia e muito maior quando se põe o preto no branco.

Desta sorte Sua Majestade indicou-nos a conveniencia de não ser transmitido o ponto a que nos referimos, embora, a uma pergunta nossa, Sua Majestade tivesse confirmado que esse ponto exprimia com verdade as suas afirmações.

A outra pretendida incorrecção que Sua Majestade apontou foi relativa ao n.º 6 do relato sintetico, dizendo que as palavras *campo legal* não exprimíam o seu pensamento, podendo julgar-se, por elas, que El-Rei reconhecia a Republica. Tanto assim não era que, para evitar equivoco semelhante, sempre se opusera á ideia do *plebiscito* que, de resto, seria ganho pelo partido que o fizesse.

Explicámos que entendemos por *campo legal* o concurso ás eleições e outros meios de propaganda e acção que a constituição da Republica admite. Propusémos então a Sua Majestade substituir essas palavras, para que a Sua vontade mais claramente ficasse expressa, por *luta no campo constitucional.*

Sua Majestade aprovou esta modificação, considerando assim o seu pensamento fielmente reproduzido e acrescentando que, ao restante texto do relato sintetico nada tinha a objectar, porque era uma expressão exacta das suas respostas.

E prosseguindo, disse-nos El-Rei que lhe parecia natural que não nos tivessem satisfeito as respostas que nos dera; mas que, na verdade, outras não podiam ser elas.

Repetiu ser um Rei Constitucional, que jurou a Carta e não póde quebrar o seu juramento.

Começámos por dizer que acima dum juramento, que um acto de traição geral anulou em 5 de Outubro, estão as considerações de interesse nacional. [1]

Depois energicamente declarámos a Sua Majestade que as suas respostas nos não satisfaziam, e ajuntámos da maneira mais categorica que não serviriamos a Carta Constitucional por considerarmos a sua Restauração como factor da ruina definitiva da Patria.

El-Rei interrompeu para nos perguntar de novo se lhe faziamos um *ultimatum.*

Respondemos que não eramos cortesãos nem queriamos ser validos; falavamos com clareza e lialdade, como era uso os velhos portugueses falarem ao seu Rei; diziamos apenas a Sua Majestade o que tinhamos obrigação de dizer-lhe.

O CONSTITUCIONALISMO E A RIALEZA

Mostrámos de novo como o Constitucionalismo preparou a Republica; exaltámos a obra dos ultimos anos de El-Rei Dom Carlos que os politicos monarquicos inconscientemente ajudaram a matar; louvámos especialmente o esforço nacional que as ditaduras do seu reinado representaram e os benemeritos serviços que a Portugal prestou, dirigindo pessoalmente a politica externa, o que pela letra da Carta, ao Rei era defeso; recordámos as agressões violentas dos monarquicos contra a Rialeza, o desprestigio do Rei dia a dia feito por aqueles que se diziam seus servidores, a ponto de chegar a publicar-se que *o manto rial era uma capa de ladrões,* além dos piores insultos a outras pessoas da Familia Rial.

A restauração do Constitucionalismo, além de ser a consumação da ruina nacional, seria tambem a continuação destas desordens e destas infamias, que por outro regicidio haveriam de acabar.

Afirmámos a El-Rei que contra o Constitucionalismo se levanta a geração nova e o melhor das classes ilustradas do País que preferem uma autoridade visivel, forte, viva e permanente, ao anonimato parlamentar, irresponsavel, vario e tiranico.

Referimos a El-Rei que o inquerito feito recentemente entre os emigrados de Espanha deu como resultado a condenação formal da restauração da Carta.

Dissémos ainda que os velhos partidarios do Constitucionalismo ou deram patentes mostras da sua incapacidade governativa e administrativa, mesmo durante a Restauração do Porto, ou então, desiludidos, abandonam o combate politico; aqueles que ficam, reconhecem na sua maioria a superioridade das doutrinas que o Integralismo defende.

Garantimos expressamente a El-Rei que sabemos o caminho direito que leva á Restauração de Portugal pela Monarquia.

---

[1] Vid. pag. 10 – Nota 2.

AINDA AS CONDIÇÕES PARA A RESTAURAÇÃO

Mas, para que essa Restauração possa fazer-se, é preciso, dizemos: — que imediatamente Sua Majestade publique um manifesto, no qual depois de ter desfeito o opinião corrente, dentro e fora do País, de que não quer mais reinar em Portugal, El-Rei afirme de uma maneira inequivoca a sua vontade de governar, assumindo desde já a *direcção efectiva* da Causa Monarquica.

E' igualmente necessario que nesse manifesto Sua Majestade estabeleça as linhas fundamentais da Monarquia, por virtude e força da qual pretende restaurar a Patria. Nesse manifesto é indispensavel acentuar os seguintes pontos, para deixar demonstrado com evidencia que a um espirito novo correspondem metodos novos: — autonomia municipal; reconstituição das Provincias; Assembleia Nacional consultiva, formada pelos representantes dos Municipios e das Corporações; organização do Trabalho, sindicalismo e liberdade dos corpos sociais; reconstituição da Familia e protecção á Propriedade, pela intensificação obrigatoria da produção nacional; privilegios e autoridade da Religião Catolica Apostolica Romana.

Para o mesmo fim é necessária a imediata designação do Principe Herdeiro, que deverá tomar logar ao lado de Sua Majestade para ser educado nas direcções da sua politica.

E' necessaria tambem a nomeação imediata dum Representante de El-Rei, visto achar-se preso o Conselheiro Aires de Ornelas e não poder conservar-se interrompida a acção que lhe foi confiada. Esse novo Representante, ou Aires de Ornelas no caso de ser amnistiado, deverá receber ordens expressas de El-Rei para: — organizar sem perda de tempo o partido monárquico, especialmente sob o ponto de vista financeiro e eleitoral e apoiar e auxiliar por todos os modos a propaganda das ideias integralistas, e devendo manter-se sempre um contacto directo entre a direcção do partido e a Junta Central do Integralismo Lusitano.

Sempre para o mesmo fim, deve El-Rei proceder á nomeação secreta dum Chefe Militar, encarregada de preparar e, no momento oportuno, comandar a Contra-Revolução. Deverá tambem El-Rei proceder á nomeação dos seus delegados em Paris e Madrid, que serão agentes permanentes de informação e propaganda.

Finalmente, tera El-Rei de continuar durante o periodo do interregno a obra de estudo do Arquivo Rial, sob a direcção dum Secretário Politico, junto de Sua Majestade, o qual deverá manter-se em constantes relações com Portugal.

E, concluindo, dissémos que pelo directo conhecimento que temos do meio nacional, ousámos afirmar a El-Rei que, uma vez realizadas todas as condições expostas, num praso muito curto a Monarquia estaria restaurada em Portugal; e poder-se-hia entrar naquele largo campo de reformas de que a Nação necessita para se salvar e de que se encontrará um esboço nas várias publicações do Integralismo e em especial no livro em publicação — *Soluções Nacionais.*

A esta exposição respondeu El-Rei pela negativa, como se pode depreender do que adiante se relata sobre cada um dos pontos da conversa que se seguiu.

DISCUSSÃO ELUCIDATIVA

Sua Majestade declarou-nos de novo que o Integralismo está fóra das ideias do tempo. Respondemos que, pelo contrário, o conhecimento e o estudo das ideias modernas nos deu uma opinião diferente da que Sua Majestade emitia, tendo recordado os movimentos nacionalistas da França, da Itália, da Espanha, da Belgica.

Salientámos tambem como os proprios republicanos evolucionam no sentido das monarquias autoritárias lembrando o *poder pessoal* do presidente Wilson (neste ponto El-Rei teve palavras de reprovação para o presidente americano e para a sua obra diplomatica.)

Dissémos que tanto as nossas ideias estavam dentro das exigencias modernas, que os novos partidos que se formam em França para organizar a Republica inserem nos seus programas principios semelhantes aos nossos. Não é outra a orientação de Probus e Lysis. E mesmo em Portugal a recente experiencia de Sidonio Pais pôde ser dentro da Republica como que uma tentativa de aproximação do modelo do Integralismo, pois o presidente até certo ponto recebeu indirectamente as nossas inspirações, no que diz respeito á representação das classes e ás tendencias presidencialistas, devendo-se o seu fim desastrado a ter começado a transigir com o velho vicio parlamentar. A Nação aceitou de bom grado esses principios, que aliás só foram combatidos pelos republicanos da oposição e pelos monarquicos constitucionais, irmanados na mesma doutrina, como Mo-

reira de Almeida na sua conhecida campanha contra a representação das classes e contra o presidencialismo.

El-Rei observa-nos que a introdução do programa integralista traria dificuldades internacionais, levantando contra nós a imprensa do mundo inteiro, ao que nós respondemos, insistindo em que a experiencia de Sidonio Pais, apesar de ter contra si dificuldades diplomaticas de outra ordem, não conheceu as que especialmente derivassem da sua orientação anti-parlamentar.

El Rei fez-nos de novo perguntas sobre a organização integralista: — quer que lhe digamos como se resolveria um conflito entre o Rei e a Assembleia Nacional do nosso programa.

Explicámos como prevalece a vontade do Rei, como representante do Interesse Nacional, perante essa Assembleia consultiva. Sua Majestade diz-nos que dessa forma o Rei fica em cheque perante a Nação. Explicámos as varias razões por que convem que o Rei mande em ultima instancia, tirando argumentos de analogias dos varios poderes que a organização social reconhece, nas varias ordens, ao Chefe da Familia, ao Patrão da Empresa, ao Comandante Militar.

Surpreende vivamente Sua Majestade que o Governo (Sua Majestade diz o *Gabinete)* não seja formado segundo as indicações do Parlamento e que possa haver independencia entre os membros que o constituem, conforme a Sua Majestade explicámos.

Diz-nos El-Rei que, sendo nós contra os politicos, queremos afinal constituir um novo partido politico.

Respondemos a El-Rei que assim não era; defensores duma ideia politica, propugnavamos pela ascenção ao poder, não de nós proprios, mas de elementos sociais distintos de nós — o Rei, os Municipios e as Corporações.

Sobre descentralização perguntou nos El-Rei se queriamos descentralizar os *distritos.*

Respondemos que eramos irreconciliaveis inimigos desta forma constitucional e ficticia e combatiamos pela restauração da antiga Provincia, com seus caracteres regionais e economicos.

Com magua iamos assim notando que as observações de Sua Majestade eram todas viciadas pela terminologia e pelos preconceitos do Constitucionalismo. El-Rei ainda outra vez pretende concluir das nossas palavras que somos *absolutistas* e promete prová-lo imediatamente com um exemplo: — Se temos dois copos de agua e para um deles tiramos uma certa porção de agua do outro, essa porção de agua falta neste ultimo. Assim nós, aumentando o poder pessoal do Rei, não podemos deixar de ir buscar as respectivas atribuições a qualquer parte; somos, pois, absolutistas.

Ao que nós respondemos com simplicidade que o nosso programa vísa a retirar á tirania dos politicos e dos partidos os poderes que abusivamente disfrutam, poderes que dividimos em dois *lotes*, cabendo uma parte ao Rei e outra ás esferas várias da descentralização.

Sua Majestade diz-nos que lançamos uma grande responsabilidade sobre o Rei, deixando-o muito a descoberto e isolado.

Respondemos que o Rei pode bem com as responsabilidades da sua missão, tanto mais que reinar é não um beneficio mas um encargo de honra, cativo dos sacrificios mais exigentes; e lembramos a Sua Majestade a tão expressiva frase dos antigos, quando chamavam ao seu Rei o *Pastor não mercenario.*

El-Rei atalhou-nos, contestando: — Mas tambem se dizia — *o duro oficio de reinar.* Explicámos o sentido das palavras *Pastor não mercenario.*

Respondendo ás preocupações de Sua Majestade sobre os possiveis conflitos entre o Rei e a Assembleia Nacional, dissémos que esses conflitos serão na verdade raros, uma vez que a nação se organize, pois se apartam e delimitam as diversas esferas de acção e desaparecerão os *politicos*, que são os principais responsaveis das lutas e mal-entendidos.

Procurámos fazer compreender a Sua Majestade que o regimen integralista não é um regimen perfeito, porque é humano, mas pretende ser e é com certeza o regimen menos imperfeito que se conhece.

Sua Majestade diz-nos concordar com certos pontos do nosso programa, nomeadamente com a representação das classes.

AINDA A PROCLAMAÇÃO

Como tivessemos renovado a nossa sugestão de que era conveniente publicar um manifesto ao País, Sua Majestade responde que não o fará, **porque teria de ser muito duro para os que estiveram na revolução de Janeiro.**

Perguntando nós se todos aqueles que foram para Monsanto, mesmo os soldados que seguiam o exemplo dos seus chefes e julgavam servir a Causa Monarquica, **tinham procedido mal,** Sua Majestade diz-nos que **sim, porque tinham incorrido em desobediencia.**

Sua Majestade leu-nos a copia da carta que mandara a Aires de Ornelas, e á qual fizera referencia na primeira audiencia que nos fôra concedida em Eastbourne, na qual é louvada a acção do seu destinatario e qualificada a atitude de Paiva Couceiro.

Como nós repetissemos a El-Rei que por toda a parte era acusado de não se importar com o País, El-Rei respondeu que dissessemos a esses portugueses, que disso o acusavam, que não lhe tinham ouvido palavras de acusação contra nenhum português.

PONTOS DE HISTORIA

A' nossa insistencia em mostrar a necessidade de evitar a acção nefasta dos *politicos* na Politica, El-Rei respondeu que *politicos* houve sempre e até na Monarquia Absoluta o seu maior homem foi um *politico* — o Marquês de Pombal.

Tendo feito a distinção entre *politico-estadista* e *politico-homem de partido*, dissémos que como estadista admirávamos, na Monarquia Absoluta, Castelo Melhor, pelo alto significado nacionalista da sua obra; que a obra de Pombal não merecia senão a nossa condenação, salientando então os seus vicios de orientação económica, politica e religiosa, como introduziu as ideias racionalistas, que precederam a revolução, como tornou mais estreita a centralização, o cesarismo, que era uma traição ao verdadeiro espirito da Monarquia; como aboliu as corporações.

El-Rei insistiu na expressão da sua admiração pelo Marquês, dizendo que vulgarmente se tinha uma opinião errada de Pombal.

"O Marquês era até um bom católico: — expulsou os Jesuitas, porque conspiravam, não devendo esquecer-se que outros govêrnos os tinham expulsado e até o Papa os condenou. E tão bom católico era o Marquês — conta-nos El-Rei - que comungou na manhã do dia em que os Jesuitas saíram a barra, entregando logo aos Padres do Oratorio os lugares que êles ocupavam.

Recordámos pelo contrario os serviços diplomaticos dos Jesuitas em 1640, tendo El-Rei observado que esses serviços não foram tão grandes como diziamos, pois a Companhia de Jesus apoiava o govêrno intruso de Espanha.

A SITUAÇÃO DO PAÍS

Sua Majestade pergunta-nos *se queremos receber a herança da Republica*, **pois a situação do País é desesperada e a bancarrota eminente.**

Respondemos a Sua Majestade que é precisamente porque o País se encontra á beira da ruina total, que nós queremos que Sua Majestade, sem perda de tempo, intervenha na vida política portuguesa; que uma rapida restauração da Monarquia pode resolver todos os problemas portugueses, inclusivé o do crédito, tanto mais que o mais grave periodo da vida financeira está por chegar, quando tiver de se fazer a liquidação e a consolidação da dívida de guerra.

Sua Majestade diz que o preocupa muito a situação internacional de Portugal, que tem pensado muito nela depois dos ultimos acontecimentos. Recorda que a Espanha entrou na Conferencia pela mão de Wilson e todo o seu empenho é obter da Sociedade das Nações um mandato para a intervenção em Portugal; diz tambem saber que tem andado dinheiro espanhol em perturbações anti-republicanas havidas em Portugal.

El-Rei exalta a sua situação em Inglaterra: — conta que ainda ha pouco o Ministro dos Estrangeiros da Grã-Bretanha, lhe ofereceu um banquete no qual se tocou o hino da Carta e que, quando houve em Londres o desfile das tropas aliadas Sua Majestade teve logar numa especie de trono ao lado do Rei de Inglaterra, tendo sido diante dele que se inclinou a bandeira republicana que levava o contingente português.

Observámos a Sua Majestade que em Portugal se dizia que estas manifestações de apreço da Côrte Inglesa bastavam a El-Rei, que não queria trocar este sossêgo cheio de honrarias pelas incertezas e trabalhos do trono de Portugal.

A isto Sua Majestade *não respondeu*. El-Rei refere depois que é tão precaria a situação internacional de Portugal, que já por tres vezes, pela sua acção pessoal, poude evitar a perda da independencia.

Falando do problema da ordem interna, El-Rei diz que, para a desordem desaparecer, *seria preciso levantar uma fôrca a cada canto do Rossio.*

Como observássemos que tambem sômos defensores do restabelecimento da pena de morte, nos termos em que a exerce, como sua prerrogativa essencial o Estado moderno, nos países civilizados. El-Rei diz-nos que *lhe agradaria bastante* ver essa pena aplicada a *alguns* em Portugal.

Dissemos a El-Rei que uma Revolução bem monarquica acabaria *definitivamente* com as revoluções em Portugal, porquanto se começariam a aplicar corajosamente as justas sanções e toda a disciplina que é essencial ao regimen monarquico, basilarmente apoiado na força das instituições militares.

Mostrando Sua Majestade reserva sobre a significação deste ultimo factor, dissemos que no futuro o Exercito, livre das infiltrações partidarias, poderia de facto ser o solido sustentaculo da Ordem Publica.

Mostrámos a Sua Majestade como o problema da Ordem é relativamente facil desde o momento em que haja coragem no poder, sendo notavel o exemplo do *bolchevismo*, que consegue manter a sua monstruosa *ordem* contra o interesse nacional e particular. El-Rei recorda os **erros, que qualifica de criminosos, e a incompetencia da Junta Governativa do Porto** e diz-nos que a colonia inglesa dessa cidade não esconde o desprestigio em que a Monarquia caíu.

El-Rei diz-nos tambem que **não eram melhores as Juntas Militares**; que **não tinham com elas ninguem de valor**, qualificando em especial de *idiota* um dos comandantes militares do Norte.

El-Rei afirma-nos ainda que tem uma grande e perfeita documentação, **com a qual arrazaria muitos monarquicos.**

DECLARAÇÕES FINAIS

Alongava-se demasiada e inutilmente esta audiencia; oscilava sempre a conversa á volta dos mesmos pontos, julgando nós que tinhamos dado a El-Rei tempo bastante para nos esclarecer ácerca das suas intenções.

Vimo-nos pois obrigados a declarar a El-Rei, categorica e energicamente a divergencia fundamental de acção e de doutrina, que mostra separar-nos. Dissémos: — El-Rei nem aceita a doutrina da Monarquia, nem aprova a necessaria e imediata organização politico-militar, especialmente pelo que se refere á indispensavel preparação, desde já, da Contra-Revolução a realizar no momento oportuno e sob as indicações de El-Rei.

Levando á Junta Central do Integralismo Lusitano estas respostas categoricas de El-Rei, não sabiamos a atitude que a Junta Central iria tomar; mas *entendiamos do nosso dever declarar lialmente a Sua Majestade* que a nossa atitude individual era a de absoluta intransigencia em relação a estas duas questões:

— Consideramos contrario ás mais elementares indicações do patriotismo servir a Carta Constitucional: — *não a serviremos.*

— Consideramos um dever imperativo de patriotismo salvar o País pela Monarquia e para isso trabalharemos, mesmo fora das direcções politicas de Sua Majestade.

E, assim, iamos propôr á Junta Central, como seus membros, que tomasse como sua a atitude que acabavamos de definir: — continuar a luta contra a Republica, independentemente das direcções politicas de El-Rei, avocando a si a plena responsabilidade da direcção da Causa Monarquica e tornando publica esta afirmação de independencia.

El-Rei responde-nos, falando de novo no perigo externo, afirmando categoricamente que uma nova perturbação da ordem em Portugal poderia trazer consigo a perda da independencia.

Dissémos que, por falta da acção do Rei, a possibilidade de uma Revolução se adiaria muito e que a todo o tempo Sua Majestade poderia informar-nos da continuação desse perigo, para em face dessa informação regularmos o novo procedimento.

El-Rei aconselha-nos a que tenhamos cuidado com a atitude que tomamos, pois assim aumentamos a divisão da familia monarquica; que, se nos desligassemos dele, tambem ele se desligaria de nós; **que publicamente reprovará qualquer movimento revolucionario monarquico**; termina por nos aconselhar que não sejamos intransigentes.

Respondemos a Sua Majestade que **só não é intransigente quem não confia na verdade que defende.** Temos um remedio de salvação nacional: — *Queremos aplicá-lo!*

Como insistissemos em definir claramente a nossa atitude, como acima fica indicada, El-Rei diz-nos que, mesmo que Ele pudesse dar outra resposta, nunca seria sem consultar primeiro Aires de Ornelas.

Dissémos que se o Conselheiro Aires de Ornelas ali estivesse, assistindo com o seu conselho, talvez fôssem bem diferentes as respostas de El-Rei, porque, por Aires de Ornelas, El-Rei conheceria o valor do nosso esfôrço.

Entretanto, transmitiriamos á Junta Central esta ultima indicação de El-Rei; mas, desde então, podiamos informar Sua Majestade de que, se o Conselheiro Aires de Ornelas não nos afirmasse a possibilidade de convencer El-Rei, consideravamos por nossa parte como subsistentes as razões que nos levam a aconselhar á Junta Central do Integralismo Lusitano a publica afirmação da sua independendia politica em face de El-Rei. (1)

Sua Majestade termina por nos dizer que um dia a Historia lhe fará justiça, advertindo-nos ainda do perigo de reagir contra o corrente das ideias modernas.

Nós respondemos que chegou o momento de tomarmos as grandes responsabilidades e que, tomando-as, não tememos a justiça da Historia; que as ideias modernas da Democracia encontram no bolchevismo russo o seu termo lógico e tudo indica que a nova éra da restauração da civilização pela Ordem, deve ter no Ocidente Português o seu princípio.

Tambem asseverámos a El-Rei que a sua falta, como Chefe visivel e directo da Causa Monarquica, atrazará e prejudicará bastante o bom exito da acção, em que cada dia empregamos o melhor de nós mesmos, aumentando as probabilidades de insucesso.

Não saberiamos, entretanto, fugir ao nosso dever patriótico e contentes faremos o sacrifício das nossas vidas, se a Providencia o exigir de nós para o bem da Pátria.

A Conferência terminou ás 7 e 20 da tarde.

Eastbourne, 16 de Setembro e
Londres, 28 de Setembro de 1919.

aa) *Luís de Almeida Braga*
José Adriano Pequito Rebelo

Era este relatorio acompanhado de umas razões de conclusão, que vieram a ser insertas no numero 624 de 17 de Dezembro de o jornal *a Monarquia*, em um artigo intitulado **PALAVRAS SERENAS** do Dr. José Pequito Rebelo e que a seguir se reproduz:

Parecem-me susceptiveis de esclarecer as razões que, regressado de Londres, eu pronunciei perante a Junta Central do Integralismo Lusitano, exprimindo o meu voto e tambem o do meu querido companheiro Luís de Almeida Braga, na gravissima e muito simples questão do Rei. Ei-las:

"Devemos começar por dizer que em todo o Relatorio procuramos observar a mais estreita e escrupulosa fidelidade. O giro da conversa, com suas repetições e interrupções não podia ser completamente guardado, sem que este documento se tornasse confuso e quasi incompreensivel. Por isso entendemos agrupar e ordenar para maior clareza, mas respeitando sempre o seu verdadeiro sentido, as varias questões versadas nas conferencias de Eastbourne e Twickenham. Devemos tambem notar que logo imediatamente após cada conferencia, reduzimos a escrito as nossas impressões, as quais desta maneira conservaram a fidelidade de uma quasi imediata reprodução, auxiliada pela intensidade terrivel com que elas tinham ferido a nossa atenção ansiosa e decepcionada.

Depois de reduzidas a escrito essas relações, foi nossa impressão espontanea que elas não deixavam de maneira alguma colocado El-Rei pior do que ele nos aparecera nas duas entrevistas.

A primeira conferencia deu-nos logo as tristes certezas que a segunda não fez mais do que confirmar.

*
* *

El-Rei não tinha do nosso esfôrço e da nossa doutrina o mais rudimentar conhecimento.

El-Rei não teve para a nossa atitude política nos movimentos do Norte e de Monsanto, uma só palavra de aplauso, antes implicitamente a condenou.

---

(1) No dia 18 de Outubro de 1919, Pequito Rebelo e Hipolito Raposo foram á Penitenciaria de Lisboa onde o senhor Conselheiro Aires d'Ornelas então estava preso, dar-lhe conta do resultado da missão integralista a Londres e comunicar-lhe oficialmente a resolução que a J. C. I. L. se via obrigada a tomar de se desligar dos deveres de obediencia politica ao Senhor Dom Manuel II. O relato dessa conferencia, até hoje inedito, é reproduzido adiante com os documentos justificativos da sua publicação.

*
* *

O espirito de El-Rei está preso por todos os preconceitos liberalistas de uma educação errada e não notámos que Sua Majestade tivesse empregado os meios de libertar a sua inteligencia das teias que assim lhe impossibilitam a visão clara das cousas portuguesas. E ao mesmo tempo que Sua Majestade revela um grande desconhecimento, não só da filosofia política geral, mas até da política do país, patenteia um minucioso e cuidadoso conhecimento dos menores detalhes da Carta Constitucional.

*
* *

S. M. respondeu-nos com uma geral negativa quanto a efectivar a sua acção como chefe da Causa Monárquica. E' certo que El-Rei mostrava para sua negativa vários pretextos, mas todos sempre tão vagos e até contraditórios, e ainda tambem tão incompreensiveis alguns, que a nossa convicção resultou que o estado de espirito de El-Rei mostra uma repugnância invencível para a acção.

Desde a primeira conferência nos ficou a convicção de que El-Rei não tem as qualidades do chefe necessário, nem mesmo sente essa vocação, nem ao menos parece disposto a prestar o seu nome a bons colaboradores que trabalhem por êle.

E que El-Rei não pode exercer as funções do chefe necessario, demonstra-se sobretudo pela sua atitude e seus firmissimos princípios com respeito á Contra-Revolução. S. M. é absoluta e pertinazmente contrário á única maneira possivel de restaurar a Monarquia em Portugal.

Como a Republica se não entrega espontaneamente, e como a nossa honra repele a hipotese da restauração da Monarquia por meio da intervenção estrangeira, só nos resta como meio de fazer a Monarquia um acto da nossa propria força, uma revolução da Nação contra a tirania republicana. Sua Majestade é absolutamente contrario a esse meio de acção, porque nem permite mesmo que se comece desde já a sua preparação, com vista a realiza-la em momento oportuno.

Portanto, neste particular, as direcções politicas de Sua Majestade só nos conduzem á consolidação da Republica, a não ser que desacatemos secretamente essas direcções, o que é improprio do nosso criterio de lialdade.

Livrarmo-nos, pois, publica e completamente das direcções de El-Rei, por duro que isto seja aos nossos corações, é ganhar alguma coisa de positivo a favor da Monarquia.

*
* *

Um outro criterio nos pareceu fundamental na atitude de El-Rei, criterio que marca uma divergencia total com o nosso modo de ser.

Para El-rei o estado de *Pátria em perigo* é razão que desaconselha a restauração: não deve fazer-se a Monarquia, emquanto Portugal estiver rodeado das terriveis ameaças que o cercam atualmente.

Donde se concluiria por rigorosa logica que a Monarquia só poderia vir a restaurar-se, depois da ruina definitiva da Patria ou depois que a Republica a tivesse salvado.

Este modo de vêr implica a negação de todo o valor das instituições monarquicas e tiraria a cada um o direito de combater a Republica á face do patriotismo.

Este princípio repugna ás mais basilares doutrinas do Integralismo, que consiste essencialmente num vibrante movimento da consciencia e da vontade da nação acudindo á Pátria em perigo, para salval-a, com as instituições de monarquia redentora.

*
* *

Um outro obstaculo, a nosso vêr irremovivel, que nos afasta de El-Rei é a lamentavel convicção sua de que a não proclamação da Carta Constitucional na futura restauração que êle dirigisse seria para êle um perjúrio. A questão posta nestes termos implica para nós a consequencia neces-

sária de que sob a direcção de El-Rei só póde fazer-se a restauração do ominoso regimen constitucional, que é a negação completa dos nossos principios e a certa ruina da Pátria.

Posta a questão como foi naquele terreno de consciencia moral, devemos perder a esperança de convencer um dia El-Rei a proceder diferentemente, porque isso seria convencel-o a ser perjuro.

Quanto a auxiliar a proclamação de uma monarquia constitucional que depois facilitasse o advento do regimen que defendemos, é um plano absurdo. Se se proclamasse uma monarquia constitucional, seria eleito pelo sufragio um Parlamento, que nunca votaria a sua própria destruição, isto é, o Integralismo. Imediatamente se constituiriam as clientelas, os partidos, os pessoalismos, tomando conta e nunca mais largando mão do Estado. Impôr-se hia desta fórma uma Revolução, muito menos facil de realizar do que com a forma republicana.

A ignorancia em que Sua Majestade tinha o Integralismo, a repugnancia muito espontanea e caracteristica, que manifestou pelos seus princípios, são factos de que ainda poderiamos abstraír, embora, de tão evidente gravidade; o que devemos, porém, julgar circunstancia impeditiva da nossa obediência á disciplina rial é o facto de El-Rei se considerar ligado por juramento a um regimen político que, para a nossa razão, é essencialmente republicano e contrário ao interesse nacional.

*
* *

São êstes os pontos dominantes do facto geral de Sua Majestade — embora diga repetidas vezes que quer salvar o País — recusar um por um todos os meios e todas as condições necessárias para esse alto fim.

*
* *

Sua Majestade desconhece as realidades da vida portuguesa, vive longe de Portugal, e nem sequer o seu espirito ou o seu coração está com aqueles que por Ele se têm sacrificado, pois não notamos o mais ligeiro movimento afectivo, nem ouvimos uma palavra de gratidão ou mesmo de simpatia pelos herois e pelas vitimas.

*
* *

Desconhecendo El-Rei consideravelmente, como deixamos dito, as questões nacionais, nem mesmo sôbre o problema internacional tem uma orientação que nos pareça inteligente ou trabalhos de grande fruto.

A sua acção diplomatica limita-se á Inglaterra, desapegada por completo da grande França e da vizinha Espanha, sendo em especial de lamentar que um convívio estreito com aquela nação lhe não tivesse ensinado o maravilhoso despertar da consciencia e do pensamento monarquico, expressos no belo movimento da *Action Française*, que Sua Majestade desconhece, a ponto de acreditar que em França se venha a restabelecer uma monarquia constitucional!

E, se a sua acção diplomatica se limita á Inglaterra, parece-nos mais feita de exterioridades aparatosas do que de resultados sérios e positivos.

A inteligencia diplomatica de El-Rei pode considerar-se completamente aborvida na preocupação do *perigo internacional*, a que El-Rei, pensamos, liga uma exagerada importância; vem-nos a parecer, pois, esta orientação, ou um comodo pretexto de inercia ou o resultado, sôbre o espirito de El-Rei, de seguro trabalho de intriga.

O que é certo é que, se acreditarmos os amigos de El-Rei que explicam a sua ausencia do Porto durante os ultimos acontecimentos por dificuldades diplomaticas, teremos de concluir que a influencia real de Sua Majestade em Inglaterra não é consideravel, devendo a sua situação, lá, considerar-se a de um prisioneiro. De resto, quanto a esta questão da ausencia de Sua Majestade dado o facto consumado da restauração do Porto, El-Rei não teve uma só referencia que nos permitisse compreender a sua atitude.

Dêsses obstáculos diplomaticos que teriam impedido o regresso de Sua Majestade, só por vaga tradição ouvimos falar; pois El-Rei não aludiu sequer a êles, no decurso das duas audiencias.

Assim parece que El-Rei não foi para o seu posto, porque então, como sempre, mais forte que as necessidades da Pátria, está a inercia que caracteriza a sua atitude ou então para El-Rei os revolucionários de Lisboa e Porto, incursos em flagrante desobediencia, eram ao mesmo tempo rebeldes contra a Republica e contra o seu Rei, e não podiam, portanto, merecer dêste qualquera poio.

Em face do que deixamos exposto, logo desde o principio das nossas diligencias verificamos o seu resultado negativo. E embora trouxessemos poderes para ter deixado definitivamente resolvida, em nome do Junta Central do Integralismo Lusitano, a nossa atitude para com El-Rei por meio de uma categorica declaração de rompimento, achámos de tal maneira grave esta solução e de tal maneira El-Rei se encobria detraz de pretextos de tão grande responsabilidade, como o do perigo internacional, que nós resolvemos, como melhor, desligarmo-nos apenas individualmente das direcções politicas de Sua Majestade, reservando para mais tarde a resposta da Junta Central.

No nosso pensamento esta solução tinha a dupla vantagem de por um lado dar a El-Rei bem clara impressão de quão longe estavamos decididos a levar a nossa atitude, oferecendo-lhe assim mais uma ocasião de reconsiderar e por outro lado permitir que a Junta Central assentasse numa resolução com toda a liberdade, serenidade e completo conhecimento de causa.

E' nosso voto final que, se uma derradeira entrevista com Aires de Ornelas em Lisboa nos não dér a sólida esperança de poder modificar-se a atitude de El-Rei, a Junta Central deve imediatamente tornar publica a sua separação.

E' sobre um acto de fé que queremos fechar estas considerações.

Da crise gravissima que a Causa Monarquica vai atravessar, sairão mais fortes os princípios que defendemos, porque dora em diante a Causa Monarquica, aparentemente dividida e enfraquecida, encontrará na unidade e na verdade dos princípios a unidade e a força

E na luta contra a República, cada vez mais heroica e audaciosa, valer-nos ha a redobrada virtude das nossas verdades confirmadas nesta dolorosa crise e a vantagem de nos libertarmos da direcção negativa ou má de um mau chefe, de um Rei que não acredita nos princípios monarquicos.

Competindo ás Cortes Gerais Portuguesas do nosso direito tradicional, ás Cortes Gerais das Corporações e dos Municipios e não de forma alguma ao Parlamento constitucionalista do sufragio universal, a resolução da questão dinastica, convém que desde já a Junta Central do Integralismo Lusitano encete os seus trabalhos no sentido de que essa questão se esclareça o melhor possivel».

Os termos destas considerações mostram com grande clareza como foi razoavel a nossa atitude e bem ponderada a nossa resolução, quando do nosso rompimento com o senhor D. Manuel.

Esse rompimento impunha-se-nos como um dever inadiavel de patriotismo e de monarquismo, como uma imperativa necessidade, que, nesse tempo, bem dolorosa era para o nosso coração.

Não foi, como muita gente póde julgar, perante a surda campanha de intriga dos nossos adversários, um rompimento de que levianamente tivessemos tomado a iniciativa com base no não deferimento acidental de pretensões nossas de parte do sr. D. Manuel. Pelo contrário, o sr. D. Manuel é que, na plena liberdade da sua vontade e na plena consciencia da sua inteligência, tomou, desde Londres e Estbourne, a iniciativa de se incompatibilizar absolutamente com o nosso monarquismo, por meio de afirmações categoricas, significando resoluções irrevogaveis. Nunca consentirá na restauração de uma monarquia anti-parlamentar, porque disso o proíbe a ligação evidentemente perpetua de um juramento solene; nunca consentirá na politica revolucionaria necessária, porque essa política a condenam as suas mais fundamentais orientações e pontos de vista.

Foi, pois, o sr. D. Manuel que, talvez sem disso tomar consciencia, mas fazendo-o por afirmações bem categoricas da sua personalidade, se revelou absolutamente incompativel com a nossa orientação, isto é, com os verdadeiros principios da Monarquia.

O rompimento, de que na falta do sr. D. Manuel demos prévio conhecimento ao seu ilustre representante, fez-se nos termos mais correctos, com uma cordura de tom contra a qual protestava toda a indignação do nosso sentimento patriotico.

O sr. D. Manuel, porém, houve por bem responder-lhe com uma carta-manifesto, em que, da sua dignidade formal de Rei, desce a insultar-nos. Acusa-nos de pouca honra, de deslialdade, de incorreção e de não sei que mais. Calunia-nos, chamando-nos absolutistas. Denuncia-nos á República, como conspiradores, cometendo para conosco uma gravissima inconfidencia, revelando que o tinhamos ido convidar para uma Revolução. Acusa-nos de não o termos avisado do rompimento, quando de facto o notificámos na pessoa do seu representante.

Diz que faltamos a um simples dever de honra por não publicarmos as suas respostas, quando delas tinhamos indicado o essencial (a não anuencia aos pedidos da mensagem), constituindo-nos agora na obrigação da publicação minuciosa do Relatório, com toda a sua matéria secreta que a inconfidencia do antigo soberano implicitamente nos autorizou a revelar.

Define as suas respostas em termos muito diferentes daqueles que o Relatorio nos dá a conhecer. A sua não aceitação das doutrinas integralistas revestia a fórma de uma caracterizada repulsão e de uma irremovivel adesão ao Constitucionalismo, por ligação de juramento.

A sua oposição a revoluções não é a oposição a uma revolução que para realização imediata nós lhe tivessemos ido propôr; nós propunhamos ao Sr. D. Manuel que se começasse a preparar desde já a revolução, para realizar em momento oportuno. O antigo soberano mostrou-se para todo o sempre oposto a revoluções.

Na questão do manifesto e do principe herdeiro tambem os termos são modificados, mostrando-se que o sr. D. Manuel se esqueceu dos detalhes das celebres entrevistas. Finalmente todo este documento se resume nesta absurda tese, circundada de invocações patrioticas sem eco:

A Patria está em perigo, não se toque na Republica—afirmação que pode ser muito patriotica, mas não é nada monarquica, porque mostraria que a Monarquia só é capaz de governar fóra das situações perigosas.

O patriotismo que se exprime na carta do sr. D. Manuel é, apesar de tudo, um encadeiamento de palavras, que não nos admiraria de ver na boca do sr. Antonio José de Almeida ou do sr. Canto e Castro.

Ora nesta agitadada idade-media, em que estamos entrados, as palavras de patriotismo valem menos: valem sobretudo os actos positivos de acção nacional, vale o sangue derramado em testemunho de patriotismo.

Triste documento na verdade!

Mesmo sem atender ás suas incorrecções e aos seus insultos, o seu conhecimento bastar-nos-ia a nós, monarquicos, para nos separarmos do sr. D. Manuel, se o não tivessemos feito já.

Aos insultos do sr. D. Manuel dou eu, por mim, estas respostas calmas.

Aprecio muito a rarissima honra de ser insultado por um rei por amor da Patria e da Monarquia. Por mim, conterei até ao fim a minha indignação, e não injuriarei o sr. D. Manuel, porque lhe tenho o respeito que se deve aos mortos.

O publico integralista e não integralista veja nestas palavras mais um documento para fazer juizo nesta questão e mais um testemunho da nossa serenidade em face da paixão açulada dos adversarios, esses que diziam mal do Rei, quando nós disciplinadamente o reconheciamos, esses que faziam á toa a campanha da deposição, quando nós lialmente tratavamos de ir a Londres obter documentos positivos para uma resolução, esses que um acesso sentimental de disciplina não curará para o futuro da indisciplina que é inerente ao desconhecimento dos principios da verdade politica.

José Pequito Rebelo

Ultimo Recurso

Conferencia entre J. Pequito Rebelo e J. Hipolito Raposo e o Senhor Conselheiro Aires d'Ornelas na Penitenciaria de Lisboa (1)

Hoje, 18 de Outubro de 1919, pela uma hora da tarde, procurámos avistar-nos com o sr. Conselheiro Aires d'Ornelas para o inteirar dos resultados da missão da Junta Central do Integralismo Lusitano, junto do Senhor Dom Manuel II.

Começou Pequito Rebelo por narrar resumidamente tudo quanto se passou nas duas audien-

(1) O presente relato conservou-se inedito até hoje e nenhuma necessidade haveria de publica-lo, se não residisse na documentação que ele oferece, a principal razão de defesa da Junta Central contra aqueles que injustamente agora acusam de precipitada e imprudente, a sua forçosa resolução.

Este documento mostra bem com quanto escrupulo e lealdade procedeu a J. C., antes de tornar publica a declaração inserta a pag 6 e 7 deste livro.

Embora estivessem em face de uma *conferencia politica*, os signatarios do presente relato não podiam dispensar-se do dever de não divulgar os termos dela, emquanto os não submetessem á correcção do terceiro conferente, o sr. Conselheiro Aires d'Ornelas.

Para esse fim lhe foi dirigida a seguinte carta

cias com o Senhor Dom Manuel, dando conta do insucesso completo da missão da J. C. a Londres, acentuando que o Sr. D. Manuel proferiu palavras de muito louvor para o Sr. Aires d'Ornelas, até mesmo quando P. Rebelo lhe disse que o Integralismo Lusitano não tinha concordado com a tardia acção do seu representante em secundar o movimento do Norte.

As respostas de El-Rei eram inteiramente contrarias á letra da mensagem e aos desenvolvimentos verbais que lhe lhe foram feitos por ele e por Luís d'Almeida Braga.

O Sr. Conselheiro Aires d'Ornel.s respondeu que, quando H Raposo, em meados de Julho, lhe deu conhecin ento dos termos da mensagem, entregando-lhe uma copia impressa, logo supôs que o resultado seria negativo; mas, como até então não tivesse recebido qualquer comunicação de El-Rei acerca de um extenso relatorio que lhe enviára sobre os acontecimentos de Janeiro, não só não quís tirar-nos a esperança que punhamos na Pessoa de El-Rei, mas entendeu que devia aplaud r a iniciativa da J. C , para a qual não nos faltavam razões nem autoridade.

Dissemos-lhe então que, como El-Rei nos mandara ouvi-lo no regresso a Portugal sôbre o conteudo das respostas de Sua Majestade, vinhamos ali saber, antes de tornar publica qualquer resolução, se o sr. Aires d'Ornelas nos podia dar *alguma garantia ou alguma esperança* de que o Senhor Dom Manuel modificaria a sua atitude de oposição aos nossos principios e aos nossos intuitos, no ponto de vista da acção monarquica.

A esta solicitação respondeu o sr. Aires d'Ornelas: que conhecia melhor do que nós a pes-

---

Lisboa, 27 de abril de 1921.

Ex.mo Senhor Conselheiro Aires d'Ornelas:

No dia 18 de Outubro de 1919, eu e o meu amigo José Pequito Rebelo procurámos V. Ex.ª na Penitenciaria de Lisboa, para lhe dar conhecimento oficial do que se passára em Inglaterra nas duas conferencias que com o senhor Dom Manuel tiveram os delegados da Junta Central do Integralismo Lusitano, em fins de Setembro daquele ano. Reproduzindo essa conferencia política nos termos que constam do original junto a esta carta, venho rogar-lhe, em meu nome e no daquele meu amigo, a bondade de me informar se este relato corresponde v rdadeiramente ao testemunho da sua recordação, dignando-se tambem fazer-lhe qualquer correcção ou aditamento que a sua lialdade lhe dite, no caso de não o achar rigorosamente fiel.

Tratando-se embora de uma conferencia politica que muito interesse haveria para nós e para V. Ex.ª em divulgar, peço-lhe tambem a fineza de me dar conhecimento de algum obstáculo que da parte de V. Ex.ª se oponha á sua publicacão.

Se neste sentido fôr negativa a resposta de V. Ex.ª, espero que se dignará autorizar a publicação da carta em que tal recusa me seja transmitida.

Em qualquer caso, terá V. Ex.ª o incomodo de devolver o original incluso.

De V. Ex.ª
Mut.º Att.º Ven.º e Ob.º

a) Hipolito Raposo.

A esta solicitação dignou-se o sr. Aires d'Ornelas responder por interposta pessoa, o sr. Eduardo Pin to da Cunha seu amigo pessoal e presidente da Junta Provincial da Estremadura, nos termos que constam da seguinte carta:

Lisboa, 3 de Maio de 1921.

Meu caro Hipolito Raposo:

Entregou-me o sr. Conselheiro Aires d'Ornelas o original da conferencia havida entre ele, Você e o Pequito Rebêlo, e que recebera conjunctamente com a sua carta de 27 do mês passado, pedindo-me para lhe transmitir o seguinte:

a) *Que o relato deve estar fiel, visto Vocês o assignarem, não se recordando contudo com precisão de todos os factos, de forma a poder fazer qualquer correcção, se para isso houvesse motivo.*

b) *Que lhe é indiferente o destino que venha a ter esse documento, quer seja ou não publicado.*

c) *Que, concretizando a nossa conversa, para não se referir ao conflito entre o Integralismo e o sr. D. Manuel, deseja colocar-se como se não tivesse tido conhecimento desse documento.*

Cumprindo assim, o pedido que á minha amizade pessoal fizéra o sr. Conselheiro Aires d'Ornelas, subscrevo-me com muita consideração

Seu Am.º e Obg.º

Eduardo Pinto da Cunha.

soa e o pensamento do sr. D. Manuel, para supôr que ele modificasse o seu modo de ver em relação aos assuntos da mensagem, *não nos podendo dar a tal respeito qualquer esperança* com garantia na sua intervenção.

Perguntando o sr. Aires d'Ornelas se os delegados da J. C. não tinham sabido de El-Rei se ele aceitaria uma monarquia integralista, como pensamento de uma revolução triunfante, P. Rebelo respondeu que não tinham formulado a El-Rei qualquer pergunta sobre esse caso especial.

Inteirados da opinião do sr. Aires d'Ornelas, informámos S. Ex.ª da resolução extrema que a Junta Central ia tomar, de se desligar de toda a obediencia ao Sr. Dom Manuel II, embora fôsse nosso pensamento consultar talvez ainda os organismos integralistas da Provincia.

O sr. Aires d'Ornelas disse que sentia profundamente a nossa resolução, pois que, com ela, via desaparecer uma das maiores possibilidades que tinha o Sr. Dom Manuel de recuperar o Trono de Portugal; era, porém obrigado a reconhecer lialmente, que, em face dos nossos principios e do estado a que tinhamos levado a questão, o nosso procedimento não podia ser outro.

Dissemos-lhe ainda que a nossa resolução vinha a ter o efeito pratico de apressar a amnistia. O sr. Aires d'Ornelas concordou.

Sendo esta a ultima confe encia política que tinhamos com o sr. Aires de Ornelas, como representante do sr. D. Manuel, dissemos-lhe que nos cumpria agradecer-lhe todas as atenções e deferencias que lhe deviamos, acrescentando que, se algum dia S. Ex.ª, terminado o encargo com que El-Rei o honrara, quisesse, como bom português que sempre foi, trabalhar conosco pela restauração da monarquia, lhe ofereciamos o primeiro logar, o de presidente da J. C., vago infelizmente pela morte do nosso querido amigo Xavier Cordeiro.

O sr. Aires de Ornelas agradeceu muito a nossa lembrança e manifestou-nos a intenção de ir para o estrangeiro com alguma demora tratar da sua saude e descansar, dando-nos a conhecer mais uma vez, a sua simpatia intelectual pelo sistema de ideias politicas que defendemos.

Assim terminou a nossa rapida conversa.

Lisboa, 18 de Outubro de 1919.

aa) *José Adriano Pequito Rebelo*

José Hipolito Raposo

II PARTE

Para continuar a sua missão de resgate nacional, ao Integralismo Lusitano *competia agora procurar entre os Principes de sangue português, aquele a quem o interesse da Nação e o destino politico chamariam a ocupar o Trôno de Portugal, após a vitoria da Restauração.*

E assim foi decidido que se encetassem as necessarias negociações entre a Junta Central e a Direcção do Partido Legitimista, afim de que se tornasse possivel, no mais curto prazo, a partida de uma delegação politica, composta de delegados legitimistas e integralistas, que fôsse expôr ao Senhor Dom Miguel II o estado da Causa Monarquica e as condições mais seguras do seu triunfo.

No Palacio de Bronnbach, no Grão Ducado de Baden, Alemanha, residencia do Senhor Dom Miguel e de sua Familia, reuniram-se no dia 18 de Julho de 1920, o Senhor Dom Miguel e sua Augusta Esposa, o Senhor Dom Miguel, Duque de Viseu, o sr. Dom João de Almeida Correia de Sá, como representante do Partido Legitimista e os srs. Drs. Alberto Monsaraz e Luís de Almeida Braga, como delegados, com plenos poderes, da Junta Central do Integralismo Lusitano.

Estes ultimos apresentaram o memorial que a seguir é publicado, tendo os delegados integralistas nas sessões seguintes feito a necessaria exposição verbal que a natureza e importancia do assunto requeriam.

Apreciadas de um e outro lado as condições da politica portuguesa, interna e externa, as conclusões em que todos os presentes acordaram, foram reduzidas a acta, lavrada em triplicado e devidamente assinada, em 22 do referido mês e ano, e que por conveniencias politicas facilmente compreensiveis, se conserva secreta.

Integralismo Lusitano

Memorial para ser entregue pelos delegados da Junta Central

I

Na falencia inevitavel dos principios liberais em que assentaram os fundamentos juridicos dos estados durante o seculo XIX, o Integralismo Lusitano traduz em Portugal o protesto da inteligencia contra o desvairo da ideologia revolucionária e representa já hoje o unico sistema politico-social, definido nas suas tendencias e coerente na sua acção e finalidade.

Sendo a principio, ha sete anos, a aspiração intelectual de alguns rapazes saídos da Universidade de Coimbra, começou a ser conhecido e divulgado na revista da filosofia politica, denominada *Nação Portuguesa*, de que foi publicada uma serie de 12 numeros, a partir do mês de Abril de 1914.

Principiando a fazer-se a sua propaganda entre a mocidade das escolas, livre de preconceitos mentais e apta a compreender as razões de facto da nossa doutrina pela lição quotidiana dos erros e dos crimes da Republica, o Integralismo Lusitano ganhou rapidamente o dominio das inteligencias mais cultas entre a juventude dos cursos superiores e entrou a ser discutido, não apenas como corrente de ideias filosofico-politicas, mas nas vantajosas possibilidades da sua efectivação.

II

Em Fevereiro de 1917, publicava-se o primeiro número do jornal a *Monarquia*, em pleno periodo da guerra europeia e, por co seguinte, numa conjuntura extremamente grave e delicada, para os destinos da Nação Portuguesa.

Do que foi a acção de propaganda do orgão diario do Integralismo Lusitano falam com persuasão os progressos alcansados nestes três anos de luta contra a mentira democratico-parlamentar, quere ela se disfarce sob o prestigio de uma corôa rial ou se mostre em toda a sua nudez nas formulas republicanas, por meio das quais sacrifica á sua voracidade os destinos das nações de tradição monarquica.

O Integralismo Lusitano, neste periodo, alargou notavelmente os seus recursos de propaganda: organizaram-se as primeiras Juntas Provinciais e Municipais, apareceram os primeiros semanarios — *A Gardunha* (Fundão), *Patria Nova* (Coimbra), *Restauração* (Setubal) *Gazeta do Lima* (Viana do Castelo), *O Rialista* (Funchal), *A Tradição* (Lisboa), *Reacção* (Agueda), formaram-se nucleos de acção e propaganda, destinados a revelar a boa doutrina ás classes populares, combatendo entre as organizações proletárias os falsos principios que as levaram a auxiliar a luta contra a Monarquia de 1910.

Seguindo sempre os ditames dos nossos principios, expressos no enunciado que acompanha as publicações integralistas, julgamos ter renovado em Portugal a convicção de que só a formula monárquica é compativel com as indicações da realidade historica e social do Povo Português e de que só por ela é possivel servir eficazmente o interesse nacional.

Secundando a propaganda doutrinária do jornal com livros, manifestos, panfletos, conferencias, podemos verificar, com satisfação, que está criado em Portugal o *estado de espirito monárquico*, entendendo-se por esta expressão, não apenas o protesto contra a republica criminosa, incompetente, perdulária e maçonica, mas a certeza de que só a Monarquia organica, tradicionalista, anti-parlamentar e representativa, exprime com verdade e firmeza, a aspiração do nosso destino de Povo livre.

Em 1910 não encontrava a Republica monárquicos em Portugal, salvo aqueles que, feis a um pensamento de reparação historica, mantinham com a maior nobreza, o património de honra politica e moral da Legitimidade Dinástica.

O ultimo Rei de Portugal não tinha a servi-lo o fervor das convicções, mas o estimulo dos interesses das clientelas politicas.

Por isso era natural que a Monarquia da Carta caisse sem resistencia, ingloriamente, salvando se apenas a honra de algumas espadas, erguidas á fé de um juramento que quasi todos esqueceram na hora da provação.

III

Expostos os principios no enunciado que se junta, (1) julgamos conveniente reduzir a indicações mais concretas e de imediata realização, o plano da reorganização politico-social da Nação Portuguesa na futura Monarquia que deve definir-se, no seu mais simpatico aspecto, como o pacto entre o Rei, os Municipios e os Trabalhadores de todas as classes e profissões, organizadas corporativamente.

Indice muito imperfeito certamente, mas que os esclarecimentos dos nossos delegados completarão na exposição que fizerem das nossas aspirações e propositos de reforma.

Os aspectos fundamentais do problema português, nas tres modalidades da Riqueza, da Ordem e da Inteligencia, hão de ser explanados no livro *Soluções Nacionais*, cujo aparecimento tem sido até agora retardado por dificuldades de ordem material.

Os pontos concretos, de realização imediata, a que atrás fizemos referencia, são os seguintes:

a) Autonomia dos municipios. Representação directa de cada freguesia na Camara, por um vereador de sua eleição. Representação das profissões organizadas nos municipios de maior importancia.

b) Reconhedimento da Provincia como unidade geográfica e administrativa, governada por um magistrado da confiança do Rei. Assembleia provincial, constituida pelas delegações municipais e profissionais.

---

(1) Era o programa ou enunciado dos principios doutrinarios do Integralismo Lusitano.

c) Constituição de duas camaras (provisoriamente): uma de eleição de entre os vereadores das camaras de cada Provincia, outra composta por delegados das classes e profissões. Não tem voto politico, nem função deliberativa. (1)

d) Governo nomeado pelo Rei, tendo em vista o interesse e as indicações de cada classe. Conselhos tecnicos junto de cada ministro, para o estudo dos diversos ramos de administração e para a elaboração das leis. Os ministros não têm solidariedade politica e são responsaveis perante o Rei.

e) Regimen concordatario, conforme se convencionar com Roma. Liberdade de congregação e de ensino, (Readmissão das ordens religiosas).

f) Revigoramento da instituição familiar. Revogação da lei do divorcio. Instituição do casal de familia. Vinculação da terra.

g) Reorganização economica do pais, pela intervenção governativa junto da propriedade particular, no sentido da intensificação das culturas e das transformações dos metodos. Economia colonial: regimen da automia administrativa para maior valorização economica. Reforma tributaria, politica e economica; remodelação do credito, Lei do trabalho obrigatorio. Organização do trabalho em regimen corporativo.

h) Como consequencia das indicações antecedentes, reconhecimento do poder pessoal do Rei e supressão dos partidos politicos, como organizações contrarias á unidade nacional e ao supremo interesse da Patria.

Alguns destes principios foram já traduzidos em leis ou reduzidos a projectos de lei, durante o governo do Presidente Sidonio Pais que se propunha, na mais honrada das intenções, realizar o impossivel de salvar a Republica com principios de organica monarquica.

Entre eles, devemos referir-nos á representação profissional no Senado e ao reconhecimento do poder pessoal do presidente. (*Decreto de 30 de Março de 1918*).

IV

Depois do desastre sofrido em Janeiro e Fevereiro do ano passado, as forças monarquicas abatidas e dizimadas, presos, mortos ou exilados muitos dos melhores combatentes parecia a quasi todos impossivel a reacção florescente que estamos presenciando.

Entretanto, nas prisões e nos hospitais, a fé dos nossos amigos não esmorecia e era preciso que o desastre fôsse reparado e que a Patria, de novo escravizada á demagogia sanguinaria, pudesse ter razões de crer na sua definitiva redenção.

O Integralismo Lusitano não concordou com o pronunciamento militar do Porto (19 de Janeiro) e procurou impedi-lo pelos meios de que dispunha.

Mas, sem querer qualificar responsabilidades, uma vez erguida a bandeira, todos ofereceram singelamente as suas vidas á Patria e para o combate partiram, muitos já com a certeza de que haviam de ser vencidos.

No seu exilio de Londres, o Senhor Dom Manuel II conservava-se inteiramente alheado do que se ia passando em Portugal, embora fôsse insistentemente pedida a sua presença.

Na mesma indiferença se manteve durante meses, sem que uma palavra de piedade pelos mortos e de reconhecimento pelos feridos, exilados, perseguidos e prisioneiros, viesse trazer-nos a certeza de que ele pensava ao menos nos que tão nobremente se propuseram defender a honra e a vida da Nação.

A Junta Central do Integralismo Lusitano elaborou em Junho uma mensagem em que representava ao Senhor Dom Manuel a necessidade de intervir eficazmente, como Chefe da Causa Monarquica, para que o nosso combate contra a Republica prosseguisse até ao momento da vitoria.

As suas respostas, reduzidas a escrito no relatorio que se junta e que se destinavam a ficar secretas, tanto elas interessavam o prestigio de quem ocupara o Trono de Portugal, obrigaram-nos á declaração de 20 de Outubro, pela qual nos consideravamos desligados de toda a obediencia a um Rei que não acreditava na virtude dos principios monarquicos (2).

Tomando essa gravissima resolução, sem precedentes na história do nosso Pais, obedeciamos por dever ao mais alto interesse da Patria, sacrificando-lhe a pessoa de um Rei que abertamente recusava servi-lo.

---

(1) Este enunciado do regimen bicameral ficaria sujeito ao imperio das conveniencias politicas e do interesse nacional, tendo-se sempre em vista o seu caracter transitorio.

(2) Vid. – pag. 3 e seg. deste livro.

Mais que ninguem, nós lastimámos dolorosamente o aspecto novo que o conflito tomou, quando o Senhor Dom Manuel fez publicar num jornal republicano de Lisboa, uma carta dirigida ao Senhor Aires de Ornelas em que nos maltrata por um a forma que a mais elementar conveniencia nos inibe de classificar, obrigando-nos, por honra nossa, a publicar o relatorio politico da nossa missão a Londres (1).

V

Agravada por esta fórma a nossa incompatibilidade politica com o sr. D. Manuel, era mister dar por outro lado solução ao gravissimo problema da sucessão ao Trono, após a revolução nacional que ha de restituir Portugal á continuidade do seu destino, debaixo da direcção protectora da sua Dinastia.

Conscientes do nosso dever, não podiamos deixar de encarar como primeira hipótese da sucessão, o ramo segundo da Serenissima Casa de Bragança.

Vem aqui a propósito esclarecer que nunca deixámos, á face da Historia, de considerar a rialeza do sr. D. Pedro IV como uma usurpação de direitos, pois que as antigas leis do Reino e a consulta das Côrtes de 1828 impunham á sucessão, como impuseram, a pessoa de El-Rei D. Miguel I.

Se desde o principio, como parecia logico, não servimos a Causa da Legitimidade, a isso fômos levados pela alta consideração de interesse público que passamos a expôr.

O Integralismo Lusitano apareceu depois da falencia da Monarquia Constitucional e da liquidação ruinosa da República.

Reconhecendo a necessidade nacional da Monarquia e representando o sr. D. Manuel uma tradição dinástica, aceite pela Nação, durante quasi um século — pareceu-nos que seria impossivel reparar essa injustiça da Historia e que mais utilmente serviriamos o bem comum, reconhecendo e confessando o Rei desejado então pela maioria d s portugueses.

Nacionalistas antes de sermos monarquicos, colocámos o interesse colectivo acima da pessoa do Rei. segundo o espirito das antigas leis e a consideração de que os agregados e grupos constitutivos da Nação, são anteriores á Monarquia que foi a condição necessária da sua grandeza e bom destino.

Quando o Sr. Infante D. Afonso que Deus haja, renunciou pelo facto do seu matrimonio aos direitos de Principe Rial, ao sr. D. Manuel enviou a Junta Central do Integralismo Lusitano uma representação, em Novembro de 1917, para que se dignasse indicar aos portuguêses o Principe seu sucessor. (2)

Pela letra dessa mensagem, facilmente se depreende que esse Principe só poderia ser designado de entre aqueles que representam pela herança do sangue, os direitos de El-Rei Dom Miguel I.

O pensamento dessa diligencia, atendida em principio, conforme nos informou no seu regresso o sr. Conselheiro Aires de Ornelas, portador da mensagem, não podia efectivar-se, em vista do estado de guerra que impedia o Senhor Dom Manuel de se pôr em relações com os Principes, seus Primos, exilados na Austria.

Hoje, desiludidos de toda a possibilidade de entendimento com o Senhor Dom Manuel II e firmemente convencidos de que ele não deseja recuperar o Trono, a preço de qualquer esforço ou de qualquer sacrificio da sua parte — como portugueses que vivem para a honra de servir o interesse da Nação, dispomo-nos a procurar, por nós mesmos, a solução dinástica que na sua Pessoa não encontrámos, revertendo á aspiração da mensagem enviada para Londres em 1917.

Para tal fim e para todas as questões correlativas, vão os nossos delegados investidos de plenos poderes para resolverem o que mais conveniente fôr ao bem da Nação, de que o Integralismo Lusitano é hoje a expressão mais florescente e o mais seguro fiador.

VI

A Junta Central, tomando a gravissima resolução de se separar da obediencia a um Rei que o Integralismo Lusitano servira até aos mais extremos sacrificios, sabe a responsabilidade que

(1) Vid. - pag. 12 e seg.
(2) Vid. – pag. 5 e 6.

contrai e os deveres a que se obriga no momento em que declara a sua aspiração de ver confiados a um Principe de sangue português os destinos da nossa Patria.

Fiel aos ditames do seu *Estatuto*, exprime o maior desejo de que á sua aspiração de servir o interesse supremo da Nação Portuguesa, correspondam a boa-vontade e os sentimentos daqueles que, vitimas ainda hoje de uma injustiça da Historia, em nós encontrarão os mais liais soldados para a conquista e vitoria final da sua reparação.

Lisboa, em 15 de Março de 1920.

A Junta Central.

No dia 9 de Setembro de 1920, o jornal *A Monarquia* fazia a seguinte publicação:

Documentos para a Historia

Sua Alteza Rial, o Principe Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança, é declarado herdeiro legitimo do Trôno de Portugal.

DOCUMENTO I

Eu, Dom Miguel II de Portugal, Duque de Bragança, etc., filho de El-Rei Dom Miguel I, querendo acima de tudo o bem-estar e a prosperidade da Nação Portuguesa, tendo respeito a que o estado em que Portugal se encontra, exige uma acção politica em que a juventude venha dar o entusiasmo da sua idade aos Principios Tradicionais, que Eu sempre defendi e encarno, e reconhecendo que melhor assegurarei os interesses da Dinastia que represento, não continuando a manter pessoalmente os direitos á corôa de Portugal e seus Dominios, que de El-Rei meu Pai herdei com a honra do seu nome e a tradição das suas virtudes, hei por bem, de moto proprio e de livre vontade, ceder todos os meus direitos á corôa de Portugal e á sua soberania em a Pessoa do meu muito querido e amado Filho, o Infante Dom Duarte Nuno de Bragança, e em seus filhos legitimos descendentes, visto encontrar-se afastado da sucessão por sua espontanea renuncia, o meu muito querido e amado Filho primogenito D. Miguel, Duque de Viseu. E atendendo ainda ao sossêgo e tranquilidade publica, e para evitar o embaraço e perturbação que sempre causa ao estado politico a incerteza da pessoa que ha de suceder no governo do Reino, mais me praz determinar que, se o dito meu filho Dom Duarte Nuno falecer sem deixar filho ou filha legitimos, lhe suceda pela ordem respectiva do nascimento, aquela de suas irmãs, que por então se mantiver solteira, ou seja casada com português e conserve os direitos á corôa de Portugal.

E em fé e verdade de assim o querer e mandar, e para que tenha seu cumprido efeito, sob o sêlo das minhas Armas o escrevi e firmei.

Em Bronnbach, aos 31 de Julho de 1920.

a) Dom Miguel de Bragança.

DOCUMENTO II

Eu, Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu. filho primogenito de Dom Miguel II de Portugal, Duque de Bragança, tendo em consideração circunstancias de ordem vária, de todo o ponto atendiveis e respeitaveis, decido, por minha livre e espontanea vontade, renunciar de hoje em diante, para todo o sempre, por mim e meus descendentes, á sucessão nos direitos do meu muito

amado e augusto Pai á Corôa Portuguesa, sem que este acto diminua de modo algum o meu amor e meu zelo pelo bem e prosperidade de Portugal.

É como eu quero que esta minha solene declação de renuncia para sempre valha e tenha força e vigor, a escrevi e firmei.

Em Bronnbach, aos 21 de Julho de 1920.

a) Dom Miguel de Bragança
Duque de Viseu.

DOCUMENTO III

Eu, Dom Miguel II de Portugal, Duque de Bragança etc., no momento em que renuncio em meu muito querido e amado Filho Dom Duarte Nuno, todo o direito legitimo e tradicional que representava e possuia, porque o dito Infante se encontra ainda na menoridade, hei por bem confiar desde hoje o encargo da sua tutéla á minha muito amada e prezada irmã, Dona Aldegundes de Bragança, afim de que, com o titulo de Duquesa de Guimarães, que agora lhe transmito e confirmo, assuma, como em regencia, a direcção politica da Causa Nacional Portuguesa, até que, conforme a tradição e as antigas leis, o mesmo Infante seja em idade e entender de, com a Graça de Deus, por si reger, governar e defender a terra de Portugal. E á Augusta Infanta, minha muito querida e prezada irmã, peço por mercê queira aceitar este cargo e fazer todo o bem que Eu, sem alguma duvida, por conhecer suas muitas virtudes e a prudencia e zelo que em todas as coisas tem, creio e confio que grandemente saberá fazer.

E assim mandamos que tudo se cumpra e guarde como neste se contém.

Em Bronnbach, aos 31 de Julho de 1920.

a) D. Miguel de Bragança (1).

INTEGRALISMO LUSITANO

Tendo tomado conhecimento dos documentos politicos que lhe foram entregues com destino á publicidade;

Reconhecendo por eles que os legitimos direitos ao Trono de Portugal, pela abdicação do Senhôr Dom Miguel de Bragança e pela renúncia do Senhor Dom Miguel, Duque de Viseu, foram transmitidos ao Principe Senhor Dom Duarte Nuno, a quem de agora em diante ficam exclusivamente pertencendo;

Competindo temporariamente o encargo e o exercicio da magistratura rial á Senhora Infanta Dona Aldegundes de Bragança, Duquesa de Guimarães, nomeada tutora politica do Principe, Senhor Dom Duarte Nuno;

A Junta Central do Integralismo Lusitano, em nome de todos os portugueses que aceitam a sua direcção politica, por obediencia ao interesse da Nação, expresso nos seus principios, e com o conhecimento das Juntas Provinciais e Municipais e dos Corpos dirigentes da sua organização, resolve:

(1) Estes três documentos foram publicados em edição especial do orgão legitimista *A Nação*.

1.º — Reconhecer e declarar Herdeiro do Trono de Portugal, Sua Alteza Rial, o Principe Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança e, na sua falta, aquela das Senhoras Infantas, suas Irmãs a quem de direito pertencer a sucessão;

2.º — Prestar-lhe o preito de obediencia e vassalagem na Pessoa de Sua Alteza, a Infanta Senhora Dona Aldegundes de Bragança, Duquesa de Guimarães, até ao dia em que possa tomar por Si o encargo dos Negocios Politicos e a direcção da Causa Nacional;

3.º — Deixar ás futuras Côrtes Gerais da Nação, constituidas pela Assembleia dos representantes naturais dos Municipios, das Provincias e das Corporações da Inteligencia e do Trabalho, o direito e o encargo de solenemente O proclamarem e jurarem Rei de Portugal, segundo as normas da Tradição e das Antigas Leis do Reino.

Lisboa, 2 de Setembro de 1920.

A Junta Central.

Achando-se definitivamene encerrado o conflito politico que determinou a nota desta Junta, publicada em 20 de Outubro de 1919; e

Tendo sido satisfeita a constante aspiração do Integralismo Lusitano de que fôsse declarado, por direito do sangue, herdeiro do Trono de Portugal, Sua Alteza Rial, o Principe Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança;

A Junta Central do Integralismo Lusitano resolve:

1.º — Saudar com o mais comovido respeito os mortos, os feridos, os presos, os exilados, os perseguidos e todos aqueles que á Causa Nacional da Monarquia hajam consagrado os serviços da sua dedicação ou do seu sacrificio, lutando e sofrendo;

2.º — Na plena consciencia da sua fé nacionalista, exortar todos os bons portugueses a que se unam com firmeza e lialdade em volta da nova esperança da restauração da Monarquia, na Pessoa de Sua Alteza Rial, o Principe Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança;

3.º — Proclamar, contra o espirito de partido, a unidade moral e politica da Nação Portuguesa, só possivel pelo triunfo da Causa Monarquica, garantia suprema do interesse da Patria, agora escrava de um poder de facto, violento, opressivo e ruinoso;

4.º — Convidar todos os organismos dirigentes do nosso movimento a uma propaganda mais intensa dos nossos principios e a saudar na Pessoa da Senhora Duquesa de Guimarães, a aspiração politica do resgate nacional, personificado, desde hoje, no Principe Rial Português, Senhor Dom Duarte Nuno, continuador da gloriosa Dinastia de Bragança.

Lisboa, 2 de Setembro de 1920.

A Junta Central.

Telegramas

A Junta Central do Integralismo Lusitano fez hoje expedir os seguintes telegramas:

A' SENHORA DUQUESA DE GUIMARÃES:

No dia solene da declaração de Sua Alteza o Senhor Dom Duarte Nuno como Herdeiro do Trono de Portugal, nas mãos de Vossa Alteza Lhe prestâmos o preito de fiel obediencia e vassalagem, para a honra de O servir, recordando na prometedora juventude do Principe Rial, confiado agora á sabia direcção de Vossa Alteza, a memoria dos Reis seus Avós que fizeram a grandeza da Patria e saudando na Sua Pessoa a melhor esperança do resgate nacional pela restauração da Monarquia dos Municipios, das Provincias e das Corporações da Inteligencia e do Trabalho.

A' MESMA AUGUSTA SENHORA:

No momento em que Vossa Alteza recebe a suprema investidura da regencia da Pessoa de Sua Alteza Rial, o Principe Senhor Dom Duarte Nuno e dos Negocios Politicos da Causa Nacional, prestamos ás virtudes da excelsa Princeza a homenagem profunda da nossa fidelidade, obediencia e congratulação e saudando-A na grandeza do seu exemplo pelo bem da Patria, beijamos-lhe respeitosamente a mão.

AO SENHOR DOM MIGUEL, AUGUSTO PAI
DO SENHOR DOM DUARTE NUNO:

No dia em que a Nação Portuguesa conhece o acto da nobilissima isenção de Vossa Alteza, para melhor serviço do interesse da Patria, prestamos a homenagem do mais profundo respeito e admiração ao Alto Principe e ao bom português, que tão nobremente soube manter o patrimonio do direito e da honra politica da Legitimidade da Dinastia de Bragança, herdado de El-Rei seu Pai, saudando na sua Augusta Pessoa, com o mais vivo e sincero afecto, a Familia Rial Portuguesa.

AO SENHOR DOM MIGUEL, DUQUE DE
VISEU, AUGUSTO IRMÃO DO SENHOR
DOM DUARTE NUNO:

Dando-se hoje conhecimento publico do acto da renuncia de Vossa Alteza aos seus direitos ao Trono de Portugal, por obediencia aos superiores interesses da Nação, cumprimos o dever de saudar o Principe que no seu sacrificio nos oferece tão alto exemplo de abnegação e patriotismo.

A redacção da *Monarquia* enviou tambem o seguinte telegrama:

A' SENHORA DUQUESA DE GUIMARÃES:

A Redação do jornal a «Monarquia», sauda respeitosamente na Pessoa de Vossa Alteza o Principe Rial, Senhor Dom Duarte Nuno, e apresenta a homenagem da sua mais profunda dedicação, obediencia e fidelidade.

No dia 5 de Julho de 1921 o jornal a *Monarquia* inseria os seguintes documentos:

Um documento historico

A ultima carta politico Senhor Dom Miguel II

Ao assinar, ha perto dum ano, o documento da sua abdicação no Senhor Dom Duarte, o Senhor Dom Miguel II dirigiu aos seus partidarios a nobilissima carta que a seguir reproduzimos e que deve ser considerada como o seu ultimo documento politico:

Meu caro Conde d'Almada:

Saudai em meu nome todos os que têm sido e continuam sendo fieis á minha Causa e comunicai-lhes que foi sempre o grande gosto da minha vida o sabê-los ao meu lado na honrosa e heroica defesa dos principios e da bandeira que herdaram de seus pais e avós e que eu herdei de meu Pai, heroica sim, porque é guiada pela

abnegação e pelo sacrificio. Aprendi de meu Pai a guardar intactos os principios que ele encarnava; e desde que recebi essa herança, fui auxiliado na sua guarda pelos meus fieis: aos que vivem, transmiti-lhes o meu sentimento de gratidão e dizei-lhes que a memoria daqueles que se foram, terá para sempre no meu coração o lugar que eles lá merecem pela sua lialdade.

Dizei-lhes mais, Conde, que fortes com os nossos principios e armados da fidelidade que os distingue, rodeiem meu filho, Dom Duarte, que tambem já sabe que pode contar com eles.

Bronnbach, em Agosto de 1920.

DOM MIGUEL DE BRAGANÇA

Logar-Tenencia

Em cumprimento do que me é ordenado por S. A. R. a Senhora Infanta Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon, Tutora do Senhor Dom Duarte, levo ao conhecimento de todos os filiados do Partido Legitimista e de todos os adeptos do Integralismo Lusitano as seguintes resoluções:

1.ª — As denominações *Partido Legitimista* e *Integralismo Lusitano* continuarão a ser oficialmete empregadas, ficando bem expresso e compreendido que estes agrupamentos constituem uma unidade politica em principios e aspirações, ao serviço da Causa Nacional, personificada no Senhor Dom Duarte de Bragaça.

2.ª — Por esta forma e nas mesmas condições de identidade de principios e de união de esforços, são autorizados os membros do Partido Legitimista a colobor̂ar com os integralistas na sua organização e em todas as suas instituições e vice-versa, consagrando-se assim o procedimento até agora seguido na pratica.

3.ª — Esta formula de colaboração reciproca é ditada pelos superiores interesses da nossa Causa e adoptada pelos dois agrupamentos, entre os quais não pode haver divisão de principios nem divergencia de aspirações politicas.

Lisboa, 1 de Julho de 1921.

CONDE D'ALMADA

Uma proclamação de principios

Sua Alteza Rial a Senhora Infanta Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon, Duquesa de Guimarães, em nome do Principe Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança, estabelece os fundamentos da Monarquia Nova e aponta aos portugueses o caminho da Restauração Nacional.

A' NAÇÃO PORTUGUESA

Tendo assumido para serviço da Nação e por encargo de meu querido e amado irmão, Dom Miguel II de Portugal, como se fôsse em Regencia, a tutela politica do Principe Dom Duarte de Bragança, legitimo representante de El-Rei meu Pai e dos Reis nossos Avós, nesta hora incerta de ameaças e presagios, quero eu afirmar a todos os Portugueses, sem distinção de bandeiras, a fé nos destinos da nossa Patria; e quero tambem afirmar-lhes a esperança certa de ver acordar nos

seus espiritos e nos seus corações, a antiga e firme lialdade, o amor e a dedicação com que sempre serviram o bem comum, sob o governo e a protecção das Dinastias, para maior honra e grandeza do Reino de Portugal.

A todos dirijo neste momento as saudações gratissimas ao meu coração de Mulher e de Portuguesa, e, quando a nossa Patria, martirizada na sua dolorosa decadencia, manchada de sacrilegios, ensanguentada pela guerra civil, vitima da sua ruina económica, reclama o esforço de todos os seus filhos para a obra da sua libertação e da sua reconstrução, eu relembro particularmente, para o reconhecimento da Historia, aqueles todos que pelo sacrificio do sangue, pelo sofrimento das prisões, pelas agruras do desterro, têm dado testemunho da sua fidelidade aos principios eternos que defendemos, proclamando o protesto armado da Nação contra o poder usurpador e opressivo da sua actual forma de governo.

Na compreensão dos deveres que me incumbem e decidida a cumpri-los, sem transigencias nem hesitações, para interesse da Patria e por missão da minha Dinastia, solenemente declaro que é meu firme proposito restaurar, conforme a vontade da Nação, pela Monarquia Representativa dos Municipios e das Corporações da Inteligencia e do Trabalho, aquela tradição de governo que em oito seculos de gloria assegurou a independencia e a felicidade do Povo Português, com as virtudes da Religião e da Honra e com a pratica dos sãos costumes antigos, nos quais temos de firmar, agora ainda, as melhores razões para o resgate de tantos males e de tantos erros.

O Principe Dom Duarte Nuno de Bragança, meu Augusto Sobrinho, oferece pela minha voz, com o penhor da sua juventude sem responsabilidades, a melhor esperança de continuar pela gloria do Seu nome e pela virtude do Seu sangue, a verdadeira Tradição Nacional, já duas vezes interrompida, pela politica do Seculo XVI e pelo Liberalismo Revolucionario.

Pela lição da Historia de Portugal será ditado o Seu programa.

E, segundo os seus termos que me proponho em breve fazer definir e publicar, será respeitado o espirito das antigas leis e consagrado o valor das velhas instituições, filhas da indole e dos costumes seculares dos portugueses e cuja ressurreição a consciencia do mundo moderno reclama, adaptando-as, com escrupulo e prudencia, ás condições do nosso tempo.

Neste sentido, serão reconhecidas as liberdades das Provincias e a autonomia dos Concelhos em seus fóros reformados, será restaurada a Nobreza em função do serviço publico, revigorada a instituição da Familia na sua unidade, na sua indissolubilidade e no seu patrimonio inalienavel, organizando-se a produção nacional nas suas respectivas corporações, com satisfação dos legitimos interesses dos trabalhadores.

Todas as profissões organizadas intervirão nos orgãos administrativos do Estado e na Assembleia das Côrtes Gerais da Nação, com exclusão das facções causadoras de lutas civís, coordenando-se todas as actividades e interesses pela direcção do poder do Rei.

No plano restaurador da Nação Portuguesa, a par da obra do povoamento do Sul do País. constitue um capitulo de primacial importancia a defesa e desenvolvimento das Colonias, conquistadas e mantidas á custa do sangue dos nossos Maiores, para titulo glorioso da nossa civilização devendo consagrar-se-lhes a mais zelosa atenção, tão necessaria á sua prosperidade e para bem de todos os Portugueses.

A' Igreja Catolica, por ser a depositaria da tradição religiosa da nossa Raça e a Mestra da verdadeira fé, serão restituidos os seus privilegios e liberdades no fôro espiritual, reconhecendo-se o direito de associação e ensino ás ordens regulares, consagrando-se a moral cristã como a base essencial da educação na Escola e na Familia e promovendo-se ainda as possiveis restituições dos bens que lhe foram extorquidos.

A Cultura Nacional, confiada especialmente á Universidade, ás Escolas, ás Corporações da Inteligencia, receberá um impulso novo com a reforma dos programas e dos metodos e com a escrupulosa selecção moral e mental dos professores.

Quanto ás relações externas, o bem da Nação exige que a Monarquia Restaurada mantenha, rentovando-as, as antigas alianças diplomaticas que foram obra dos nossos Reis, procurando estreitar outras relações que os interesses da nossa vida politica aconselharem, tanto na Europa como na America.

Importa afirmar tambem que dentro da Nação resgatada pela Monarquia, todos os Portugueses dignos deste nome, serão chamados a desempenhar nas funções do Estado ou na representação corporativa, os cargos que lhes pertencerem, sem outros titulos ou preferencias que não derivem dos seus proprios merecimentos.

No pensamento e execução destas intenções, vai o meu apêlo para todos os portugueses, para a lialdade dos soldados e marinheiros, para a nobreza profissional dos trabalhadores, para o apostolado dos professores, dos artistas e dos homens de pensamento, para o espirito creador dos chefes de empresa, lavradores, industriais, negociantes, e para as virtudes do entusiasmo e da sin-

ceridade da juventude das escolas; e que ele possa chegar até ás populações do nosso Ultramar e ás colonias de portugueses do Brasil, da America do Norte, do Oriente e a toda a parte em que os nossos compatriotas afirmam, entre tantas raças diferentes, o valôr antigo da nossa Raça.

Ao dirigir-me ao nosso Pais, um só pensamento me anima e conduz — bem servir a Patria dos Reis meus Avós. Sinto-me já mais perto de Portugal por ter o dever e a gloria de trabalhar para o seu resgate.

E porque o Principe em Quem se encarnam hoje todas as nossas esperanças, traz com o sangue o nome do grande Condestavel, eu o confio á protecção do seu arnês de Soldado e á graça do seu burel de Santo; e certa estou de que nunca Ele faltará ao seu Povo nas lutas e sacrificios e de que sempre honrará o seu posto, para vencer, na tradição gloriosa dos Reis Dom Afonso Henriques e Dom João I, ou para morrer, no exemplo heroico de El-Rei Dom Sebastião.

Sob a muito firme resolução de defender em sua Rial Pessoa os direitos que lhe pertencem, aqui deixo selado o meu juramento de fidelidade e vassalagem e igualmente prometo e juro entregar-lhe todos os poderes que por Seu Augusto Pai me foram confiados, logo quo o Principe Dom Duarte Nuno, conforme a Tradição e as Antigas Leis, possa assumir por Si mesmo, a direcção politica da Causa Nacional.

E com o auxilio de Deus, por Dom Duarte II, saberemos todos salvar o Reino de Portugal!

Da cidade de Bayonne, França, aos 26 de Junho de 1921.

Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon,
Infanta de Portugal.

APENDICE

A República e o sr. Dom Manuel II

Durante os dias em que a Monarquia *publicava o relatório da missão da Junta Central a Londres, os jornais republicanos, enquanto cobriam de insultos o Integralismo Lusitano, conferindo-lhe assim uma grande honra, concediam ao sr. D. Manuel a gloria triste dos seus louvores. Na impossibilidade de reproduzirmos na integra essas apreciações, limitamo-nos a fixar as passagens menos favoraveis para o Integralismo Lusitano, registando tambem alguns ecos da imprensa de informação. Seguem as transcrições:*

Do *Seculo*, de 3 (edição da noite):

... Os perigos de novas lutas fraticidas que os integralistas desejavam preparar, tendo á cabeça um «chefe militar» designado pelo sr. D. Manuel de Bragança, estão bem patentes nas palavras do ex-monarca, que põe a Patria acima do regimen que chefiou e, implicitamente, reconhece que Portugal pode e deve viver com as instituições que hoje possue e que exprimem a vontade da enorme maioria dos portugueses.

Da *Capital*, de 3:

O sr. D. Manuel pratica um ato de bom senso, porque só daria provas de desvario se julgasse seguro o triunfo da causa dinastica quando ha tão pouco ainda fracassou a mais poderosa das tentativas que se tem feito para a tornar vitoriosa. Ninguem melhor do que o sr. D. Manuel sabe que nem as incursões armadas, nem as tentativas de revolução interna, deram resultado. Segundo parece mesmo concluir-se da sua carta, o movimento de Janeiro já foi feito contra a sua vontade, ou pelo menos, sem seu conhecimento. As razões patrioticas devem ter corroborado as aspirações desse bom senso, visto que o sr. D. Manuel, tendo preconisado a união de todos os portugueses durante a guerra, agora entende ainda que é essencial essa uuião.

.....

O sr. D. Manuel diz bem quando declara que já não são tempos para decretar monarquias absolutas. Até êle reconhece a supremacia crescente, dominadora, invencivel das idéas democraticas. Só o não entendem creaturas que, de resto, nasceram para subditas.

Da *Opinião*, de 3:

A atitude do ex-rei exilado é incontestavelmente correcta, independentemente das consequencias politicas com que, por ventura, tenha contado ao assumi-la. E se é certo que em discordancia com ela está uma parte dos monarquicos, os integralistas, não nos repugna acreditar que ela virá a exercer uma influencia salutar entre os outros elementos monarquicos, os constitucionais, que são a grande maioria do partido monarquico.

Da *Luta*, de 3:

Como assina a carta Manuel R., somos levados a crer que nos seus calculos entra a possibilidade da Nação lhe dizer que quer a Republica. Seria então, em vez de Manuel rei, Manuel republicano.

Da *Vitoria*, de 4:

O sr. D. Manuel de Bragança, sabendo que não póde voltar a ser rei de Portugal, procede de modo a que ninguem lhe possa negar a qualidade de português. Em face dos perigos que ameaçam a Patria, ele combate a desordem e aconselha a união.

.....

Seja como for, o procedimento do ex-rei não deixa de ser digno de aplauso.

Da *Manhã* de 4, (artigo do sr. Mayer Garção):

.. o sr. D. Manuel reconhece o govêrno da Republica Portuguesa, visto que se lhe dirige, manifestando a esperança de que esse govêrno não repelirá a contribuição nacional do esforço monarquico.

Da *Manhã*, de 5:

«Após os ultimos factos politicos que se concretizam na atitude dos catolicos e nas declarações do sr. D. Manuel, pode dizer-se que a Republica chega, naturalmente, ao apogeu do seu prestigio nacional. Todos reconhecem que ela é o regimen que o país quere, como brilhantemente o acentuou o sr. presidente da Republica em Coimbra, e, estabelecida essa constatação, o unico caminho logico a seguir era o que os catolicos seguiram, e a unica atitude digna, da parte dos adversarios dos principios republicanos, era a que o sr. D. Manuel definiu.

.....

Pensa bem, serve o país, não afronta a Republica e não enodôa a sua causa com hipocrisias e traições.

MAYER GARÇÃO

.....

E admiraram-se os delegados integralistas de que o sr. D. Manuel mostrasse reconhecer que em teoria a Republica era superior á monarquia. E' superior á monarquia constitucional, quanto mais a essa monarquia despotica e picaresca para cuja causa o queriam arrastar!»

Da *Opinião* de 4, orgão republicano independente da tarde:

«A verdade é que esse documento foi em geral apreciado como expressão de patriotismo e sincero desejo de pacificação..

Do *O de Aveiro*:

A carta do Senhor D. Manuel é nobre. Toda a gente lhe faz essa justiça e rende homenagem ás suas boas intenções. Simplesmente, a parte *combativa* do seu partido, e essa é que tem valor revolucionário, *não lhe obedecerá*.

HOMEM CHRISTO PAI

De *O Mundo*:

«O ex-rei falou algumas vezes com senso, até mesmo quando atacou alguns dos seus partidários sôbre os quais lançou anatemas fulminantes...»

De *A Manhã*, diario democratico:

«Eles queriam a sanção regia para o criminoso movimento que preparavam. Só por isso foram a Londres. Por outros não podia ser, porque não podiam julgar o sr. D. Manuel tão estupido que aceitasse as doutrinas da *Action Française*, mal traduzidas para português.»

De *A Vitoria*, diario republicano da manhã:

«O ex-rei é formalmente contrario a revoluções. Não as autorisa.

.....

Numa palavra: o sr. D. Manuel de Bragança é pela paz, contra a desordem.»

De *A Luta*, orgão republicano da noite:

Por ora o sr. D. Manuel marca alguns pontos a seu favor.
Monarca constitucional, não quiz atraiçoar a sua causa regressando ao absolutismo.

De *A Situação*, diario republicano da manhã:

O sr. D. Manuel não reconheceu a Republica, porque não o pode decentemente fazer na verdade. Mas proibindo os seus partidarios de hostilisar o regimen vigente, concorre implicitamente, para a consolidação republicana.

De *O Seculo* de 4, edição da manhã:

Um documento infeliz

Para que verdadeiramente valesse como documento historico, careceria a carta do sr. D. Manuel de Bragança poder ter alguma influencia na politica portugueza. Um documento não é historico apenas pela qualidade mais ou menos prejudicada de quem o assina, mas pelos fins que visa e pela sua eficiencia. Ora a carta referida simulando intuitos tão pouco sinceros que se contradizem e reivindicando para o seu signatario um titulo que não lhe cabe, nem sequer pelas entidades a quem é dirigida poderá valer historicamente, visto que, tratando-se de monarquicos, poucos são os que ainda o reconhecem como chefe, e tratando-se de republicanos, nenhum lhe reconhece autoridade para d'ele aceitar conselhos patrioticos.

Alheando-se dos integralistas, o sr. D. Manuel sacrificou a parte, pelo menos, mais combativa, do partido monarquico reduzindo-se assim ainda mais a clientela, já diminuta, o que diga-se de passagem, pouco nos interessa. Mas perdeu, ao, mesmo tempo, a autoridade para aconselhar união, visto ter sido o proprio a promover, ou não saber evitar, dissidencias dentro d'essa clientela.

Por tudo isto, essa carta, ao que vem ficar reduzida, sob todos os pontos de vista que se encare, é a um documento infeliz.

Para o congraçamento dos portuguezes que o sr. D. Manuel defende, como se recitasse um recado encomendado, mas mal compreendido, muito mais concorrerá, seguramente, a nobre atitude assumida pelos elementos catolicos nas suas relações com o Estado republicano, antes d'essa carta aparecer publicada e, portanto, sem que se esperasse a indicação de quem continúa o intitular-se pretendente a um trono que, tendo tido n'esses elementos o seu principal esteio, esse mesmo já tambem o perdera.

Ainda, portanto, continúa a ser infeliz, quanto á sua oportunidade, a carta do sr. D. Manuel, que apenas revela, á força de o saber encobrir mal, a influencia da exata idéa que se faz, no meio em que vive o ex-rei, da situação politica portugueza, sob o ponto de vista regimico, valendo, assim, em ultima instancia e quando muito como renuncia descorajosa dos proprios pseudo-direitos que apenas *pró fórma* insiste em reivindicar. E dos atos descorajosos não reza a Historia. Ora é preferivel que não reze, por honra de quem os pratica.

De *A Epoca:*

Passos perdidos

Ante ontem foi levantada nas Camaras a questão dos integralistas com o sr. D. Manuel e, a proposito, varias coisas, se disseram nos Passos Perdidos.

Diziam uns que os integralistas tinham razão, mas que tinham posto mal a questão ao Rei. Que tinham razão, porque desde que a monarquia caíu até hoje, da parte dos chefes monarquicos só tinham saído actos de incompetencia, de indecisão, de fraqueza. Que fôra preciso pôr á frente do exercito português os chefes monarquicos, para êste ser vencido pela canalha de Lisboa. Que a causa monarquica, assim como estava, era uma causa perdida, por estar superiormente entregue a homens sem competencia. Que os integralistas tinham, pois, toda a razão para pedir ao Rei uma reorganisação do partido monarquico e natural era que lhe pedissem que essa organisação fôs e uma extensão da obra deles. E não tinham só razão para o fazer, mas ainda toda a autoridade para falar, porque da refrega de Monsanto, alguns deles tinham saído mal feridos.

Mas, diziam os taes, se aos integralistas não faltava razão nem autoridade para falarem, faltou-lhes, talvez, a coragem para pôr a questão nestes termos. Daí a embrulhada que se seguiu e que teve que vir a publico, talvez sem vantagem para ninguem.

Diziam outros que não, que os integralistas eram ainda muito novos para poderem falar tão alto e que nunca deviam ter publicado palavras que El-Rei proferiu sem supôr que viriam um dia a ser publicadas.

Que El-Rei se mostrára muito sensato nas suas afirmações, não querendo mais revoluções, não querendo mais violencias. Que o mais curto e mais proveitoso caminho era de facto o da legalidade, por onde os catolicos enveredaram ha muito e com bastante proveito para a Egreja e para a Nação. E que a sensatez de El-Rei subira de ponto nas frases em que assaz claramente mostrára que não tem grandes desejos de regressar aos regios Paços.

* * *

Outros diziam ainda que fosse de quem fosse a razão, o facto era que os integralistas que sempre tinham estado em circunstancias singulares, se tinham posto agora em circunstancias singularissimas; e explicavam: A base do programa integralista era o governo do Rei com a colaboração das diversas classes sociaes. E todavia as classes sociaes não existiam nem existem.

* * *

Acrescentavam outros que a causa manuelista tambem não está em melhores lençoes, porque uma superficial observação mostra que a gente nova está com os integralistas e não com a carta.

A proposito alguem contou a troça que os amigos faziam dum joven lente da Universidade, que, se acaso se discutia uma questão monarquíca na sua frente, puxava logo da Carta para a resolver de harmonia com os seus canones.

Este uso postumo da Carta era sempre comentado com hilaridade pela rapaziada monarquica.

Entre os *novos* e os *velhos*, o sr. D. Manuel escolheu os velhos e estes teem contra si um implacavel inimigo: o tempo

E mais diziam que o partido manoelista ia ficar tão anemico com a sangría integralista que não mais daria um passo.

— Isso é precisamente o que o Rei quer, acrescenta do lado um deputapo democratico.

— Não, responde o outro, o que o Rei quer é que o Diabo lhe leve os correligionarios. Pois vocês não reparam que ele até cuida que os monarquicos se fizeram germanofilos precisamente por êle lhes ter ordenado o contrário?

Os integralistas lá o dizem claramente.

Isto diziam uns e outros nos Passos Perdidos. Nós não dizemos que sim nem que não: «admiramo-nos com as turbas» como dizia o grande Vieira.

De *A Monarquia*, de Janeiro de 1920:

O «A. B. C.» em Lisboa

O INTEGRALISMO LUSITANO

Continúa o nosso movimento a recolher da opinião espanhola os mais significativos indicios de simpatia e aplauso. E' do A B C, *o importante diario madrileno no seu numero do passado dia 30 de Dezembro, a artigo que a seguir inserimos. Subscreve-o um nome bastante conhecido nas letras e no jornalismo do vizinho país. Antigo director de* A jornada, *o sr. André Gonzalez Blanco, além de autor de varios trabalhos, em que o espirito artistico predomina, é tambem tradutor de Eça de Queiroz. A sua posição ideologica, mais da «esquerda» que da «direita», torna insuspeito e enche por isso mesmo de maior interesse o seu depoimento. Só á sua posição de estrangeiro se pódem atribuir certos equivocos.*

Assim o que respeita aos sentimentos politicos de Antero, Eça e Oliveira Martins e á sua queda na Charneca do Constitucionalismo. *Mal estudados e mal compreecdidos, eles foram, na verdade, grandes e excepcionais mestres da nossa contra-revolução.*

Posto isto cedemos o logar ao sr. André Gonzalez Blanco, a quem expressamos os nossos sentimentos de boa camaradagem pela justiça e simpatia com que se digna apreciar o nosso movimento.

Segue o artigo:

Ha uns dias para cá que se agita em Portugal um novo agrupamento politico, o Integralismo Lusitano, especie de dissidencia do monarquismo português, que, bem orientados nas modernas teorias sociais e menos idolatras dum Rei que os velhos servidores do Paço, apreciando mais a obra que o homem, pretendem criar um grupo de entusiastas da antiga grandeza lusitana, que amem a Patria sobre todas as coisas e não entregam a um homem a reconquista da restauração de Portugal. Tem por divisa um velho mote lusitano: *Pola lei e pola grei.*

São estes dissidentes da Monarquia rapazes novos e resolutos, desconhecidos até agora em politica, que não se sujaram nas torpezas e vilanias do Constitucionalismo, que não contribuiram para manchar o brasão monarquico nos ultimos anos do reinado de D. Carlos I. Estão limpos de mancha e porisso sabem apreciar melhor os compromissos que ligam ao ex-monarca os antigos familiares do Paço, os que foram corrompidos ou simplesmente captados com dadivas e mercês.

São os integralistas muito combatidos pelo jornal *A Capital*, das extremas radicais da Republica. Mas, entre os republicanos liberais, o proprio sr. Brito Camacho, mais benevolo para eles, reconhece na *Lucta* uma inculpabilidade absoluta nos erros do constítucionalismo, por serem rapazes novos, estudantes de ontem e de hoje. E serve-se das suas declarações e do seu programa como arma para esgrimir contra as velhas monarquias. «Com que autoridade haviam os outros monarquicos, os incubadores da monarquia constitucional, meter hombros á empresa restauracionista, se mil bocas apontam as suas faltas, as suas insuficiencias, os seus crimes, o que equivale a declarar a sua cumplicidade no movimento republicano de protesto que houve em 5 de Outubro?» Assim fala um dos mais emeritos servidores da republica. E assim é, na rialiadade. Os integralistas, mais que trabalhar pela Monarquia, querem em rigor romper toda a ligação com os antigos partidos monarquicos, com os coveiros do contitucionalismo, com os homens do fim do seculo XIX, com os que foram anetematízados ou forçados — segundo as notas ardentes ou satiricas das suas liras — pelas penas gloriosas de Antero do Quental, Ramalho Ortigão — ainda que depois, ao ser bibliotecario da Ajuda, se monarquizasse — Eça de Queiroz — que tambem á ultima hora caiu na *charneca* constitucional, por sentimentalismos de artistas e influencias de familia — e Joaquim Pedro Oliveira Martins, o mais vibrante pensador do Portugal moderno..

Rigorosamente, os integralistas colocaram bem o problema, exceptuando êrros de pouca importância. Se querem restaurar a Monarquia portuguesa e não se pode contar com Rei, porque não prescindir dêle? O ex-Rei D. Manuel é fraco de espirito, sem energia de vontade, pouco propício a empresas guerreiras. Não consta qne tennha alguma vez alentado um movimento a seu favor, e muito menos que se tenha posto á sua frente, como um bom Rei antigo teria feito para aguerrir as suas hostes. E naturalmente, se os monarquicos portugueses contassem triunfar com um movimento que o Rei animasse e em que o Rei pessoalmente interviesse, poderiam ficar largos anos agarrados a esta esperança e o Rei viria a ser uma especie de idolo remoto, pelo qual se sofre e se combate, sem que agradeça a homenagem nem o incenso, metido no seu cómodo retiro de Eastbourne...

E chegaria um dia — dia fatal para a causa monárquica portuguesa — em que se falaria no *manuelismo* como hoje se fala do *sebastianismo;* mas não com a glória melancólica e o respeito afectuoso que inspira o triste caso do desaparecido de Alcácer-Kibir, mas com um vago anhelo messiánico que se concretizou numa pessoa viva que não corresponde a êsse afecto dos monárquicos portugueses, nem com uma palávra de alento, nem com um sorriso de agrado.

Os integralistas lusitanos, audazes e impacientes como são, entraram pelo verdadeiro caminho; não quizeram fossilisar-se nesse vago anhelo manuelista; preferiram apresentar o problema lusitano em todos os seus aspectos, rude e cruamente sem passarem a ouvir a voz do Messias, sem se deterem no bosque a ouvir o canto do passaro, para não ficarem, como o monge da lenda, imobilisados durante dez seculos..

Declaram que querem a monarquia portuguesa com ou sem D. Manuel. Por formula, por cerimoniosa etiqueta, foram visitá-lo em Eastbourne e, como declaração mais eloquente que todos os seus manifestos, da decepção sofrida do desengano ante as opiniões e os brios do rei, inscreveram na cabeça do relato da entrevista com D. Manuel II estas palavras bem visiveis: «Para salvar os principios monarquicos, liquida-se um Rei que só tem servido a republica em nove anos de exilio.»

E, para remate do seu rompimento, lançam-lhe como epigrafe este verso de Camões, que é uma aguçada seta:

«Que um fraco rei faz fraca a forte gente».

Que disse o rei nessa entrevista aos integralistas lusitanos? Disse duas ou tres coisas sensatas, muitas inepcias e algo que nos toca muito de perto, aos espanhois. Ao referir-se á situação internacional de Portugal, declarou:

—«Que a Espanha entrou na Conferencia da Paz pela mão de Wilson, e que todo o seu empenho é obter da Sociedade das Nações um mandato para a intervenção em Portugal. .»

Assim reza textualmente o relato das entrevistas dos representantes do Integralismo Lusitano com o ex-Monarca D. Manuel em Eastbourne a 16 de setembro e em Londres em 28 de setembro deste ano, relato assinado, para lhe dar autenticidade, por Luís de Almeida Braga e José Adriano Pequito Rebelo.

Pode ler-se no n.º 616 da *Monarquia*, diario integralista, de sabado 6 de dezembro.

Tais declarações, que seriam duma notoria imprudencia no jornalista mais reles de Lisboa, são altamente temerarias quando as profere um homem que ocupou o trono glorioso de D. José I e D. Manuel I, o Venturoso, e que teve a responsabilidade do poder...

Pois, apezar das injustas declarações do ex-Rei D. Manuel, diremos aos leitores, quer portugueses, quer espanhois, que vamos para Portugal com toda a lialdade e boa fé, com o peito aberto para nos amarmos...

Lisboa, Dezembro de 1919.

André Gonzalez Blanco

LIBRARY
DEC
19
1978
UNIVERSITY OF TORONTO

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

DP
675
J85

Junta Central do Integralismo
Lusitano
A questao dinastica

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 06 16 08 018 3